



PORTOS DA MADEIRA

2015



RELATÓRIO DE GESTÃO E CONTAS

O Conselho de Administração da APRAM – Administração dos Portos da Região Autónoma da Madeira, S. A. agradece à comunidade portuária, a todos os Stakeholders, e em especial aos seus colaboradores, o inestimável apoio e colaboração.



Índice

1. NOTA INTRODUTÓRIA.....	1
2.EVOLUÇÃO DO MOVIMENTO PORTUÁRIO	4
2.1. Movimento de navios e passageiros de cruzeiros.....	4
2.2 Movimento de navios	6
2.3 Movimento de passageiros.....	9
2.4 Movimentação global de mercadorias	10
3. RECURSOS HUMANOS	17
3.1 Caraterização	17
3.2 Regime de Trabalho	21
3.3 Absentismo	22
3.4 Formação Profissional.....	22
3.5 Higiene, Segurança e Medicina no Trabalho	23
3.6 Ação Social	24
3.7 Responsabilidade Social.....	25
3.8 Relações Coletivas de Trabalho e Disciplina	25
4. GOVERNO DA SOCIEDADE	27
4.1 Missão, Objetivos e política da empresa	27
4.2 Orientações de Gestão	29
4.3 Regulamentos externos e internos.....	31
4.4 Identificação e Estrutura dos Órgãos Sociais.....	33
4.5 Funções exercidas noutras empresas/representação.....	34
4.6 Áreas de Tutela e Síntese Curricular dos Membros do Conselho de Administração ..	35
4.7 Reuniões do Conselho de Administração e decisões mais relevantes	43
4.8 Exercício de Poderes de Autoridade, por parte da APRAM, S.A.	48
4.9 Entidades Encarregadas de Auditoria Externa	49
4.10 Remunerações dos Membros dos Órgãos Sociais	50
4.11 Relatório de Auditoria Externa	51
5. RECLASSIFICAÇÃO E ORÇAMENTO DA APRAM, S.A.....	52
6. PLANO DE INVESTIMENTOS	60
6.1 Empreitadas	60
6.2 Equipamentos	63
7. CONCESSÕES/LICENÇAS.....	66
7.1 Licença para o exercício de atividade de Empresa de Trabalho Portuário	66
7.2 Licença para o exercício de atividade de Operador Portuário	66
7.3 Licença para o exercício de atividade de Agente de Navegação.....	66
7.4 Concessões e licenças diversas por área de jurisdição da APRAM, S.A.....	67
8. SEGURANÇA	81



Índice

8.1 ISPS (International Ship and Port Facility Code)	81
9. MARKETING E RELAÇÕES PÚBLICAS	82
9.1 Ações de Promoção	82
9.2 Comunicação.....	84
9.3 Informação geral e Publicações.....	84
10. ESTALEIRO NAVAL DO CANIÇAL / CLCM – CENTRO LOGÍSTICO DE COMBUSTÍVEIS DA MADEIRA.....	85
10.1 Estaleiro Naval do Caniçal.....	85
10.2 CLCM – Centro Logístico de Combustíveis da Madeira	85
11. ANÁLISE ECONÓMICA E FINANCEIRA	87
12. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E ANEXOS.....	98
12.1 Balanço Ativo	99
12.2 Balanço Passivo.....	101
12.3 Demonstração de resultados por natureza	102
12.4 Demonstração dos fluxos de caixa – Método direto.....	103
12.5. Demonstração das alterações do capital próprio.....	104
13. Anexo ao balanço e demonstração de resultados do exercício de 2015	106
1. Identificação da Entidade	106
2. Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras.....	106
3. Principais Políticas Contabilísticas	107
4. Capital Social	110
5. Fluxos de Caixa.....	110
6. Políticas Contabilísticas, Alterações nas Estimativas Contabilísticas e Erros	111
7. Ativos Fixos Intangíveis.....	111
8. Ativos Fixos Tangíveis	111
9. Inventários	112
10. Custo dos Empréstimos Obtidos.....	112
11. Rédito.....	113
12. Provisões/Clientes de Cobrança Duvidosa	114
13. Subsídios do Governo e Apoios Comunitários.....	114
14. Acionistas/Sócios	116
15. Sector Público Estatal	116
16. Instrumentos Financeiros Passivos.....	117
17. Gastos com o Pessoal	118
18. Divulgações Exigidas por Diplomas Legais.....	119
19. Outras Informações	119

Índice

ÍNDICE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Evolução da movimentação de navios e passageiros de cruzeiro no porto do Funchal.....	4
Gráfico 2 – Evolução global dos passageiros provenientes do segmento de cruzeiros.....	5
Gráfico 3 – Distribuição da movimentação de navios por porto.....	8
Gráfico 4 – Evolução do movimento de navios por porto.....	8
Gráfico 5 – Evolução do movimento global de passageiros por porto	9
Gráfico 6 – Distribuição dos passageiros por segmento	9
Gráfico 7 – Evolução global dos passageiros provenientes do segmento de cruzeiro/Inter ilhas	10
Gráfico 8 – Movimentação de mercadorias por porto	10
Gráfico 9 – Evolução do movimento de mercadorias por infraestrutura portuária	11
Gráfico 10 – Evolução do movimento de mercadorias – importação/exportação	12
Gráfico 11 – Relação importação/exportação de mercadorias.....	12
Gráfico 12 – Evolução do movimento de graneis/infraestrutura portuária.....	13
Gráfico 13 – Movimento geral de contentores	13
Gráfico 14 - Movimento de Contentores, por tipo.....	14
Gráfico 15 - Movimento de Contentores, por porto	14
Gráfico 16 - Movimento de contentores – cheios/vazios e importação/exportação	15
Gráfico 17 – Carga Geral Fracionada, por portos da RAM	15
Gráfico 18 – Granéis Sólidos, por portos da RAM	16
Gráfico 19 - Granéis Líquidos, por portos da RAM	16
Gráfico 20- Distribuição dos colaboradores	17
Gráfico 21 – Distribuição percentual dos efetivos infraestrutura portuária.....	18
Gráfico 22 – Distribuição percentual dos efetivos por grupos profissionais.....	19
Gráfico 23 – Distribuição dos trabalhadores por sindicatos	26

ÍNDICE QUADROS

Quadro 1 – remuneração auferida pelos membros da assembleia geral	50
Quadro 2 - Remunerações e demais regalias sociais do Conselho de Administração	51
Quadro 3 – Orçamento inicial da APRAM, S.A.....	52
Quadro 4 – Evolução do Orçamento das Receitas da APRAM, S.A.	54
Quadro 5 – Distribuição da Execução Orçamental das Receitas	55
Quadro 6 – Evolução do Orçamento das Despesas da APRAM, S.A.....	57
Quadro 7 – Distribuição da Execução Orçamental das Despesas	58
Quadro 8 - Rendimentos de Exploração	88
Quadro 9 - Gastos de Exploração	89
Quadro 10- Estrutura dos Gastos de Exploração.....	89
Quadro 11 - Fundos Libertos	90
Quadro 12 – Situação Financeira e Patrimonial (1).....	92

Índice

Quadro 13 – Situação Financeira e Patrimonial (2).....	93
Quadro 14 – Fundo de Maneio.....	94
Quadro 15 – Rácios de Natureza Económica.....	94
Quadro 16 – Rácios de Natureza Financeira.....	95
Quadro 17 – Balanço Ativo.....	99
Quadro 18 – Balanço Passivo.....	101
Quadro 19 – Demonstração de Resultados.....	102
Quadro 20 – Demonstração de Resultados.....	103
Quadro 21– Demonstração das Alterações do Capital Próprio.....	104

1. NOTA INTRODUTÓRIA



Realce para o papel destacado do turismo de cruzeiros, com crescimento quer em número de escalas, quer em número de passageiros nos portos da RAM, segmento importante no incremento da economia regional (...) a Madeira tem conseguido manter o porto do Funchal entre os mais importantes portos de cruzeiros da Europa e mantendo-se bem colocado no ranking mundial (...) realce para as parcerias que os Portos da Madeira têm com outros portos, nomeadamente com os portos de Canárias no âmbito da marca "Cruises in The Atlantic", sendo de realçar a mais nova parceria designada 'Cruise Portugal'.



PORTOS DA MADEIRA

ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DA REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA, S.A.

Handwritten signature in blue ink.

Handwritten mark in blue ink.

1. Nota Introdutória

1. NOTA INTRODUTÓRIA

Em termos de enquadramento económico em 2015, a Região Autónoma da Madeira continuou a atravessar uma fase crítica, como sucedeu com a economia nacional no seu conjunto, e com a economia de vários países da União Europeia.

A evolução da economia regional tem sido bastante afetada pela crise das economias ocidentais, mas apresenta algumas especificidades que importa considerar, nomeadamente o impacto advindo do PAEF – Plano de Ajustamento Económico Financeiro, caracterizado por uma forte contenção orçamental na RAM influenciada pelas medidas impostas pelo referido Plano, com reflexos diretos no consumo público e privado.

As atividades da APRAM – Administração dos Portos da Região Autónoma da Madeira, S.A. foram também fortemente condicionadas pelo Plano de Ajustamento Económico Financeiro (PAEF), pela situação económica e financeira da empresa, em particular, e da Região Autónoma da Madeira, em geral, mas acima de tudo, pelo facto de ser o segundo exercício posterior à reclassificação da empresa e à sua integração no perímetro da administração pública regional¹, estando o seu orçamento integrado no da Secretaria Regional da tutela. A APRAM, S.A. foi considerada como serviço e fundo autónomo².

¹ “Em 2013, o Instituto Nacional de Estatística avaliou os critérios de mercantilidade da APRAM – Administração dos Portos da Região Autónoma da Madeira SA e concluiu que a empresa deveria ser incluída no perímetro da Administração Pública Regional, com efeitos desde 2012. Nesse ano, o impacto desta entidade na dívida bruta da RAM foi de 188 milhões de euros.” (ORAM 2014 – Relatório e Anexos).

² “(...) na sequência da reclassificação da APRAM – Administração dos Portos da Região Autónoma da Madeira SA, em contas nacionais, para efeitos de consolidação orçamental, em 2014 esta entidade é englobada no orçamento regional no subsector dos serviços e fundos autónomos.” (ORAM 2014 – Relatório e Anexos).

1. Nota Introdutória

No entanto, a APRAM, S.A. continua a ser uma sociedade anónima de capitais exclusivamente públicos, que integra o setor público empresarial da Região Autónoma da Madeira e é tutelada pela Secretaria Regional da Economia, Turismo e Cultura.

Os investimentos realizados pela APRAM, S.A. no ano de 2015 incidiram na conclusão dos projetos da *Zona acostável norte do porto do Funchal* e das *Infraestruturas do porto do Porto Santo*, comparticipados pela Lei de Meios e pelo POVT - Plano Operacional de Valorização do Território.

No ano de 2015, verificou-se um decréscimo nos graneis sólidos e líquidos movimentados nos portos da RAM. Em contrapartida, na carga contentorizada verificou-se um ligeiro acréscimo.

Realce para o papel destacado do turismo de cruzeiros, com crescimento quer em número de escalas, quer em número de passageiros nos portos da RAM, segmento importante no incremento da economia regional, estimando-se que o consumo durante a estadia apresente um valor aproximado de 70€ por passageiro / tripulante.

Neste segmento, a Madeira tem conseguido manter o porto do Funchal entre os mais importantes portos de cruzeiros da Europa e mantendo-se bem colocado no ranking mundial. De acordo com a revista especializada no mercado de cruzeiros "*Cruise Insight*"³, o Porto do Funchal alcançou a 11.ª posição do *ranking* mundial dos portos que mais cresceram no movimento de passageiros no ano de 2012, à frente dos portos de Las Palmas que ficou em 13.º lugar, de Tenerife em 17.º e de Lisboa na 23.ª posição. No ano de 2015 o porto do Funchal foi líder dos portos nacionais, quer em escalas quer em passageiros.

Para a consolidação desta posição, realce para as parcerias que os Portos da Madeira têm com outros portos, nomeadamente com os portos de Canárias no âmbito da marca "*Cruises in The Atlantic*", sendo de realçar a mais nova parceria designada '*Cruise Portugal*', nome do projeto que o Governo, no âmbito do PENT – Plano Estratégico

³ http://www.portugalglobal.pt/PT/PortugalNews/Documents/Revistas_PDFs/Portugalglobal_n61.pdf

1. Nota Introdutória

Nacional do Turismo (2013-2015), implementou no sentido de captar cruzeiros e desenvolver o turismo marítimo.

Em 2015, e em cumprimento da Lei dos Compromissos e dos pagamentos em atraso, procedeu-se à regularização, através da celebração de ARD – Acordos de Regularização de Dívida - da dívida comercial que, no final de 2013, rondava os nove milhões de euros.

No ano de 2015 diminuiu-se consideravelmente o prazo médio de pagamento, que se fixou em 87 dias, comparativamente aos 346 registados em 2014, dando-se cumprimento na íntegra à LCPA ao mesmo tempo que se devolveu alguma confiança ao mercado e aos fornecedores habituais da empresa.

Apesar de todos os constrangimentos, a segurança marítima e patrimonial, a implementação de mecanismos que asseguram e otimizam a eficiência das operações portuárias e de programas de monitorização ambiental, a concretização de uma política setorial adequada às atuais necessidades da população e a aposta na manutenção e procura de novos mercados no segmento de cruzeiros, foram metas atingidas no ano de 2015, conforme se pode constatar pelos indicadores constantes do presente relatório de gestão.

2. EVOLUÇÃO DO MOVIMENTO PORTUÁRIO



Movimentação de navios e de mercadorias no porto do Caniçal



Desembarque de passageiros do navio de cruzeiros "Horizon" no Porto Santo



Terminal de inertes do Porto Novo

Em 2015:

- Escalaram os Portos da Região Autónoma da Madeira 1 282 embarcações;
- Foram movimentadas 1 047 702 toneladas nos portos da RAM;
- Passaram pelos portos da RAM 1 115 430 passageiros.



PORTOS DA MADEIRA

ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DA REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA, S.A.



2. Evolução do Movimento Portuário

2. EVOLUÇÃO DO MOVIMENTO PORTUÁRIO

2.1. Movimento de navios e passageiros de cruzeiros

Começamos este capítulo por abordar o movimento de navios e passageiros de cruzeiros, porquanto trata-se de uma atividade importante, não só para a APRAM, S.A. como para toda a economia regional.

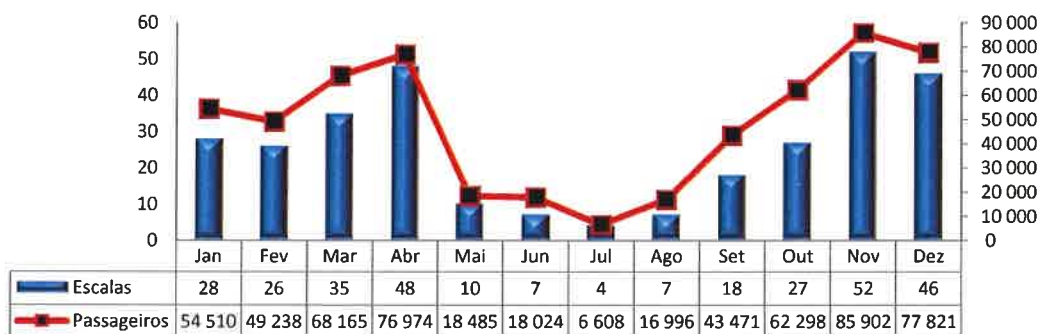
Neste segmento de mercado, e tal como atrás mencionado, a Madeira tem conseguido manter o porto do Funchal entre os mais importantes portos de cruzeiros da Europa e mantendo-se bem colocado no ranking mundial.

No ano de 2015 passaram pelo Porto do Funchal 308 navios de cruzeiro, com 578 492 passageiros, com uma média de 1 884 passageiros por escala.

Registe-se, neste número, o embarque de 1 810 passageiros e o desembarque de 1 902 pessoas, em especial de tripulações de navios como a Aida com presença semanal na Região.

Tendo em consideração o gasto médio por passageiro, o valor de incremento na economia regional situa-se nos 40,6 M€⁴.

Gráfico 1 – Evolução da movimentação de navios e passageiros de cruzeiro no porto do Funchal



Fonte: APRAM, S.A.

⁴ Estudo "Inteligência Competitiva Madeira – Canárias 2004/2005"



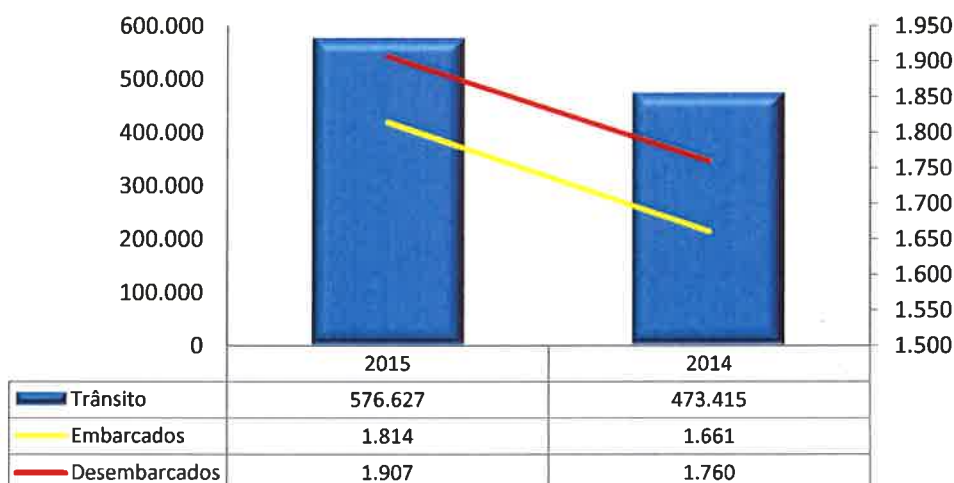
2. Evolução do Movimento Portuário

A sazonalidade da atividade dos navios de cruzeiro está refletida no gráfico supra, resultando essencialmente do reposicionamento das operações verão/inverno.

De salientar, ainda, que o porto do Porto Santo acolheu 4 escalas de navios de cruzeiro, nos meses de abril e novembro, movimentando um total de 1 856 passageiros.

Em termos comparativos com o ano anterior, verificou-se um acréscimo de 26 escalas (uma escala no porto do Porto Santo e 25 no porto do Funchal), o que representou uma subida percentual de 9,1%.

Gráfico 2 – Evolução global dos passageiros provenientes do segmento de cruzeiros



Fonte: APRAM, S.A.

Contudo, o desafio que se coloca ao porto do Funchal é o da consolidação dos resultados record alcançados no ano de 2012, bem como o de captação de novos fluxos de tráfego na época de verão.

Por mercados emissores de passageiros, destaque para os seguintes:

- Mercado inglês: 124 365 passageiros, i. é, 35,4% do total de passageiros (408 em embarque e desembarque);
- Mercado alemão: 116.324 passageiros, i. é, 33% do total de passageiros (278 em embarque e desembarque);

2. Evolução do Movimento Portuário

- Mercado americano e italiano: 22 mil e 18 mil passageiros, respetivamente, i. é, 6,7% do total de passageiros;
- Mercados como o francês, que tem vindo a crescer, e que já representa mais de 10 mil passageiros por ano, a entrar pelo principal porto da Região.

Como navios emblemáticos que escalaram o porto do Funchal em 2015, destaque para as primeiras escalas do:

- Britannia (P&O Cruises);
- Anthem of the Seas (Royal Caribbean Cruise Line);
- Mein Schiff 4 (Tui Cruises);
- Magellan (CVM);
- Aegean Odyssey (Voyages to Antiquity);
- Comemorações dos 20º Aniversário do navio Oriana (P&O Cruises) a escalar o porto do Funchal

De realçar que o segmento de passageiros provenientes de navios de cruzeiro nos portos da RAM apresentou acréscimos significativos, comparativamente a 2014:

- Porto do Funchal: +102 537 passageiros;
- Porto Santo: +975 passageiros, ou seja mais que duplicou face ao ano anterior (881 passageiros);

Na globalidade verificou-se uma evolução positiva de 22% (476 836 passageiros em 2014 e 580 348 passageiros em 2015).

2.2 Movimento de navios

Em 2015 escalaram os Portos da Região Autónoma da Madeira 1 282 embarcações, o que corresponde a uma média diária de 3,5 navios.

2. Evolução do Movimento Portuário

Por porto, de destacar que o do Funchal está vocacionado para passageiros, em especial na vertente de cruzeiros. No ano de 2015 escalaram este porto 666 navios. Comparativamente ao ano anterior verificou-se um acréscimo de 49 navios (+6%).

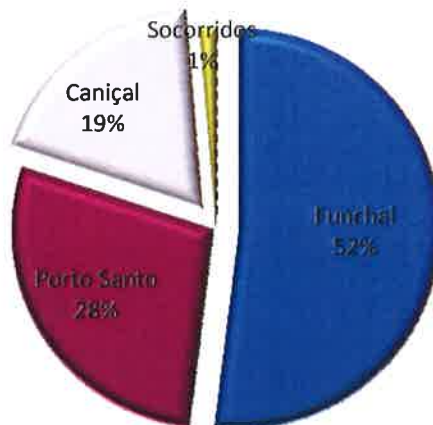
De realçar a importância dos navios de guerra em descanso das respetivas guarnições, dinamizadores do consumo de produtos na região e de abastecimento logístico de bens e incrementador de receitas, quer para a autoridade portuária, quer para a economia local.

No porto do Caniçal atracaram 238 navios, sobretudo porta contentores e graneleiros. Verificou-se um decréscimo de 35 navios (-12,8%) devido à saída da linha do navio da OPDR (escala quinzenal), à diminuição de consumo de cimento e à total ausência de movimentos de navios de asfalto. Esta infraestrutura portuária está vocacionada para o tráfego de mercadorias, essencial ao abastecimento de bens e serviços à RAM, quando é conhecido que cerca de 90% das importações são feitas por via marítima. Igualmente verificou-se um decréscimo de 15 navios no Terminal dos Socorridos (-46,9%), decréscimo esse associado à desativação do pipeline de combustíveis que abastecia a Empresa de Eletricidade da Madeira.

O movimento de navios registado no porto do Porto Santo ficou a dever-se essencialmente ao transporte de passageiros e mercadorias da linha regular entre a Madeira e o Porto Santo, com atracações esporádicas de graneleiros e, em regra, quinzenalmente, o navio porta contentores. O número de navios manteve-se constante relativamente ao ano anterior (361 escalas).

2. Evolução do Movimento Portuário

Gráfico 3 – Distribuição da movimentação de navios por porto

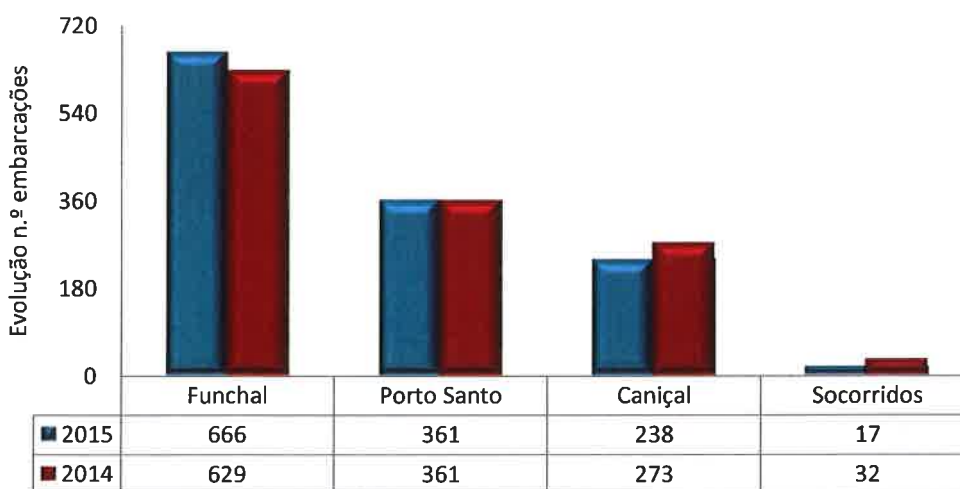


Fonte: APRAM, S.A

Saliente-se que, embora não contabilizados no número de navios devido às suas dimensões, atracaram nos cais comerciais do Porto do Funchal 25 mega lateres e 2 veleiros escola.

Comparativamente ao ano de 2014, verificou-se um decréscimo de 1% no movimento total de navios, traduzido em menos 13 escalas:

Gráfico 4 – Evolução do movimento de navios por porto



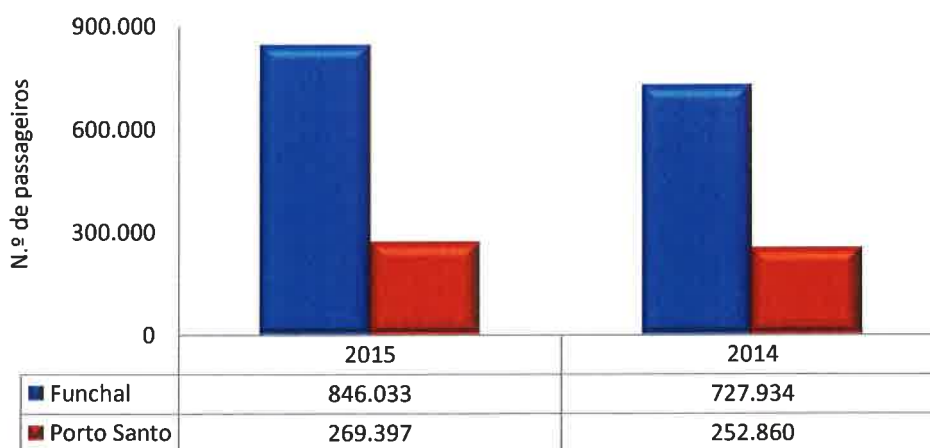
Fonte: APRAM, S.A.

2. Evolução do Movimento Portuário

2.3 Movimento de Passageiros

O movimento global de passageiros nos Portos da RAM registou uma variação positiva de 12%, comparativamente ao ano de 2014, que se traduziu num aumento de 134 636 passageiros, sendo a maior parte proveniente dos navios de cruzeiro.

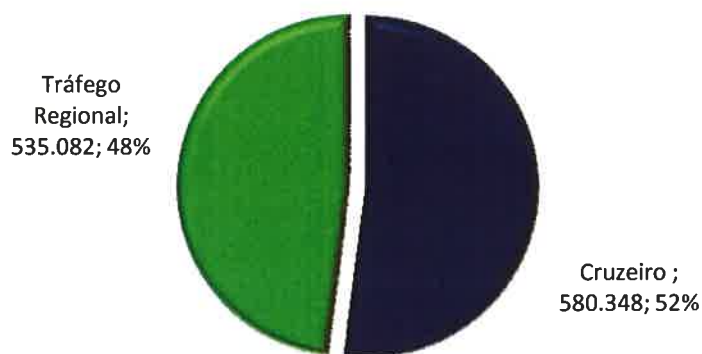
Gráfico 5 – Evolução do movimento global de passageiros por porto



Fonte: APRAM, S.A.

O porto do Porto Santo movimentou 24% do número total de passageiros, enquanto o porto do Funchal movimentou os restantes 76%,.

Gráfico 6 – Distribuição dos passageiros por segmento

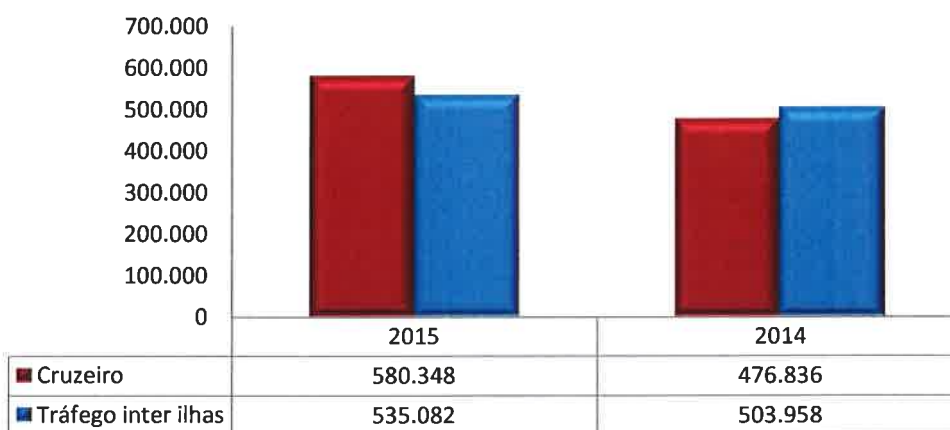


Fonte: APRAM, S.A.

2. Evolução do Movimento Portuário

Por segmento de mercado de passageiros, 52% corresponde a passageiros provenientes dos navios de cruzeiro, enquanto 48% pertence ao tráfego regional inter ilhas (Madeira /Porto Santo/Madeira).

Gráfico 7 – Evolução global dos passageiros provenientes do segmento de cruzeiro/Inter ilhas



Fonte: APRAM, S.A.

2.4 Movimentação global de mercadorias

No ano de 2015 foram movimentadas 1 047 702 toneladas nos portos da RAM.

Verificamos que 91% das mercadorias foram movimentadas no porto do Caniçal, seguindo-se o terminal marítimo dos Socorridos com 7%.

Gráfico 8 – Movimentação de mercadorias por porto

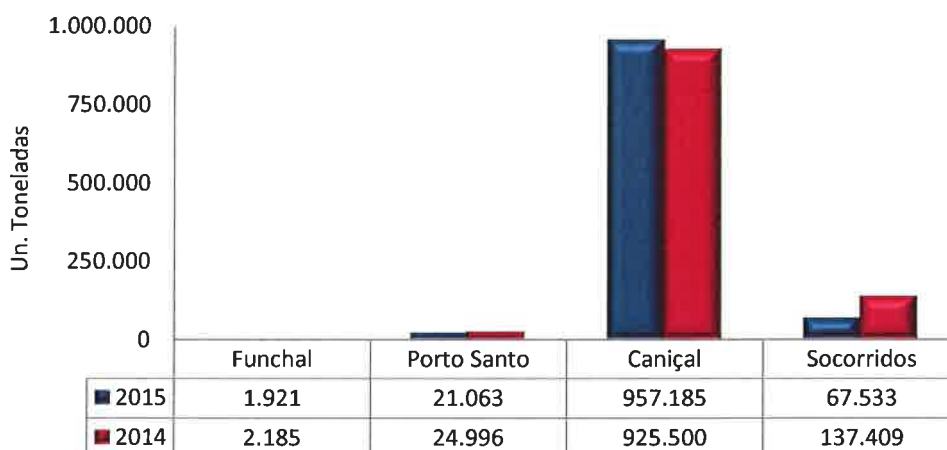


Fonte: APRAM, S.A.

2. Evolução do Movimento Portuário

Comparativamente ao ano anterior, verificou-se uma variação negativa de 4% no movimento global de mercadorias movimentadas, considerando todas as tipologias de carga, o que representou um decréscimo de 42 388 toneladas:

Gráfico 9 – Evolução do movimento de mercadorias por infraestrutura portuária



Fonte: APRAM, S.A.

O porto do Caniçal registou um acréscimo de 3% no movimento de mercadorias, contentorizadas (TEU's), comparativamente ao ano anterior.

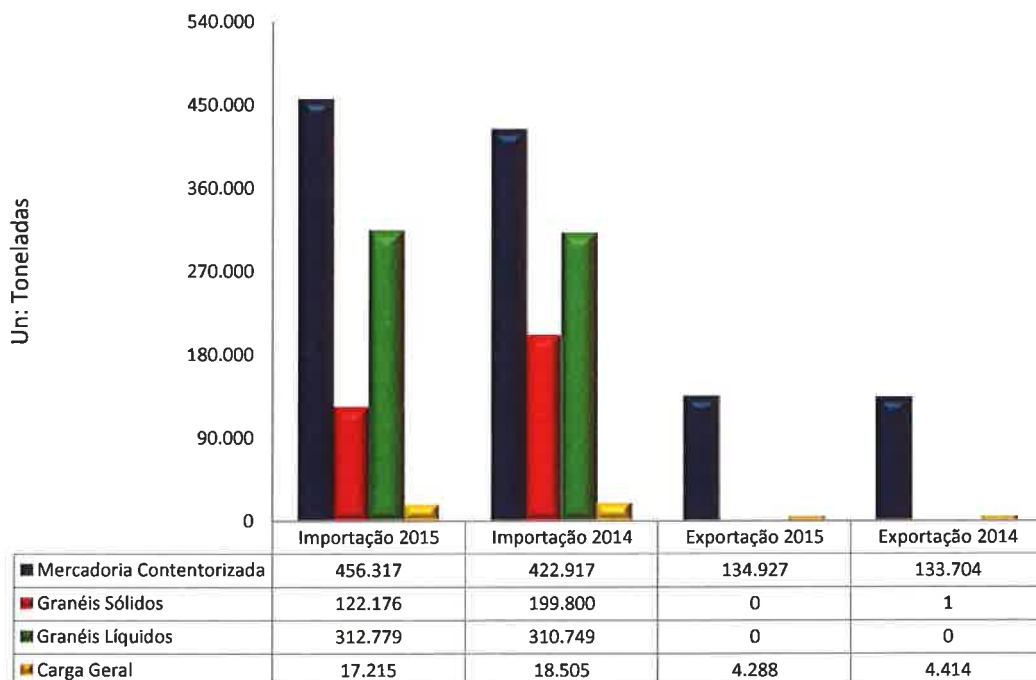
O porto do Porto Santo voltou a registar uma variação negativa, com um decréscimo de 19% (-3 933 toneladas) comparativamente a 2014.

A acentuada variação negativa registada no terminal dos Socorridos (combustíveis e cimento) atingiu as 69 876 toneladas comparativamente ao ano anterior. Parte desta variação deve-se à introdução do gás natural (LNG) para abastecimento à Central dos Socorridos da Empresa de Eletricidade da Madeira, com a consequente redução do consumo de combustível fóssil, o que acabou por desembocar na decisão da Empresa em desativar o referido pipeline de abastecimento da sua central elétrica.

Em comparação com 2014, verificou-se uma variação global negativa na relação entre as importações e exportações de mercadorias, conforme se pode constatar no gráfico abaixo:

2. Evolução do Movimento Portuário

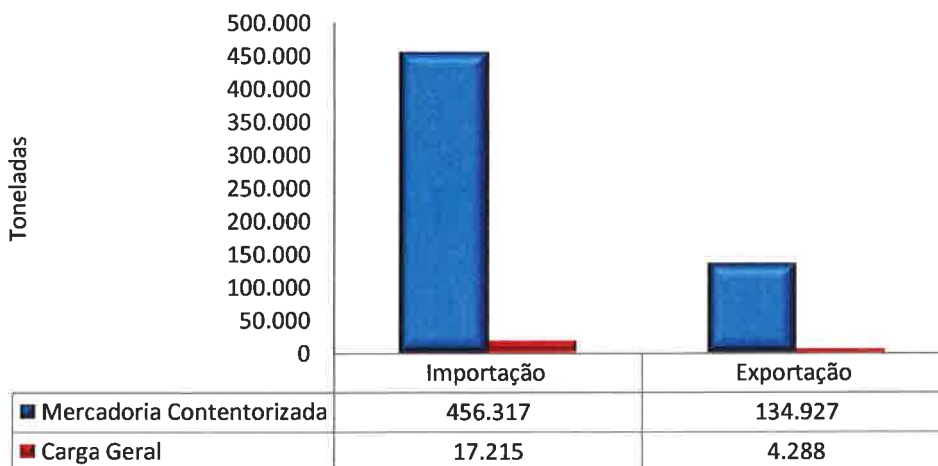
Gráfico 10 – Evolução do movimento de mercadorias – importação/exportação



Fonte: APRAM, S.A.

As exportações verificaram-se nos segmentos de mercadoria contentorizada (vinho, madeira, frutas e produtos regionais) e carga geral (viaturas).

Gráfico 11 – Relação importação/exportação de mercadorias

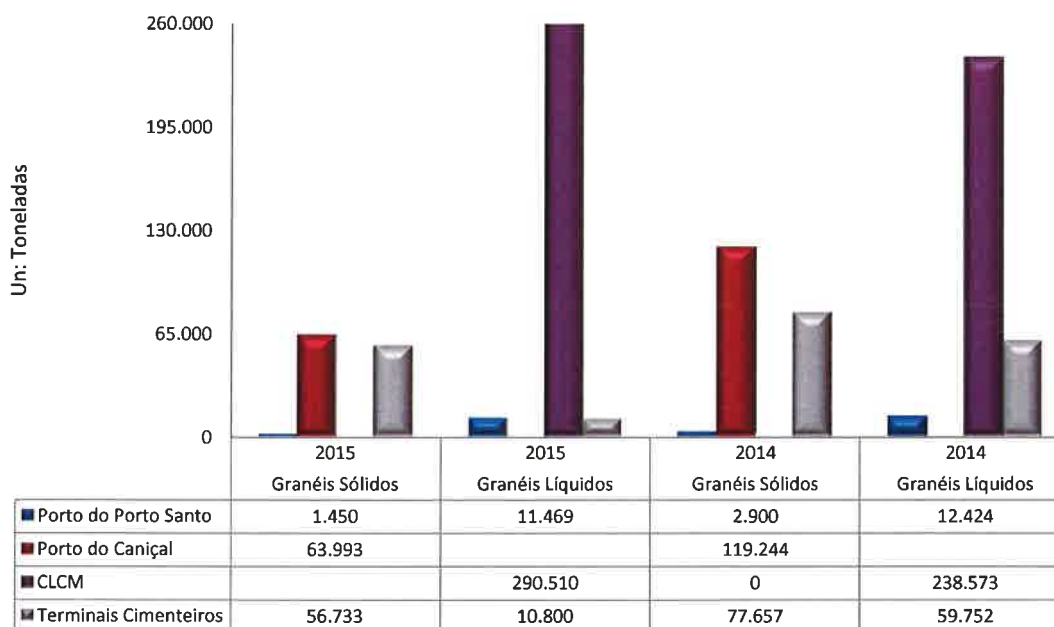


Fonte: APRAM, S.A.

2. Evolução do Movimento Portuário

Apresentamos no gráfico abaixo a evolução dos graneis movimentados, por infraestrutura, comparativamente ao ano anterior:

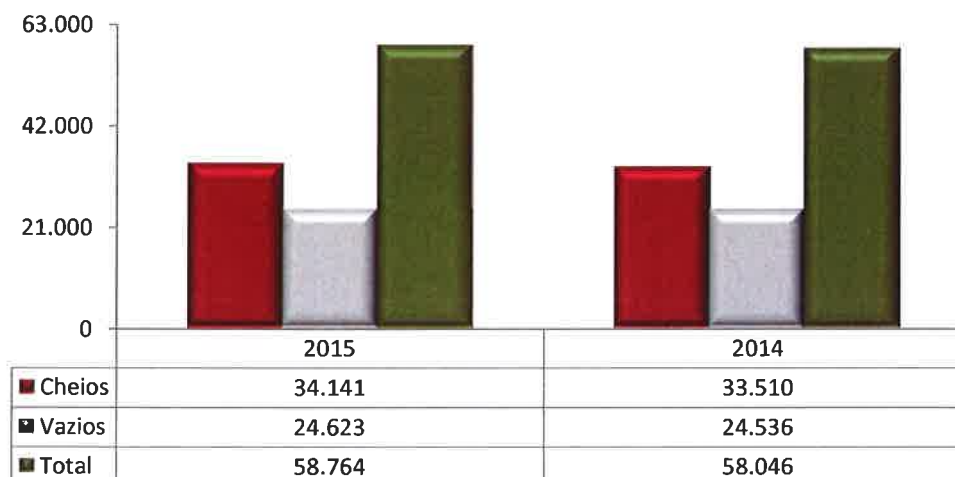
Gráfico 12 – Evolução do movimento de graneis/infraestrutura portuária



Fonte: APRAM, S.A.

O movimento geral de contentores registou um acréscimo global de 1% (718 unidades), em analogia com 2014.

Gráfico 13 – Movimento geral de contentores



Fonte: APRAM, S.A.

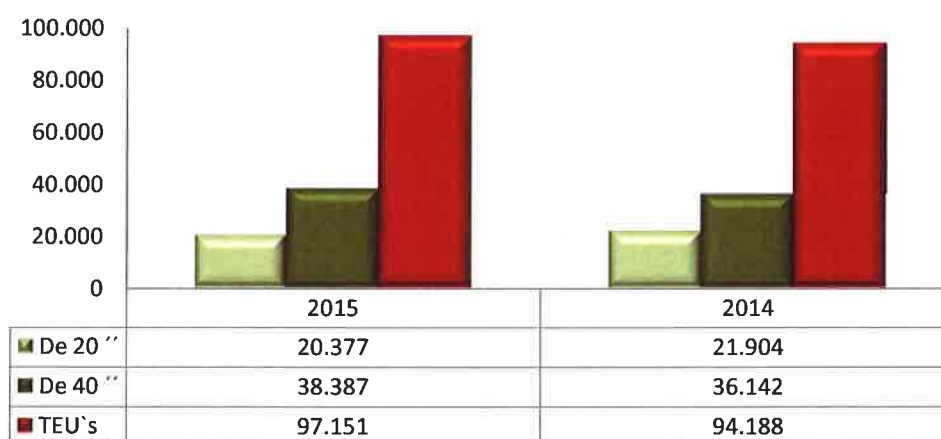


2. Evolução do Movimento Portuário

Quanto ao tipo de contentor, de 2014 para 2015, houve um decréscimo na movimentação de 7% nos contentores de 20` e um acréscimo de 6% nos contentores de 40`.

Em termos globais, a movimentação de contentores, expressa em TEU's, registou um crescimento de 3% (2 963 TEU`s), comparativamente ao ano anterior.

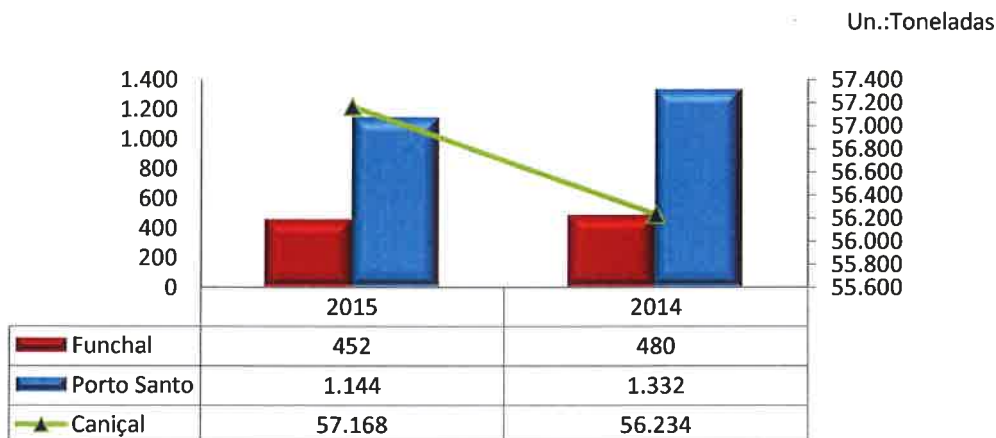
Gráfico 14 - Movimento de Contentores, por tipo



Fonte: APRAM, S.A.

Os portos do Funchal e Porto Santo registaram, comparativamente ao ano anterior, um decréscimo de 6% e 16%, respetivamente, no tráfego inter ilhas. O porto do Caniçal registou um acréscimo de 2% no número de contentores movimentados.

Gráfico 15 - Movimento de Contentores, por porto

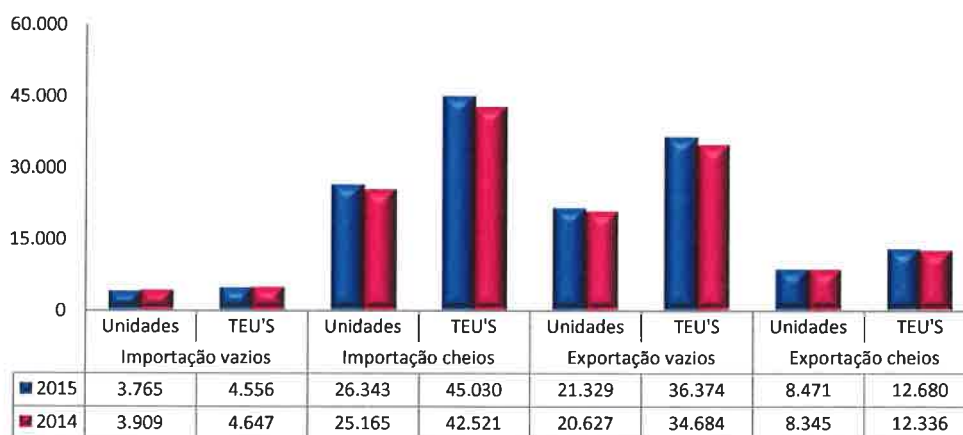


Fonte: APRAM, S.A.

2. Evolução do Movimento Portuário

A totalidade do movimento de contentores no porto do Funchal refere-se a contentores de mercadorias inter ilhas, e no âmbito da concessão da linha regular de transporte de passageiros e mercadorias por via marítima entre a Madeira e o Porto Santo.

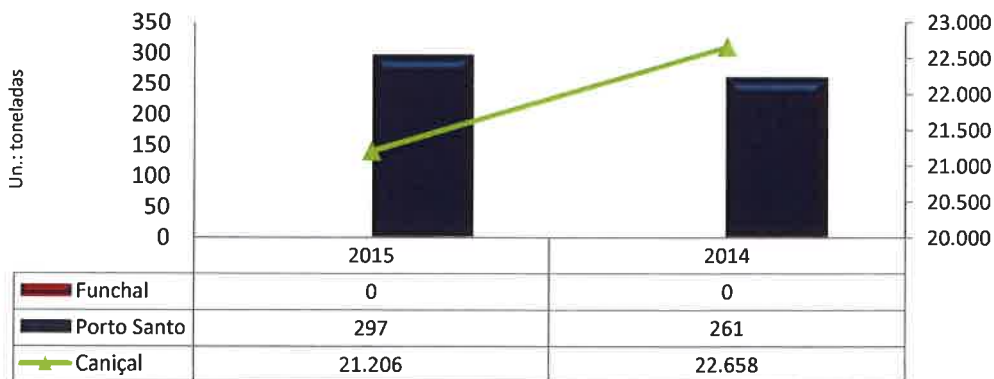
Gráfico 16 - Movimento de contentores – cheios/vazios e importação/exportação



Fonte: APRAM, S.A.

Quanto à carga geral fracionada, em 2015, registou-se um decréscimo de 7% (- 1 416 toneladas). O porto do Funchal não registou qualquer movimento deste tipo de carga, já o Porto do Porto Santo registou um acréscimo de 12% e no Porto do Caniçal a diminuição atingiu os 7%.

Gráfico 17 – Carga Geral Fracionada, por portos da RAM

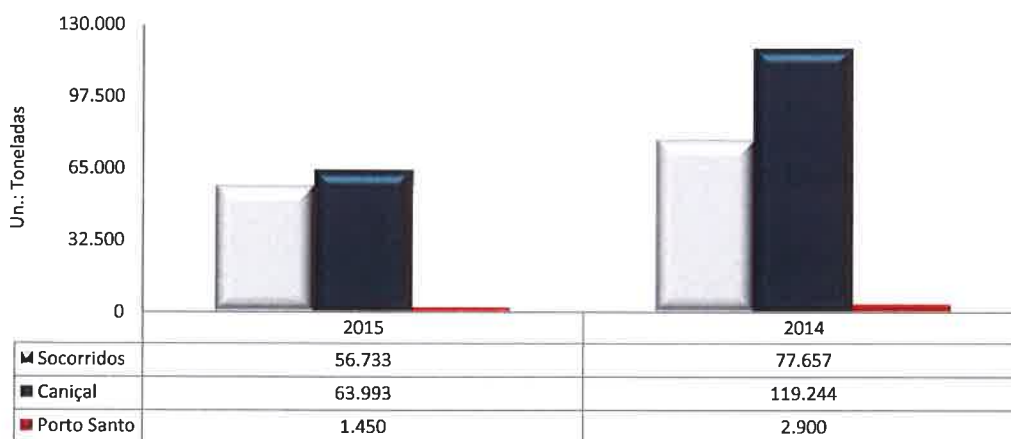


Fonte: APRAM, S.A.

No ano em análise, comparativamente ao ano anterior, a entrada de graneis sólidos registou uma variação negativa de 64%, ou seja – 77 625 toneladas.

2. Evolução do Movimento Portuário

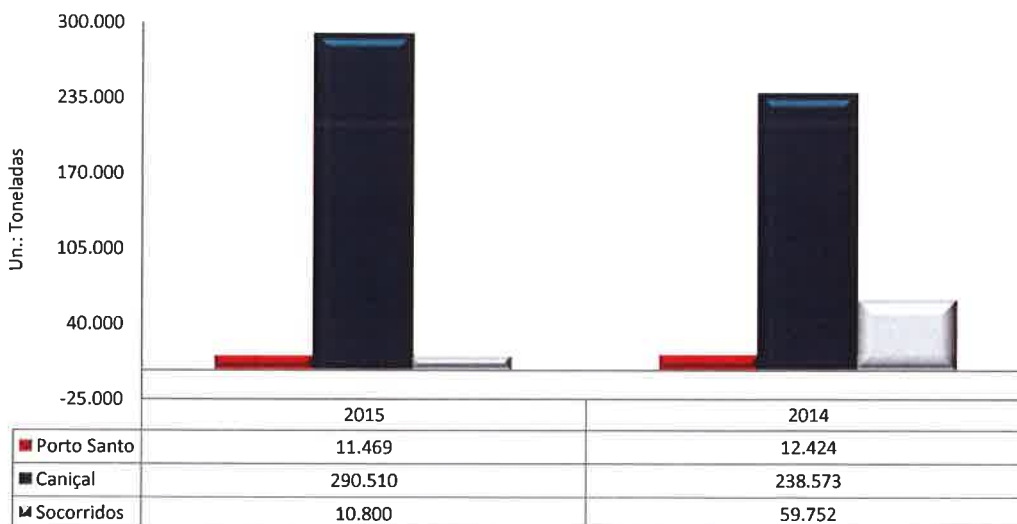
Gráfico 18 – Granéis Sólidos, por portos da RAM



Fonte: APRAM, S.A.

A descarga de granéis líquidos registou uma variação positiva de 1% em 2015 comparativamente ao ano anterior.

Gráfico 19 - Granéis Líquidos, por portos da RAM



Fonte: APRAM, S.A.

Em termos gerais, e comparativamente ao ano anterior, a carga contentorizada e a carga fracionada sofreram um crescimento global de 16%, o que equivaleu a um acréscimo de 33 207 toneladas, enquanto os graneis (sólidos e líquidos no seu conjunto) registaram um decréscimo de 15%.

3. RECURSOS HUMANOS



Temos por missão assegurar o acesso e a circulação de pessoas e bens por via marítima, com qualidade, eficácia e eficiência económica e operacional, contribuindo para o desenvolvimento sustentável da Região Autónoma da Madeira.



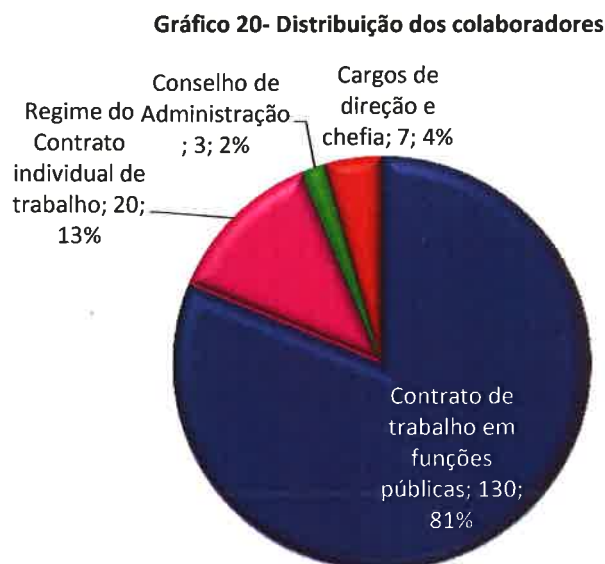
PORTOS DA MADEIRA
ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DA REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA, S.A.

3. Recursos Humanos

3. RECURSOS HUMANOS

3.1 Caracterização

O efetivo total da APRAM - Administração dos Portos da Região Autónoma da Madeira, S.A. em 31 de Dezembro de 2015 era de 153 trabalhadores, com a distribuição percentual por vínculos laborais e regime de desempenho de funções, conforme gráfico infra:



Fonte: APRAM, S.A.

Integram o mapa de pessoal da APRAM – Administração dos Portos da Região Autónoma da Madeira S.A. 149 trabalhadores:

- 130 transitaram dos organismos que antecederam a APRAM, S.A. e são trabalhadores em regime de contrato de trabalho em funções públicas;
- 19 são contratados em regime de contrato individual de trabalho.
- Para além destes trabalhadores, e extra mapa de pessoal, 4⁵ colaboradores desempenham funções na APRAM, S.A. pelo que o ativo global fixou-se em 153 colaboradores no final do ano de 2015.

⁵ 1 Piloto contratado a termo certo em substituição de baixa por doença do Piloto Francisco Manuel Moio Pessoa
APRAM - Administração dos Portos da Região Autónoma da Madeira, S.A.
CONTRIBUINTE N.º 511 137 753 • CONS. REG. COM. FUNCHAL N.º 7373
Gare Marítima da Madeira, Molhe da Pontinha, Porto do Funchal • 9004-518 FUNCHAL - PORTUGAL
TEL: 351 291 20 86 00 • FAX: 351 -291 - 22 01 96
portosdamadeira@apram.pt • www.apram.pt

3. Recursos Humanos

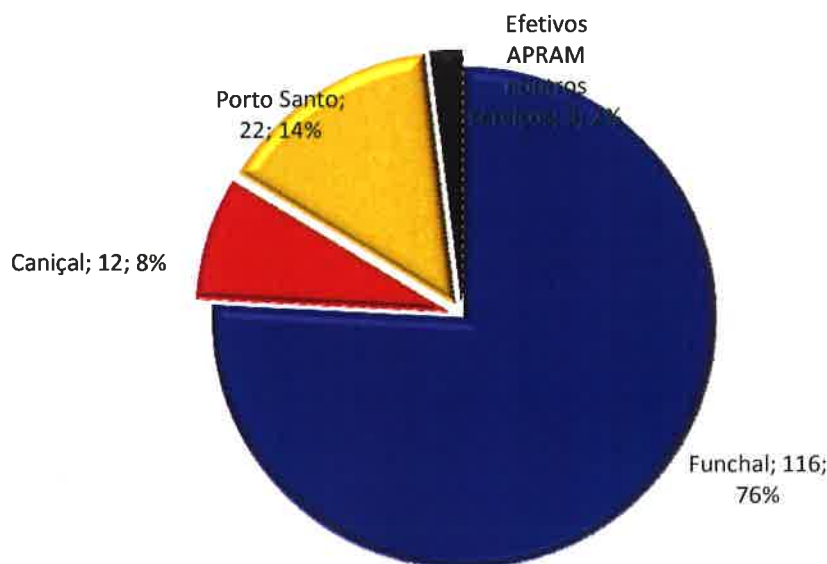
Os titulares de cargos de direção e chefia, com exceção do Diretor de Gestão de Recursos, Ambiente e Segurança e de 2 membros do Conselho de Administração, integram o quadro de pessoal da APRAM, S.A..

De realçar um decréscimo global de 15% do quadro de pessoal (-26 trabalhadores) na última década, considerando as estruturas orgânicas que antecederam a APRAM, S.A. – Direção Regional dos Portos e o Instituto Público da Administração dos Portos da Madeira.

Ainda dos 149 trabalhadores do quadro da APRAM, S.A. a 31 de Dezembro de 2015, há a referir que três encontravam-se a desempenhar as suas funções noutros organismos (Águas e Resíduos da Madeira, S.A., Madeira Parques Empresariais, S.A. e Serviço de Saúde da RAM, E.P.E).

A distribuição geográfica dos efetivos, por concelho, foi a seguinte:

Gráfico 21 – Distribuição percentual dos efetivos infraestrutura portuária



Fonte: APRAM, S.A.

3. Recursos Humanos

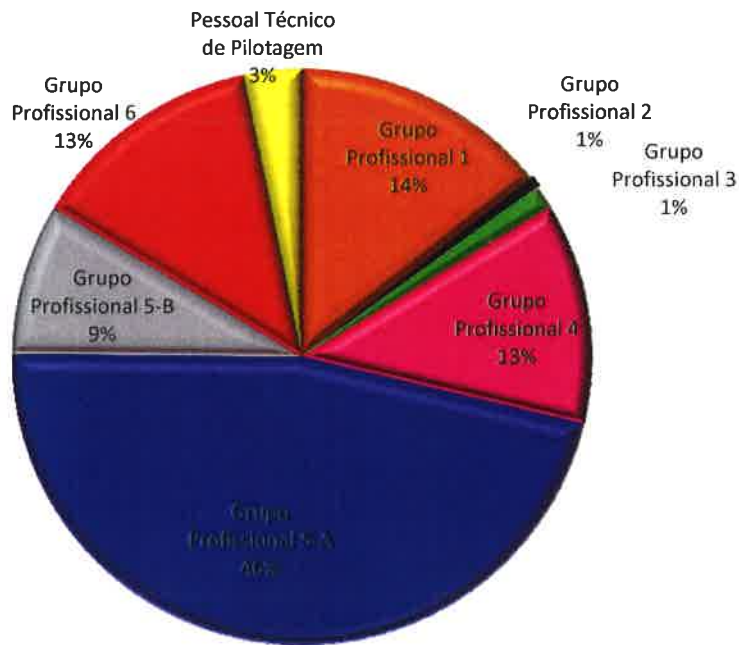
No Funchal desempenham funções 116 trabalhadores, embora exista pessoal que por força das tarefas desempenhadas, desloca-se a todas as infraestruturas portuárias dos Portos da Região Autónoma da Madeira (tripulações, pessoal técnico de pilotagem, eletricitistas e pessoal de apoio técnico às operações marítimo portuárias).

De realçar que, em termos de distribuição dos efetivos, 22 trabalhadores desempenham funções no porto do Porto Santo, o que representa 14% do efetivo da empresa.

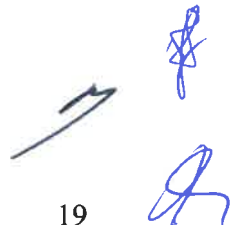
De referir, ainda, o apoio que é prestado por um trabalhador do porto do Porto Santo, e nessa qualidade, na *Loja do Cidadão* situada naquela Ilha.

Gráfico 22 – Distribuição percentual dos efetivos por grupos profissionais

A distribuição e evolução do efetivo global, por grupo profissional é a indicada nos gráficos infra:



Fonte: APRAM, S.A.



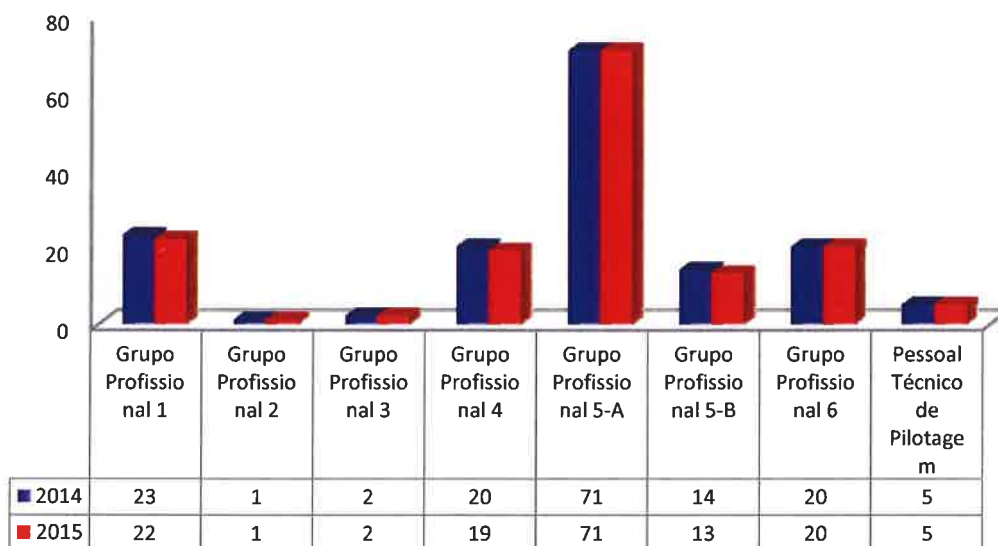
3. Recursos Humanos

Em termos de movimentação de pessoal, verificaram-se:

- Saídas: 11 motivadas por:
 - 3 por aposentação;
 - 1 rescisão de contrato de trabalho por iniciativa do trabalhador;
 - 1 por suspensão do vínculo de emprego público devido a doença prolongada;
 - 6 por cessação da requisição (Destacamento da PSP no Porto do Funchal).

- Admissões: 2 - 1 em regime de contrato individual de trabalho e 1 em contrato de trabalho a termo certo. Estas contratações destinaram-se a assegurar a prestação de serviços técnicos de pilotagem, sendo que a contratação em regime de contrato individual de trabalho destinou-se a preencher a vaga deixada pela rescisão do contrato de um piloto efetivo.

Gráfico 23- Evolução da distribuição dos efetivos, por grupos profissionais



Fonte: APRAM, S.A.

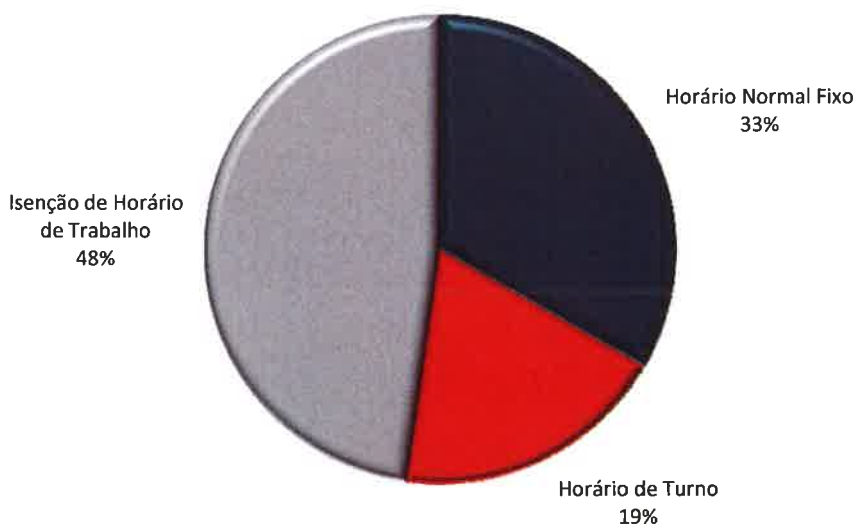
3. Recursos Humanos

O saldo fisiológico⁶ traduziu-se em -9 no universo global da APRAM, S.A., sendo a evolução dos efetivos negativa.

3.2 Regime de Trabalho

A especificidade do regime de trabalho, no que concerne à tipologia dos horários praticados, resulta da permanente necessidade de adequar os recursos humanos à atividade portuária de modo a manter operacionais e em segurança todas as infraestruturas portuárias sob responsabilidade da APRAM, S.A., 24 horas por dia, os sete dias da semana.

Gráfico 24 - Modalidades de Horários de Trabalho



Fonte: APRAM, S.A.

No regime de isenção de horário de trabalho, para as tripulações e pilotos está incluída a modalidade de compensação por trabalho aos sábados, domingos e feriados.

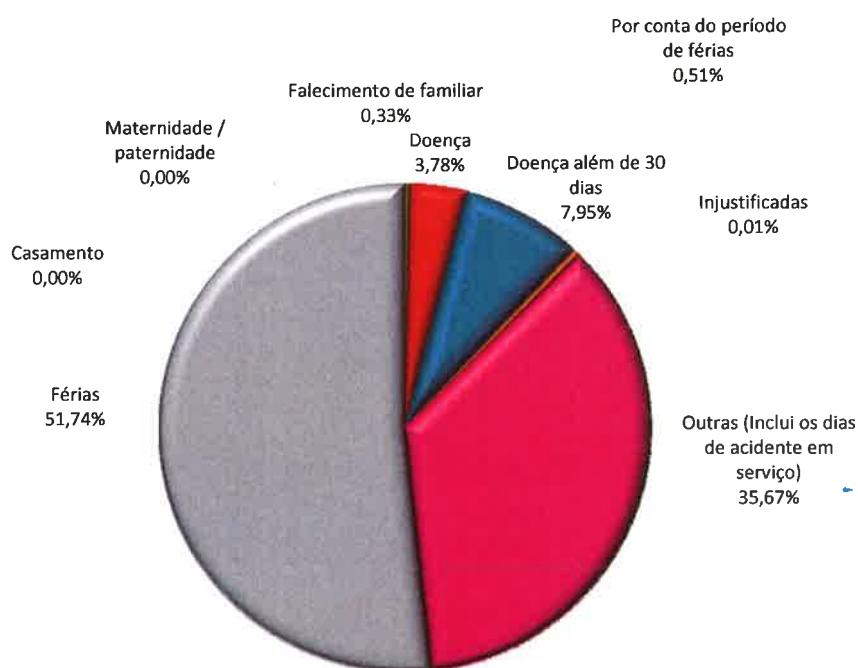
⁶ Diferença entre as entradas / saídas de pessoal.

3. Recursos Humanos

3.3 Absentismo

O número de dias de faltas por doença foi de 1017 dias. Para este valor contribuiu 1 trabalhador que se encontrava na situação de junta médica por doença prolongada que, no decurso de 2015, não prestou qualquer dia de serviço.

Gráfico 25 - Absentismo/Motivo



Fonte: APRAM, S.A.

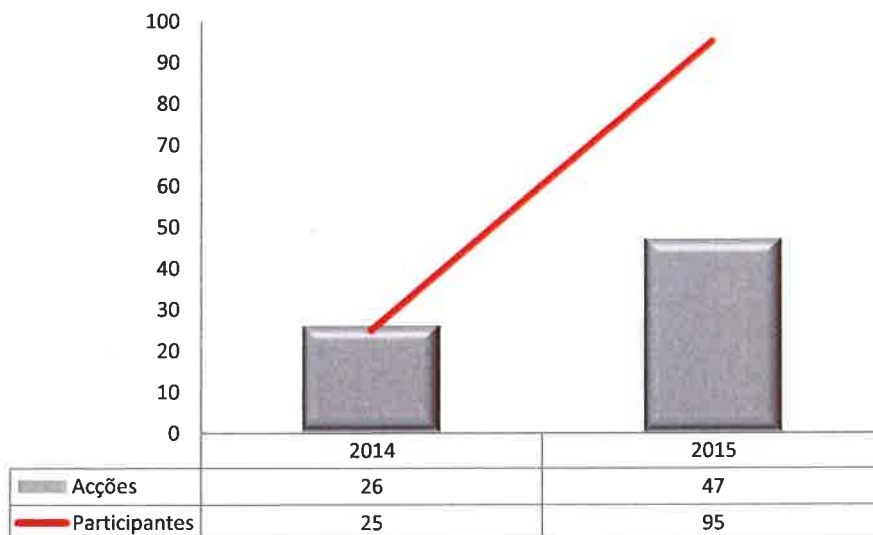
3.4 Formação Profissional

No ano 2015, foram realizadas 47 ações de formação – 11 internas e 36 externas, com um total de 95 participantes e 1415 horas de formação.

O investimento feito em formação profissional caracterizou-se por uma média de formação/trabalhador de 14,8 horas, e uma taxa de participação de 62% do efetivo.

3. Recursos Humanos

Gráfico 26 - Formação Profissional



Fonte: APRAM, S.A.

O ano de 2015 pautou-se por um aumento no número de participantes e aumento no número de ações de formação.

3.5 Higiene, Segurança e Medicina no Trabalho

No ano em análise, deu-se continuidade ao cumprimento dos imperativos legais em matéria de segurança, prevenção e medicina no trabalho.

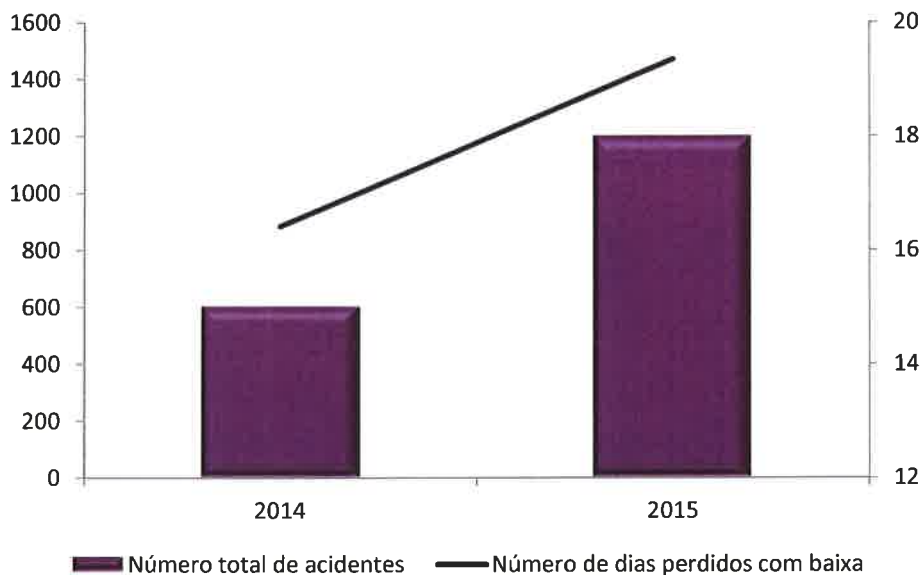
Após a aprovação do regulamento para o controlo do consumo excessivo do álcool no local de trabalho, pela Direção Regional do Trabalho, têm sido efetuados testes de controlo da alcoolemia, tendo sido submetidos a controlo 19 trabalhadores, não tendo sido detetados testes positivos.

Foram realizados 77 exames médicos no âmbito da medicina no trabalho, complementados por 157 exames auxiliares de diagnóstico (visioteste, ECG...).



3. Recursos Humanos

Gráfico 27 - Acidentes de Trabalho/Dias Perdidos



Fonte: APRAM, S.A.

Houve um aumento de acidentes de trabalho e do número de dias perdidos (+587 dias) comparativamente ao ano anterior, conforme se pode constatar no gráfico anterior.

Refira-se que em 18 acidentes de trabalho não foi atribuída qualquer incapacidade e que em 7 situações resultou uma ausência superior a 60 dias (1 283 dias).

Todos os trabalhadores da APRAM, sem exceção, estão cobertos, nos termos da lei, por um seguro de acidentes de trabalho assegurado pela Lusitânia Companhia de Seguros.

O quadro de pessoal da empresa íntegra 4 trabalhadores portadores de deficiência.

A nível de doenças profissionais não existe nenhum caso a assinalar.

3.6 Ação Social

Neste domínio, manteve-se um regime privativo de ação social, através da OSMOP. Face aos novos critérios de atribuição de subsídios, que têm por base de cálculo o IAS, não foi efetuado qualquer empréstimo nem atribuído nenhum subsídio porque nenhum dos trabalhadores reunia condições.

3. Recursos Humanos

3.7 Responsabilidade Social

A APRAM, S.A. possibilitou a realização de estágios curriculares a alunos dos estabelecimentos de ensino a seguir indicados:

- 4 alunos do curso técnico de mecatrónica, da Escola Dr. Francisco Fernandes;
- 1 aluno do curso técnico de marketing, relações públicas e publicidade nível 4, da Escola Profissional do Atlântico;
- 1 aluno do curso técnico de informática e gestão nível 4, da Escola Profissional do Atlântico;
- 1 aluno do curso de instalador e reparador de computadores, da Escola Secundária Francisco Franco.

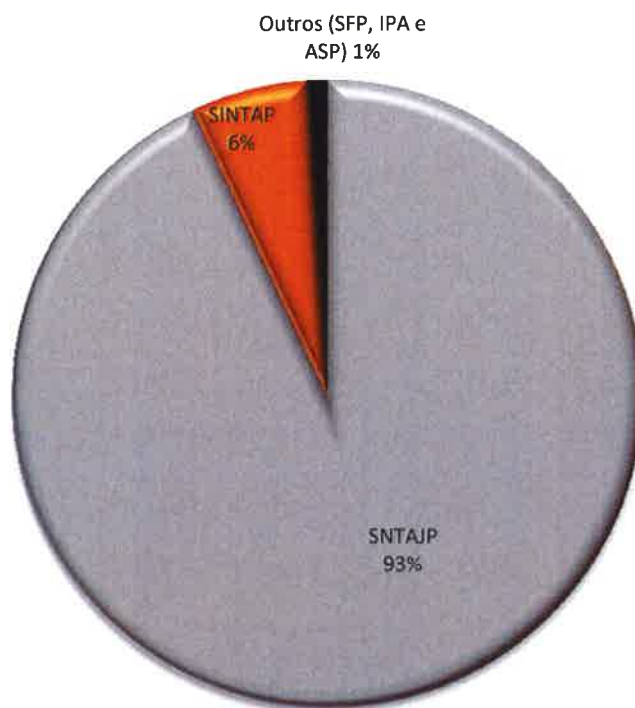
3.8 Relações Coletivas de Trabalho e Disciplina

A participação dos trabalhadores da APRAM, S.A. em matérias laborais tem sido efetuada através dos Sindicatos representativos do setor, tendo-se realizado algumas reuniões entre a APRAM, S.A. e os sindicatos, no decurso de 2015.

As administrações portuárias do Continente, da Madeira e dos Açores, e através da APP – Associação dos Portos Portugueses negociaram com o SNTAP – Sindicato Nacional dos Trabalhadores das Administrações Portuárias, o acordo coletivo de trabalho / acordo de empresa.

3. Recursos Humanos

Gráfico 23 – Distribuição dos trabalhadores por sindicatos



Fonte: APRAM, S.A

Do efetivo, 100 trabalhadores são sindicalizados, o que representa uma taxa de sindicalização de 65,4% e, destes, 93 são filiados no SNTJAP – Sindicato Nacional dos Trabalhadores das Juntas e Administrações Portuárias.

4. GOVERNO DA SOCIEDADE



A adoção de uma estrutura de Governança, em consonância com a estratégia da empresa e com as orientações de gestão emanadas pelo acionista, assente na transparência, controlo e eficiência, é considerada uma das questões fundamentais para a sustentabilidade da empresa



PORTOS DA MADEIRA
ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DA REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA, S.A.

4. Governo da Sociedade

4. GOVERNO DA SOCIEDADE

Neste capítulo, dá-se cumprimento ao dever de informação, previsto no artigo 14.º do regime jurídico do setor empresarial da Região Autónoma da Madeira.

A adoção de uma estrutura de Governance, em consonância com a estratégia da empresa e com as orientações de gestão emanadas pelo acionista, assente na transparência, controlo e eficiência, é considerada uma das questões fundamentais para a sustentabilidade da empresa.

4.1 Missão, Objetivos e política da empresa

O enquadramento jurídico e económico da APRAM – Administração dos Portos da Região Autónoma da Madeira, S.A. é dado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 19/99/M, de 1 de julho, com as alterações introduzidas pelo Decreto Legislativo Regional n.º 25/2003/M, de 23 de agosto, que transformou a Administração dos Portos da Região Autónoma da Madeira em APRAM - Administração dos Portos da Região Autónoma da Madeira, S.A. - sociedade anónima de capitais exclusivamente públicos, que integra o setor público empresarial da Região Autónoma da Madeira e é tutelada pela Secretaria Regional da Economia, Turismo e Cultura, bem como aprovou os respetivos estatutos.

Apresenta-se com a designação comercial de Portos da Madeira e tem por objeto social a administração e gestão dos portos (Funchal, Caniçal e Porto Santo), terminais (Porto Novo, Praia Formosa, Socorridos), cais (Machico, Câmara de Lobos, Ribeira Brava, Calheta, Porto Moniz, Ponta do Sol, Santa Cruz, Madalena do Mar, Seixal, Porto da Cruz, Paul do Mar) e marinas (Funchal e Porto Santo) da Região Autónoma da Madeira sob a sua área de jurisdição, visando a exploração económica, planeamento, construção, conservação e desenvolvimento.

4. Governo da Sociedade

Compete-lhe, ainda, o exercício das competências e prerrogativas de autoridade portuária na Região Autónoma da Madeira.

Tendo presente o objeto social e as atribuições que foram acometidas à APRAM, S.A., esta tem por:

- Missão: Administrar as infraestruturas portuárias, de modo a assegurar o acesso e a circulação de pessoas e bens por via marítima, com qualidade, eficácia e eficiência económica e operacional, contribuindo para o desenvolvimento sustentável da Região Autónoma da Madeira;
- Valores:
 - Qualidade - Procurar a excelência na sua atuação, esforçando-se diariamente por uma prestação de serviço qualificada, tendo por base os meios e tecnologia existentes;
 - Segurança - Garantir a segurança da vida humana, a preservação do ambiente e dos ecossistemas marinhos e a proteção da propriedade;
 - Atitude – Atuar, de forma articulada, com o contributo dos colaboradores, no sentido de cumprir com a missão da organização e satisfazer as expectativas de todos os parceiros;
 - Inovação – Encorajar e premiar a inovação, a criatividade e a pró atividade na vida da organização, de modo a assegurar um desenvolvimento sustentado da atividade.

Os diversos instrumentos, estratégias e programas disponibilizados deverão ser aproveitados pela APRAM, S.A., e demais parceiros, para melhoria e otimização dos níveis de serviço e da capacidade competitiva da RAM, em especial no que respeita à:

- Contribuição da empresa para o desenvolvimento económico da Região Autónoma da Madeira;

4. Governo da Sociedade

- Posicionamento como autoridade portuária e atuação numa lógica de negócio;
- Envolvimento e criação de sinergias com os parceiros de negócio, de um modo muito particular com a comunidade portuária;
- Segurança portuária.

Assim, a APRAM S.A., embora consciente das grandes dificuldades que as demais empresas atravessam, terá forçosamente que efetuar um grande esforço no sentido de arrecadar as receitas em tempo útil, sob pena de não ser viável o cumprimento da Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso Lei, com as inerentes consequências.

Compete-lhe, ainda, o exercício das competências e prerrogativas de autoridade portuária na Região Autónoma da Madeira.

4.2 Orientações de Gestão

No ano de 2015 a tutela da APRAM, S.A. mudou de titular. Com a entrada em funções do novo executivo passou a ser tutelada pelo Dr. Eduardo António de Freitas Jesus, em substituição da Dr.^a Conceição Maria de Almeida Estudante.

O desempenho no ano de 2015 continuou a ser fortemente condicionado pela implementação das medidas preconizadas no Plano de Ajustamento Económico Financeiro (PAEF) e pela reclassificação da APRAM - Administração dos Portos da Região Autónoma da Madeira, S.A.. Nesta medida, as orientações do acionista colocaram o enfoque na redução dos custos operacionais da empresa, na isenção da TUP carga na exportação de mercadorias, no cumprimento da lei dos compromissos e dos pagamentos em atraso e no cumprimento dos acordos de regularização de dívida celebrados para cumprimento dos compromissos da dívida comercial anterior a 31 de dezembro de 2013.

Não obstante as medidas tomadas, importa não esquecer o cenário de contração económica que vivemos, com acentuadas quebras estruturais, em especial no consumo e com reflexos na movimentação de mercadorias nos portos da RAM.

4. Governo da Sociedade

A conjugação dos dois fatores acima referidos (quebra da receita/necessidade de corte de despesa), aliado ao serviço da dívida comercial, suportado com receitas próprias da APRAM, S.A. na celebração de acordos de regularização de dívidas, conduziu a um orçamento de forte contenção do investimento, cumprimento da lei dos compromissos e dos pagamentos em atraso, como é do inteiro conhecimento do acionista.

Neste contexto, estão definidos objetivos estratégicos, da cariz plurianual, a desenvolver com base nas seguintes premissas:

- Função de acionista e de tutela sectorial exercida pelo Governo Regional da Madeira, através da Secretaria Regional da Economia, Turismo e Cultura;
- Gestão articulada com a tutela e com a Secretaria Regional das Finanças e da Administração Pública⁷, em termos de planeamento e de financiamento partilhado do investimento;
- Sustentabilidade da atividade com crescente ênfase na segurança marítimo-portuária e na qualidade;
- Eficiência económica na atividade e política de investimentos reprodutivos, orientados para o mercado.

Deste modo, as orientações de gestão para o sistema portuário regional são marcadas, do ponto de vista macro, por um posicionamento estratégico orientado para a concretização dos seguintes Objetivos Estratégicos:

- Reforçar a competitividade dos Portos da Madeira, relevando a sua centralidade atlântica, em especial no segmento do mercado de cruzeiros;
- Participar ativamente na promoção do desenvolvimento sustentado da região;
- Assegurar as melhores práticas de atuação, que reforcem a segurança e promovam a proteção da propriedade e do ambiente;

⁷ Esta gestão partilhada do investimento deve-se ao facto da APRAM, S.A. ser uma EPR, tratada como serviço e fundo autónomo.




4. Governo da Sociedade

- Promover o equilíbrio económico-financeiro da Administração dos Portos;
- Desenvolver uma gestão valorativa do capital humano.

Embora a APRAM, S.A. não esteja integrada no “Plano 5+1 Redução dos custos portuários”, por orientação do acionista foi abolida a TUP Carga na exportação desde agosto de 2014, com reflexos diretos na receita, como veremos mais à frente.

4.3 Regulamentos externos e internos

A complexidade do enquadramento legal condiciona a atividade da empresa, aplicando-se regulamentação tão diversa quanto, e a título de exemplo, matérias relacionadas com segurança, ambiente, financiamento comunitário, contratação pública, seguros, regime do setor empresarial da Região Autónoma da Madeira, do estatuto do gestor público da RAM, legislação laboral (desde o regime jurídico do trabalho portuário, CIT, contrato de trabalho em funções públicas), Regulamentos de Inscrição Marítima, Concessões e licenciamentos....

Alguns regulamentos, pela sua relevância, podem ser consultados no site da APRAM, S.A. (www.portosdamadeira.com).

Indicam-se os principais regulamentos externos:

- Decreto Legislativo Regional n.º 19/99/M, de 1/07, alterado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 25/2003/M, de 23/08: transforma a Administração dos Portos da Região Autónoma da Madeira em APRAM - Administração dos Portos da Região Autónoma da Madeira, S.A. e aprova os respetivos estatutos;
- Decreto-Lei n.º 298/93, de 28/08, adaptado à RAM pelo Decreto Legislativo Regional n.º 18/94/M, de 22/9: estabelece o regime de operação portuária;
- Decreto-Lei n.º 324/94, de 30/12: estabelece as bases gerais das concessões do serviço público de movimentação de cargas em áreas portuárias;
- Decreto-Lei n.º 165/2003, de 24/07: relativo à receção dos resíduos dos navios.

4. Governo da Sociedade

- Decreto-Lei n.º 180/2004, de 27/07: integra a informação do Sistema VTS Português no sistema comunitário de acompanhamento e de informação do tráfego marítimo.
- Decreto-Lei n.º 46/2002, de 2/03: atribui às autoridades portuárias a competência integrada em matéria de segurança nas suas áreas de jurisdição.
- Diretiva 2005/65/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26/10: sobre o reforço da segurança nos portos.
- Decreto-Lei n.º 226/2006, de 15/11: transpõe para o direito nacional a Diretiva do Código ISPS;
- Lei n.º 58/2005, de 29/12: aprova a Lei da Água, transpondo para a ordem jurídica nacional a Diretiva n.º 2000/60/CE do Parlamento e do Conselho e estabelece as bases e o quadro institucional para a gestão sustentável das águas;
- Decreto-Lei n.º 226-A/2007, de 31/05: estabelece o regime da utilização dos recursos hídricos;
- Decreto Legislativo Regional n.º 13/2010/M, de 5/08: estabelece o Regime Jurídico do Setor Empresarial da Região Autónoma da Madeira;
- Decreto-Lei n.º 151-B/2013, de 31/10: estabelece o Regime Jurídico de Avaliação de Impacte Ambiental;
- Lei dos compromissos e dos pagamentos em atraso;
- Código da Contratação Pública;
- Orçamento da Região Autónoma da Madeira.

Regulamentos Internos:

- Regulamento de Exploração da APRAM – Administração dos Portos da Região Autónoma da Madeira, S.A.;
- Regulamento de Tarifas da APRAM – Administração dos Portos da Região Autónoma da Madeira, S.A e Regulamento de Tarifas de Atividades Dominiais,

4. Governo da Sociedade

aprovado pela Portaria da Região Autónoma da Madeira n.º 46/2012, de 30/03, retificado pela Declaração de Retificação de 21/06/2012, e alterado pela Portaria n.º 141/2014, de 14/08;

- Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas;
- Regulamento Interno de Prevenção e Controlo do Consumo Excessivo de Álcool;
- Regulamento para a Prestação de Serviço de Táxis no Porto do Funchal;
- Regulamento de circulação e estacionamento na zona portuária terrestre do Porto do Funchal sob jurisdição da APRAM, S.A.;
- Regulamento da Atribuição e o Uso de Fardamentos e Equipamento de Proteção Individual (EPI).

4.4 Identificação e Estrutura dos Órgãos Sociais

Identificação e estrutura dos órgãos sociais a partir de 10 de março de 2014

Os órgãos sociais atualmente em funções foram eleitos pela Assembleia Geral de 10 de março de 2014, apresentam a seguinte composição:

- Mesa da Assembleia Geral:
 - Presidente: Dr. Paulo Duarte Rodrigues de Jesus;
 - Vogal: Dr.ª Priscila Maria Martins Candelária;
 - Secretário da Mesa: Dr.ª Sónia José Carvalho Olim Menezes.
- Conselho de Administração:
 - Presidente: Dr.ª Alexandra Cristina Ferreira Mendonça;
 - Vogal executivo: Dr. Marcos João Pisco Pola Teixeira de Jesus;
 - Vogal executiva: Dr.ª Maria de Fátima Pita Carvalho Correia.

Na estrutura de gestão do Conselho de Administração não existem comissões especializadas.

4. Governo da Sociedade

- **Fiscal Único:** CRC – Colaço, Rosa, Coelho & Associado, SROC, Lda.

4.5 Funções exercidas noutras empresas/representação

A Presidente do Conselho de Administração desempenha funções, não remuneradas, de:

- Vogal da direção da Associação de Promoção da Madeira;
- Vogal do Conselho Fiscal da APP-Associação dos Portos Portugueses;
- Representante da RAM no CCPTMP – Conselho consultivo para a proteção do transporte marítimo e dos portos;
- Representação da APRAM, S.A., no Centro de Coordenação Operacional Regional da Madeira/Serviço Regional de Proteção Civil;
- Representante no CCOT – Conselho Consultivo do Observatório do Turismo e no Conselho Regional do Turismo;
- Representante efetiva da RAM no Observatório da Cabotagem Insular e na Comissão de Planeamento e Emergência do Transporte Marítimo;
- Representante da RAM no Conselho da Náutica de Recreio.

O Vogal do Conselho de Administração desempenha funções, não remuneradas, de:

- Representante Suplente da RAM no CCPTMP – Conselho consultivo para a proteção do transporte marítimo e dos portos;
- Representante da APRAM, S.A., no Centro de Coordenação Operacional Regional da Madeira/Serviço Regional de Proteção Civil
- Representante da APRAM no Conselho Regional do Turismo;
- Representante suplente da APRAM no Conselho Regional de Proteção Civil;
- Representante suplente da RAM no Observatório da Cabotagem Insular e na Comissão de Planeamento e Emergência do Transporte Marítimo.




4. Governo da Sociedade

4.6 Áreas de Tutela e Síntese Curricular dos Membros do Conselho de Administração

O Conselho de Administração não tem áreas de tutela definidas.

- A Presidente do Conselho de Administração será substituída, nas suas faltas e impedimentos pelo vogal Marcos João Pisco Pola Teixeira de Jesus e, nas ausências deste, pela vogal Fátima Carvalho Correia;
- São competências específicas da Presidente do Conselho de Administração a coordenação e a orientação geral das atividades deste órgão e, em especial:
 - Convocar o Conselho de Administração, fixar a agenda de trabalhos e presidir às respetivas reuniões;
 - Representar o Conselho de Administração, em juízo e fora dele, sem prejuízo de outros representantes ou mandatários que puderem ser designados para o efeito.
- Sempre que circunstâncias excecionais e urgentes o exijam e, não sendo possível reunir o Conselho, a presidente pode praticar quaisquer atos da competência deste, mas tais atos ficam sujeitos a ratificação na primeira reunião realizada após a sua prática;
- O Conselho de Administração poderá delegar em algum ou alguns dos seus membros alguma ou algumas das suas competências, definindo em ata os limites e condições de tal delegação, conforme o disposto no artigo 11º. dos Estatutos da APRAM, S.A. sem prejuízo do disposto no n.º 2 do artigo 407.º do Código das Sociedades Comerciais;

O Conselho de Administração vincula-se:

- Pela assinatura de dois membros do conselho de administração;
- Pela assinatura de um administrador quando haja delegação expressa do conselho para a prática de um determinado ato;

4. Governo da Sociedade

- Pela assinatura de mandatário constituído, no âmbito do correspondente mandato;
- Em assuntos de mero expediente, basta a assinatura de um membro do conselho de administração.

Nos parágrafos seguintes é apresentada uma síntese dos elementos curriculares dos administradores supra identificados.

Presidente do Conselho de Administração

Alexandra Cristina Ferreira Mendonça

Formação Académica:

- Mini MBA Direito Marítimo, concluído em 2009;
- Curso Internacional de Política estratégica - Praticum de L'OMT - curso organizado pela Organização Mundial do Turismo, realizado em Madrid concluído em setembro 2004;
- Carta de Patrão de Alto Mar pelo (IPTM) Instituto Portuário de Transportes Marítimos, concluído em 1995;
- Curso de pós graduação em Direito Fiscal e Introdução à Contabilidade pela ECLA - Lisboa, concluído em 1990;
- Licenciatura em Direito, pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, concluída em 1989-01-13;
- “Diploma Superior de Estudos Franceses Modernos” da Alliance Française, concluído em 1983-06-30.

Atividade Profissional:

APRAM - Administração dos Portos da Região Autónoma da Madeira, S.A.
CONTRIBUINTE N.º 511 137 753 • CONS. REG. COM. FUNCHAL N.º 7373
Gare Marítima da Madeira, Molhe da Pontinha, Porto do Funchal • 9004-518 FUNCHAL - PORTUGAL
TEL: 351 291 20 86 00 • FAX: 351 -291 - 22 01 96
portosdamadeira@apram.pt • www.apram.pt



4. Governo da Sociedade

- Desde 21 de novembro de 2011 – Presidente do Conselho de Administração da APRAM – Administração dos Portos da Região Autónoma da Madeira, S.A.;
- Desde 15 de agosto de 2008 a 20 de novembro de 2011 – Vogal do Conselho de Administração da APRAM – Administração dos Portos da Região Autónoma da Madeira, S.A.;
- 2005-2008 - Comissão de serviço no cargo de Diretora de Serviços de Empreendimentos e Atividades Turísticas da Direção Regional do Turismo;
- 1999-2005 - Comissão de serviço no cargo de Chefe de Divisão de Atividades Turísticas da Direção Regional do Turismo;
- Ingresso no quadro de pessoal da Direção Regional de Turismo em novembro de 1991.

Outras experiências profissionais:

- Exercício de funções docentes da cadeira de legislação turística na Escola Profissional de Hotelaria e Turismo da Madeira (2000-2002);
- Exercício de funções docentes da cadeira de legislação turística internacional no curso de Correios de Turismo, realizado pelo ISAL (1997-1999);
- Exercício de funções docentes da cadeira de direito do mar (1994);
- Exercício de funções docentes da disciplina de introdução à atividade económica no liceu Jaime Moniz (1992-1993);
- Estágio de advocacia na Ordem dos Advogados pelo Conselho Distrital de Lisboa (1990-1991).

Participação em Comissões/Grupos de Trabalho:

4. Governo da Sociedade

- Oradora em conferências no âmbito da atividade portuária, designadamente no Seminário Internacional sobre oportunidades do Turismo e do Mar "As cidades portuárias e a relação porto-cidade" que se realizou na cidade de Setúbal, em setembro 2015;
- Oradora na conferência internacional Port Management 2010 - "Decision Makers Nacionais e Internacionais da Indústria Marítima e Portuária", que se realizou em Luanda, Angola, em julho 2010;
- Nomeada como representante da Secretaria Regional do Turismo e Cultura na comissão técnica de acompanhamento da elaboração dos Planos de Ordenamento da Orla Costeira (POOC);
- Nomeada como representante da Secretaria Regional do Turismo e Cultura na comissão de acompanhamento da Operação Integrada de Desenvolvimento do Porto Santo;
- Nomeada como representante da Secretaria Regional do Turismo e Cultura na comissão mista de coordenação do Plano de Ordenamento Turístico da RAM (POT);
- Nomeada como representante da Secretaria Regional do Turismo e Cultura no grupo de trabalho e coordenação para a instalação da nova Escola Profissional de Hotelaria e Turismo da Madeira.

Vogal do Conselho de Administração

Marcos João Pisco Pola Teixeira de Jesus

Formação Académica:

- Curso de pós graduação em Gest@o.com do INDEG, Bussiness School do ISCTE - concluído em 2004;




4. Governo da Sociedade

- Curso de Fiscalidade Empresarial da Escola de Pós-Graduação em Ciências Económicas e Empresariais da Universidade Católica Portuguesa - concluído em 1997;
- Curso de pós graduação em Estudos Europeus da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, variante de economia - concluído em 1993;
- Licenciatura em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra - concluída em 1992.

Atividade Profissional:

- Nomeado Vogal do Conselho de Administração da APRAM – Portos da Madeira, SA, desde 21/11/2011;
- Nomeado em comissão de serviço no cargo de Diretor de Serviços de Suporte e Divulgação da Direção Regional da Administração Pública e Local, em 01/03/2011.
- Nomeado em comissão de serviço no cargo de Diretor do Gabinete de Inovação Tecnológica na Administração Pública da Direção Regional da Administração Pública e Local, em 10/07/2001;
- Nomeado no cargo de Chefe da Divisão de Modernização Administrativa da Direção Regional da Administração Pública e Local, em 29/03/1999;
- Ingresso no quadro de pessoal da Direção Regional de Administração Pública e Local, a 13/06/1994, na categoria de consultor jurídico (atualmente mantém o vínculo à mesma Direção Regional, na categoria de técnico superior, posição remuneratória 9, nível 42).

Outras Experiências Profissionais:

- Nomeado como representante da Direção Regional da Administração Pública e Local no Painel de Especialistas no âmbito do Barómetro Regional da Qualidade, em Novembro de 2006.



4. Governo da Sociedade

- Nomeado como representante da Direção Regional da Administração Pública e Local no grupo de trabalho que procedeu à recolha de medidas legislativas e regulamentares a tomar com vista à desburocratização de procedimentos (Operação Arrasar), pelo Despacho n.º 210/2005, de 14/12.
- Nomeado como representante da Direção Regional da Administração Pública e Local no grupo de trabalho que procedeu à compilação dos modelos de requerimentos e formulários utilizados no Governo Regional, pelo Despacho Conjunto n.º 10/2001, de 10/5.
- Nomeado como vogal da comissão instaladora da Loja do Cidadão da Madeira, pela Resolução n.º 1422/99, de 24/9.

Vogal do Conselho de Administração

Maria de Fátima Pita Carvalho Correia

Formação Académica:

- Pós Graduação em Gestão Portuária e Transporte Intermodal, Instituto Superior de Transportes, 1995/1996;
- Pós Graduação em Direito do Trabalho, Instituto de Direito do Trabalho da Faculdade de Direito da Universidade Clássica de Lisboa, 2004/2005;
- Curso de Desenvolvimento de Competências de Gestão e Administração, Instituto de Planeamento e Desenvolvimento do Turismo, 2011/2012;
- Pós Graduação em Estudos Europeus, Variante de Economia, Centro de Estudos Europeus da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, 1991/1995;
- 5.º ano de Língua Francesa, Alliance Française, 1989;
- Licenciatura pelo Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas em Política Social, Universidade Técnica de Lisboa, 1981/1985.

4. Governo da Sociedade

Atividade Profissional:

- Desde 10 de março de 2014 – Vogal do Conselho de Administração da APRAM – Administração dos Portos da Região Autónoma da Madeira, S.A.;
- De 2010/05/01 a 9 de março de 2014 - Diretora Administrativa e de Recursos Humanos na APRAM, S.A.;
- De 1 de Março de 2001 a 30 de Abril de 2010 - Diretora de Recursos Humanos na APRAM, S.A.;
- De 1 de Novembro de 1997 a 28 de Fevereiro de 2001 - Diretora Administrativa, Financeira e de Recursos Humanos na Administração dos Portos da Região Autónoma da Madeira, IP;
- De 1 de Setembro de 1991 a 31 de Outubro de 1997 - Diretora de Recursos Humanos na Direção Regional de Portos;
- De 9 de Fevereiro de 1989 a 31 de Agosto de 1991 - Técnica superior na Direção Regional de Portos;
- De 21 de Abril de 1986 a 8 de Fevereiro de 1989 - Técnica superior no Gabinete de Estudos e Planeamento da ex- Secretaria Regional do Plano;
- De 1984 a 1985 – Estágio profissional na UBP – União de Bancos Portugueses.

Atividade Académica:

- Docente da disciplina de Geografia - Professora provisória, Escola Secundária Dr. Ângelo Augusto da Silva, Funchal;
- Assistente convidada da cadeira de “Gestão de recursos humanos”, Universidade Católica Portuguesa.

Participação em Comissões/Grupos de Trabalho:

- Foi membro de vários júris de concursos, no âmbito da legislação referente aos mercados públicos;
- Integrou grupos de trabalho para a elaboração de propostas de diplomas de adaptação de legislação ao sector portuário da RAM;

4. Governo da Sociedade

- Coordenou o projeto de implementação do software SAP de apoio à gestão portuária e à gestão económico-financeira;
- Foi responsável na DRP pela implementação das normas e procedimentos referentes à nomenclatura combinada dos transportes marítimos, na sequência da harmonização estatística introduzida pela Diretiva Comunitária para o sector portuário;
- Coordenou, por parte da DRP, os projetos de “Auditoria informática e elaboração do Plano Diretor de Informática” e “Auditoria de gestão da Direção Regional de Portos”.
- Colaborou na elaboração dos diplomas que transformaram a Direção Regional em Instituto Público e posteriormente, em Sociedade Anónima;
- Colaborou, na qualidade de representante regional, na elaboração da proposta do Decreto-Lei de racionalização de efetivos no sector portuário (reforma antecipada);
- Coordenou o grupo de trabalho que procedeu à adaptação à RAM de várias legislações do sector portuário, com relevância para o Estatuto do Pessoal da Direção Regional de Portos.

Trabalhos elaborados:

- “Evolução do Movimento de Cruzeiros do Porto do Funchal na última década, 1998, Secretaria Regional de Economia e Cooperação Externa;
- “A Política Comunitária Marítima – a sua importância na política comum de transportes e mercado comum”, 1995, dissertação no âmbito da Pós graduação em Gestão portuária e transporte intermodal, Centro de Documentação do ISP;
- “Evolução e caracterização das embarcações registadas no Registo de Internacional de Navios da Madeira”, 1996, Centro de Documentação do ISP;
- “Clima Organizacional – um estudo prático”, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, 1985.

4. Governo da Sociedade

4.7 Reuniões do Conselho de Administração e decisões mais relevantes

O número de reuniões do Conselho de Administração no exercício de 2015 foi de 55.

Destacamos as seguintes deliberações tomadas no ano de 2015:

Governo da Sociedade:

- Aprovação do relatório de gestão e contas referente ao exercício do ano económico de 2014 e sua submissão à Assembleia Geral;
- Aprovação do Plano de Atividades e Orçamento da APRAM - Administração dos Portos da Região Autónoma da Madeira, S.A. para o exercício do ano 2016;
- Autorização para o gozo de tolerância de ponto, nos mesmos termos que foram concedidos pelo Governo Regional aos demais trabalhadores.

Representação em comissões:

- Nomeação do Eng. Luís Manuel Teixeira de Ornelas, representante da APRAM, S.A., no Workshop *Vulnerabilidade da Região Autónoma da Madeira às Alterações Climáticas*;
- Nomeação do Eng. Carlos Manuel Henriques Camacho para integrar a equipa de acompanhamento do *PIETRAM2014/2020 – Plano Integrado e Estratégico dos Transportes da R.A.M.*

Execução do orçamento/Acordos de Regularização de Dívida:

- Alterações orçamentais (13), sendo 3 delas com reforço na receita devido à receção de créditos especiais;
- Celebração de ARD – Acordos de Regularização de Dívida para regularização de situações anteriores a 31 de dezembro de 2013, e em cumprimento da lei dos compromissos e dos pagamentos em atraso.

4. Governo da Sociedade

Participação da APRAM, S.A. em feiras/organizações do setor:

- Autorização para a participação no “*Seatrade Winter Cruising Forum*”, através da associação “*Cruises in the Atlantic Islands*” (CIAI) em Cartagena, Espanha;
- Autorização para a participação da APRAM, S.A. na Feira de Cruzeiros de Miami;
- Autorização para a participação na assembleia-geral da MEDCRUISE em Zadar, Croácia;
- Autorização para a participação da APRAM, S. A. na “*Seatrade Europe*” em Hamburgo;
- Autorização para a participação na reunião de arranque do projeto GAINN realizada em Valência.

Atividades filantrópicas/responsabilidade social da APRAM, S.A.:

- Autorização para isenção da TUP/carga para o embarque do contentor com material diverso destinado à BTL – Bolsa de Turismo de Lisboa;
- Autorização para isenção da TUP/carga para a embarcação semi-rígida “Culatra”, propriedade da GNR;
- Autorização para isenção da TUP/carga para um contentor da Associação de Deficientes da Madeira;
- Autorização para isenção da TUP/carga para a embarcação “Access 2.3” do late Clube de Santa Cruz;
- Autorização para isenção da TUP/carga às viaturas participantes no Rali Vinho Madeira/2015.

Contencioso:

- Autorização para cobrança coerciva das dívidas de diversos clientes da APRAM, S.A.;
- Adjudicação à Sérvulo & Associados - Sociedade de Advogados, RL, da “Aquisição de Serviços Jurídicos” no âmbito do contencioso que opõe a APRAM à CLCM- Companhia Logística de Combustíveis da Madeira, S.A..

4. Governo da Sociedade

Recursos humanos:

- Acolhimento de vários estagiários, no âmbito dos cursos técnicos profissionais e da necessidade de efetuarem estágios curriculares;
- Revogação do regime de isenção de horário de trabalho (IHT) e de compensação por trabalho prestado aos sábados, domingos e feriados (TSDF) a um trabalhador;
- Autorização para acumulação de funções privadas;
- Autorização para a contratação de um piloto em regime de contrato individual de trabalho, para substituição de outro piloto que solicitou a rescisão de contrato de trabalho;
- Autorização para atribuir transitoriamente e pelo período que durar a ausência do chefe do serviço de pilotagem, as funções de chefia do serviço de pilotagem ao Piloto Joaquim José Martins Abreu;
- Autorização para a contratação a termo certo de curta duração de pilotos, para suprir a ausência por doença de piloto do quadro da APRAM;
- Autorização de mobilidade intercarreiras a 2 trabalhadores do quadro da APRAM, com efeitos a partir de 1 de julho de 2015;

Regulamento tarifário:

- Fixação das taxas e demais condições para utilização do guincho de elevação e estacionamento no cais da Ribeira Brava.

Concursos para aquisição de bens e serviços/Adjudicações:

- Adjudicação da prestação de serviços relativa à “Monitorização Ambiental - Descritor - Ecologia Marinha - 1.ª Campanha (estado de referência)” ao IMAR - Instituto do Mar;

4. Governo da Sociedade

- Adjudicação dos trabalhos de dragagem da “Empreitada de Construção do Novo Cais de Cruzeiros na Frente de Proteção Marítima do Depósito de Inertes Criado a Nascente do Cais da Cidade do Funchal” ao agrupamento complementar de empresas ETERMAR/SOMAGUE CAIS DE CRUZEIROS DO FUNCHAL, A.C.E.;
- Adjudicação da prestação de serviços relativa ao controlo da espécie “gaivotas”, no cais sul do Porto do Funchal a Tiago João dos Santos L. Cardoso, com a designação comercial de FOTOSOUVENIR;
- Adjudicação da prestação de serviços relativa à “Monitorização Ambiental - Descritores: Recursos Hídricos, Ambiente Sonoro e Ambiente Sonoro (Critério de Incomodidade) - 1.ª campanha durante a construção” ao Eng. José Egídio Alves dos Santos;
- Adjudicação da “Empreitada de Construção dos Edifícios das Autoridades do Porto do Porto Santo e Arranjos Exteriores” à FARROBO - Sociedade de Construções, S.A;
- Adjudicação do "Concurso Limitado por Prévia Qualificação para Execução da Empreitada de Ampliação e Reabilitação do Cais Norte do Porto do Funchal” às empresas SOMAGUE e ETERMAR;
- Adjudicação da Empreitada de “Fornecimento e Montagem de Caixilharias no Edifício do Grupo Gerador da Gare Marítima da Madeira, Porto do Funchal” à Tecnovia Madeira, Sociedade de Empreitadas, S.A;
- Adjudicação da “Empreitada de Diversas Reparações na Marina do Funchal” à Tecnaco - Técnicos de Construção, S.A.;
- Adjudicação do Concurso Público para a “Aquisição de Equipamento Administrativo e de Apoio à Navegação para o Porto do Porto Santo”;
- Adjudicação da Empreitada de "Repavimentação dos arruamentos de acesso aos novos edifícios das autoridades do porto do Porto Santo” à EDIMADE;

4. Governo da Sociedade

- Adjudicação da prestação de serviços de seguros de “Responsabilidade Civil de Exploração e Multi-Riscos” à CBK Madeira Corretores de Seguros, S.A.;
- Adjudicação da “Prestação de Serviços de Docagem das Embarcações da APRAM, S.A. Ilhéu de Cima, Ilhéu do Lido e Ilhéu do Farol” à NAVALTAGUS – Reparação e Construção Naval, S.A.;
- Adjudicação para a “Aquisição de Defensas Cilíndricas Pneumáticas para o Porto do Porto Santo” à empresa Ahlers Lindley, Lda;
- Adjudicação para a “Aquisição/fabrico de 5 (cinco) pranchas de alumínio bruto e 2 (dois) passadiços para o cais 8 do porto do Funchal” à empresa Ahlers Lindley, Lda;
- Adjudicação da “Dragagem do Terminal Inertes do Porto do Porto Novo” à Empresa Tecnovia Madeira – Sociedade de Empreitadas, S.A.;
- Adjudicação do “Fornecimento e instalação de um sistema de controlo de acessos, através de barreiras, na zona acostável norte do porto do Funchal, gestão do parque de estacionamento de viaturas a norte do novo cais acostável (cais 8), solução de gestão/parametrização centralizada de todas as zonas controladas por barreiras, e a visualização e controlo remoto das barreiras instaladas”, à empresa ENA Portugal.

Licenciamento de atividades:

- Autorização para a prorrogação da licença das lojas n.ºs 7 e 8 da Marina do Funchal;
- Autorização para a renovação do “contrato de concessão da Marina do Funchal”;
- Autorização para a emissão de licença para ocupação da plataforma n.º 6 na Zona de Apoio Logístico do Porto Novo (ZAL);
- Autorização para a emissão de licença à empresa “BÚSSOLA RADICAL – UNIPESSOAL LDA.”, referente à ocupação da Loja n.º 18, localizada na Marina do Funchal;

4. Governo da Sociedade

- Autorização para a revogação do “Contrato de Concessão de Exploração da Marina do Porto Santo”, do “Contrato de Conceção, Construção e Exploração de Infraestruturas de Apoio a Atividades Náuticas de Recreio no Terraplano do Porto do Porto Santo” e do “Contrato de Aluguer de um Pórtico Travel Lift e Empilhador de Elevação Negativa”, celebrado com a empresa 33/16 – Assistência Náutica, S.A.;
- Autorização para a emissão de licença de ocupação do Cais Sul do Molhe da Pontinha, para a montagem de um Parque de Assistências e de Reabastecimento das viaturas participantes e de apoio ao Rali Vinho Madeira, edição de 2015;
- Autorização para a atribuição de uso privativo de áreas do domínio público marítimo para criação de Lugares de Estacionamento Para Veículos de Empresas de Animação Turística e Agências de Viagem no Estacionamento Localizado na Zona de Acesso ao Novo Cais de Cruzeiros do Funchal;
- Autorização para a emissão de licença de ocupação que atribuí a utilização privativa do Forte de Nossa Senhora da Conceição para exploração do "NINI Design Centre";
- Autorização para a emissão de licença à “Land & Sea, Onthemoove, Lda”, para ocupação das lojas 5 e 6 na Gare Marítima da Madeira;
- Autorização para a alteração da “Licença n.º 13/2015/M.F, emitida a favor da RDT, Unipessoal Lda;
- Autorização para a emissão de licença para a utilização privativa do restaurante do edifício de autoridades do porto do Caniçal.

4.8 Exercício de Poderes de Autoridade, por parte da APRAM, S.A.

Nos termos das alíneas a) a g), do número 2, artigo 3.º dos Estatutos da APRAM – Administração dos Portos da Região Autónoma da Madeira, S.A., aprovado em anexo ao Decreto Legislativo Regional n.º 19/99/M, de 1 de julho, exerce os seguintes poderes:

4. Governo da Sociedade

- Atribuição de usos privativos e definição do respetivo interesse público para efeitos de concessão relativamente aos bens do domínio público que lhe está afeto, bem como à prática de todos os atos respeitantes à execução, modificação e extinção da licença ou concessão;
- Licenciamento de atividades portuárias de exercício condicionado ou concessão de serviços públicos portuários, podendo praticar todos os atos necessários à atribuição, execução, modificação e extinção da licença ou concessão, nos termos da legislação aplicável;
- Expropriação por utilidade pública, ocupação de terrenos, implantação de traçados e exercício de servidões administrativas necessárias à expansão ou desenvolvimento portuários, nos termos legais;
- Administração do domínio público na área que lhe está afeta;
- Fixação de taxas e tarifas a cobrar pela utilização dos portos, terminais, cais e Marinas, dos serviços neles prestados e pela ocupação de espaços dominiais ou destinados a atividades comerciais ou industriais;
- Proteção das suas instalações e do seu pessoal;
- Uso público dos serviços inerentes à atividade portuária e sua fiscalização.

4.9 Entidades Encarregadas de Auditoria Externa

- CRC – Colaço, Rosa, Coelho & Associado, SROC, Lda.;
- Inspeção Regional de Finanças;
- Inspeção Geral de Finanças;
- Tribunal de Contas;
- Tribunal de Contas Europeu;
- Instituto de Desenvolvimento Regional;

4. Governo da Sociedade

- Agência para o Desenvolvimento e Coesão, IP;
- Outras que, no âmbito de projetos cofinanciados, sejam indicadas pelas respetivas entidades gestoras.

4.10 Remunerações dos Membros dos Órgãos Sociais

Assembleia Geral

A remuneração auferida pelos membros da Assembleia Geral, sob a forma de senhas de presença, e fixadas por Deliberação da Assembleia Geral da APRAM – Administração dos Portos da Região Autónoma da Madeira, S.A.. encontra-se discriminada no quadro seguinte:

Quadro 1 – remuneração auferida pelos membros da Assembleia Geral

Valores auferidos membros da Assembleia Geral	SENHAS DE PRESENÇA	SEGURANÇA SOCIAL /CGA	TOTAL
Paulo Duarte Rodrigues de Jesus	800,00 €	190,00 €	990,00 €
Priscila Maria Martins Candelária	600,00 €		600,00 €
Sónia José Carvalho Olim Menezes	900,00 €	213,75 €	1.113,75 €

Fonte: APRAM, S.A.

Fiscal Único

A remuneração auferida pelo Fiscal Único, durante o ano de 2015, foi 16.920,00 €.

Conselho de Administração

Os membros do Conselho de Administração auferiram as remunerações e demais regalias sociais fixadas por Deliberação da Assembleia Geral da APRAM – Administração dos Portos da Região Autónoma da Madeira, S.A. e foram as indicadas no quadro infra:

4. Governo da Sociedade

Quadro 2 - Remunerações e demais regalias sociais do Conselho de Administração

DESCRIÇÃO	Alexandra Cristina Ferreira Mendonça	Marcos João Pisco Pola Teixeira de Jesus	Maria de Fátima Pita Carvalho Correia	TOTAL
Remuneração base	48.000,00 €	44.400,00 €	44.400,00 €	136.800,00 €
Subsídio de férias/Natal	7.999,96 €	7.399,96 €	7.399,96 €	22.799,88 €
Subsídio de alimentação	1.665,20 €	1.657,96 €	1.701,40 €	5.024,56 €
Despesas de representação	14.400,00 €	8.880,00 €	8.880,00 €	32.160,00 €
Ajudas de custo	2.730,91 €	814,57 €	244,52 €	3.790,00 €
CGA	16.742,42 €	14.433,81 €	14.434,37 €	45.610,60 €
SUB-TOTAL SALÁRIOS	91.538,49 €	77.586,30 €	77.060,25 €	246.185,04 €
Despesas com viatura	252,05 €	214,88 €	0,00 €	466,93 €
Seguro Viatura	116,85 €	116,85 €	0,00 €	233,70 €
Gasolina/Gasóleo	352,36 €	549,25 €	1.102,62 €	2.004,23 €
Comunicações	522,51 €	455,37 €	168,70 €	1.146,58 €
SUB-TOTAL	1.243,77 €	1.336,35 €	1.271,32 €	3.851,44 €
TOTAL	92.782,26 €	78.922,65 €	78.331,57 €	250.036,48 €

Fonte: APRAM, S.A.

- As despesas de representação foram processadas 12 meses.
- Todos os Administradores estão inscritos e descontam para a Caixa Geral de Aposentações e ADSE.
- Não existem planos complementares de reforma.
- Não foram atribuídos prémios de gestão.

4.11 Relatório de Auditoria Externa

O Relatório do Revisor Oficial de Contas encontra-se anexo ao presente relatório.

5. RECLASSIFICAÇÃO E ORÇAMENTO DA APRAM, S.A.



A APRAM, S.A. integra o setor público empresarial da Região Autónoma da Madeira como empresa pública reclassificada (EPR).



PORTOS DA MADEIRA
ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DA REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA, S.A.

M
R
R

5. Reclassificação e Orçamento da APRAM, S.A.

5. RECLASSIFICAÇÃO E ORÇAMENTO DA APRAM, S.A.

A APRAM, S.A. integra o setor público empresarial da Região Autónoma da Madeira como empresa pública reclassificada (EPR).

Tem por objeto a prestação de serviços e poderes de autoridade portuária, possui autonomia administrativa e financeira, com personalidade jurídica e património próprios, gerando e arrecadando receitas provenientes da sua atividade.

Apesar da reclassificação da APRAM, S.A. "*produzir efeitos desde 2012, só em 2014 é integrada no sector institucional da administração pública regional*"⁸. Esta situação introduziu alterações significativas nas suas obrigações, de que se destacam:

- A integração da APRAM, S.A. no orçamento da RAM, concorrendo para todos os limites à despesa e não podendo ultrapassar as dotações orçamentais atribuídas;
- O cumprimento da Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso;
- A obrigatoriedade de efetuar o reporte regular da informação financeira e do número de trabalhadores;
- A obrigatoriedade de cumprir com a regra da unidade de tesouraria, movimentando todos os fluxos financeiros exclusivamente em contas abertas no IGCP, encerrando as demais contas.

O orçamento inicial da APRAM, S.A. para o ano económico de 2015, elaborado na ótica da contabilidade pública, apresentou um valor de 37.831.911€.

A repartição entre as receitas e despesas (correntes e de capital) foi a expressa no quadro infra:

Quadro 3 – Orçamento inicial da APRAM, S.A.

Un.: Euros

DESIGNAÇÃO	ORÇAMENTO	
1. Receitas correntes	9.993.495	26%
2. Receitas de capital	27.838.416	74%
TOTAL DAS RECEITAS	37.831.911	100%

⁸ Ver página 104 da proposta de ORAM 2014 - Relatório e Anexos.



5. Reclassificação e Orçamento da APRAM, S.A.

DESIGNAÇÃO	ORÇAMENTO	
1. Despesas correntes	16.536.943	44%
2. Despesas de capital	21.294.968	56%
TOTAL DAS DESPESAS	37.831.911	100%

No decorrer do ano 2015, a APRAM, S.A. apresentou 13 alterações orçamentais. Algumas foram meras transferências entre rubricas orçamentais, outras foram resultantes de créditos especiais com acréscimo nas rubricas da receita e da despesa no valor de 8.348.392 €, das quais se destacam:

- 2,10 M€ - Aumento da taxa de cofinanciamento (85% para 97%) do projeto do POVT-14-0158-FCOES-000002 – Infraestruturas do Porto do Porto Santo;
- 1,89 M€ - Expetativa de crescimento do mercado de cruzeiros e da faturação de licenças do domínio público marítimo e para fazer face ao pagamento de transitados de anos anteriores (dividas anteriores a 2014);
- 0,54 M€ - Receita proveniente da execução fiscal movida à Madmar, Lda. e cujo processo decorria desde os anos 90;
- 0,27 M€ - Indemnização proveniente da ocupação de uma parcela de terreno integrada no domínio público marítimo, onde se encontra implantada uma unidade de biocombustível (Empresa de Eletricidade da Madeira, S.A.) e que foi desafetada do projeto POVT-14-0158-FCOES-000002 – Infraestruturas do Porto do Porto Santo;
- 0,49 M€ - Receita proveniente das fichas da Lei de Meios (fichas da intempérie de 2010) e associadas às seguintes reparações:
 - Recuperação da vedação junto ao estaleiro naval e reparação do pavimento no parque de contentores frigoríficos, no porto do Caniçal;
 - Reparação nas zonas portuárias do Paúl do Mar, Madalena do Mar, Ponta do Sol e Porto Novo;



5. Reclassificação e Orçamento da APRAM, S.A.

- Aquisição de diversos equipamentos que resultaram no fornecimento das novas viaturas, empilhadores e ferramentaria para as oficinas da APRAM – Administração dos Portos da Região Autónoma da Madeira, S.A..
- 2,81 M€ - Receita contemplada no orçamento rectificativo da RAM e que se destinava à celebração de contratos programa, de modo a cobrir a retenção efetuada pelo POVT, resultante da diferença entre o montante financiado e o valor pago até à aprovação do saldo final dos projetos. Estes valores não foram executados, pelo facto da taxa de cofinanciamento do projeto do POVT Porto Santo ter sido aumentada de 85% para 97%, o que permitiu a execução física e financeira no prazo fixado (até 31 de dezembro de 2015).

A APRAM, S.A. apresentou receitas globais no valor de 40.660 M€, com uma taxa de execução orçamental de 88% (receitas correntes - 91%; receitas de capital - 87%), conforme se pode constatar pelo mapa infra:

Quadro 4 – Evolução do Orçamento das Receitas da APRAM, S.A.

DESIGNAÇÃO	ORÇAMENTO INICIAL 2015	ORÇAMENTO CORRIGIDO 2015	EXECUÇÃO ORÇAMENTAL 2015	VARIAÇÃO	
				VALOR	%
RECEITAS CORRENTES					
04 - Taxas, multas e outras penalidades					
04 01 - Taxas	8.216.295	10.315.783	10.295.646	20.137	100%
04 02 - Multas e outras penalidades	10.500	35.500	32.555	2.945	92%
05 - Rendimentos da propriedade					
05 02 - Juros - Sociedades financeiras	500	500		500	
05 10 - Rendas	1.713.600	2.731.495	1.530.548	1.200.947	56%
07 - Venda de bens e serviços correntes					
07 01 - Venda de bens	2.600	600		600	
08 - Outras receitas correntes					
08 01 - Outras	50.000	270.000	270.000		100%
TOTAL DAS RECEITAS CORRENTES (1)	9.993.495	13.353.878	12.128.749	1.225.129	91%
RECEITAS DE CAPITAL					
10 - Transferências de capital					
10 04 - Administração regional	5.285.630	4.711.179	4.495.830	215.349	95%
10 09 - Resto do mundo	5.632.548	9.251.706	7.032.548	2.219.158	76%
12 - Passivos financeiros					
12 06 - Empréstimos a médio e longo prazo	16.912.738	18.763.123	16.912.738	1.850.385	90%
13 - Outras receitas de capital					
13 01 - Outras	7.500	78.453	68.736	9.717	88%
16 - Saldo da gerência anterior					
16 01 - Na posse do serviço		21.964	21.963	1	100%
TOTAL DAS RECEITAS DE CAPITAL (2)	27.838.416	32.826.425	28.531.815	4.294.610	87%
TOTAL DAS RECEITAS = (1) + (2)	37.831.911	46.180.303	40.660.564	5.519.739	88%

5. Reclassificação e Orçamento da APRAM, S.A.

Na parte das receitas correntes:

- Capítulo “04 – Taxas, multas e outras penalidades” é a que tem maior peso e está diretamente relacionada com a atividade da empresa. Representa 85% das receitas deste agrupamento e são provenientes das taxas portuárias relacionadas com o tráfego de mercadorias e de cruzeiros (TUP navio, pilotagem, amarração, passageiros). Note-se que os portos da Madeira continuam a ser a principal porta de entrada de bens e mercadorias na RAM, com cerca de 90% das importações da RAM, enquanto que o porto do Funchal ocupou, em 2015, o 1.º lugar do ranking nacional no mercado de cruzeiros;
- Segue-se o capítulo “05 – Rendimentos da propriedade”, com 13%, onde se inclui a receita proveniente das licenças e concessões devidas pela exploração, ocupação e utilização de terrenos, terraplenos e edificações na área de jurisdição da APRAM, S.A..

As principais receitas de capital da APRAM, S.A. referem-se a:

- Capítulo “10 – Transferências de capital”, com um peso de 40% nas receitas e está associado às receitas provenientes dos projetos cofinanciados pelos fundos comunitários (POVT), bem como pelos contratos programa inerentes à sua execução;
- Capítulo “12 – Passivos financeiros”, com um peso de 59% e provenientes do contrato de mútuo celebrado com o Governo Regional da Madeira destinado a fazer face aos encargos com o serviço da dívida (16.912 M€)."

No quadro infra constamos o peso de cada capítulo face ao orçamento global:

Quadro 5 – Distribuição da Execução Orçamental das Receitas

DESIGNAÇÃO	EXECUÇÃO ORÇAMENTAL 2015	PESO %
RECEITAS CORRENTES		
04 - Taxas, multas e outras penalidades	10.328.201	25%

5. Reclassificação e Orçamento da APRAM, S.A.

DESIGNAÇÃO	EXECUÇÃO ORÇAMENTAL 2015	PESO %
RECEITAS CORRENTES		
05 - Rendimentos da propriedade	1.530.548	4%
08 - Outras receitas correntes	270.000	1%
TOTAL DAS RECEITAS CORRENTES (1)	12.128.749	30%
RECEITAS DE CAPITAL		
10 - Transferências de capital	11.528.378	28%
12 - Passivos financeiros	16.912.738	42%
13 - Outras receitas de capital	68.736	0%
16 – Saldo da gerência anterior	21.963	0%
TOTAL DAS RECEITAS DE CAPITAL (2)	28.531.815	70%
TOTAL DAS RECEITAS = (1) + (2)	40.660.564	100%

A APRAM, S.A. apresentou despesas globais no valor de 40.599 M€, com uma taxa de execução global do orçamento de 88% (despesas correntes: 93%; despesas de capital: 84 %).

Os principais desvios, face ao orçamento corrigido, ocorreram nos seguintes agrupamentos:

- “07 – Aquisição de bens de capital”: Variação de 4.128 M€, resultante essencialmente da não utilização dos montantes aprovados no orçamento retificativo, conforme acima explicitado;
- “02 – Aquisição de serviço”: Variação de 0,92 M€, resultante essencialmente dos pagamentos em atraso e que não foram objeto de pagamento juros de mora e à não realização da docagem dos rebocadores.



5. Reclassificação e Orçamento da APRAM, S.A.

Quadro 6 – Evolução do Orçamento das Despesas da APRAM, S.A.

DESIGNAÇÃO	ORÇAMENTO INICIAL 2015	ORÇAMENTO CORRIGIDO 2015	EXECUÇÃO ORÇAMENTAL 2015	VARIÇÃO	
				VALOR	%
DESPESAS CORRENTES					
01 - Despesas com o pessoal					
01 01 - Remunerações certas e permanentes	4.406.979	4.337.045	4.297.395	39.650	99%
01 02 - Abonos variáveis ou eventuais	1.233.677	1.209.177	1.093.288	115.889	90%
01 03 - Segurança social	1.508.613	1.512.263	1.403.138	109.125	93%
02 - Aquisição de serviços					
02 01 - Aquisição de bens	354.626	367.926	246.691	121.235	67%
02 02 - Aquisição de serviços	2.239.600	4.145.736	3.341.609	804.127	81%
03 - Juros e outros encargos					
03 01 - Juros da dívida pública	6.543.448	7.005.223	7.005.222	1	100%
03 05 - Outros (Juros e encargos tributários, compensatórios, etc.)	5.000	180.000	49.449	130.551	27%
06 - Outras despesas correntes					
06 02 - Diversas	245.000	451.300	395.173	56.127	88%
TOTAL DAS DESPESAS CORRENTES (1)	16.536.943	19.208.670	17.831.965	1.376.705	93%
DESPESAS DE CAPITAL					
07 - Aquisição de bens de capital					
07 01 - Aquisição de bens de capital	122.548	122.548	46.353	76.195	38%
07 03 - Bens do domínio público	10.803.130	16.479.795	12.351.509	4.128.286	75%
10 - Passivos financeiros					
10 06 - Empréstimos a médio e longo prazo	10.369.290	10.369.290	10.369.287	3	100%
TOTAL DAS DESPESAS DE CAPITAL (2)	21.294.968	26.971.633	22.767.149	4.204.484	84%
TOTAL DAS DESPESAS = (1) + (2)	37.831.911	46.180.303	40.599.114	5.581.189	88%

No que diz respeito às despesas correntes, e face ao total das despesas, os agrupamentos com maior peso no orçamento são:

- “01 – Despesas com o pessoal” e “03 – Juros e outros encargos”, com 38% e 40%, respetivamente;
- “02 – Aquisição de serviços”, com 20%.

De um modo geral os agrupamentos 01, 02 e 06 estão diretamente ligados à atividade operacional, enquanto que o agrupamento “03 - Juros e outros encargos” está relacionado com os juros da dívida pública, decorrentes dos empréstimos obtidos em anos anteriores para fazer face aos elevados investimentos em infraestruturas portuárias (Funchal, Porto Santo, Porto Moniz, Caniçal, Santa Cruz, Machico, Ribeira

5. Reclassificação e Orçamento da APRAM, S.A.

Brava, Câmara de Lobos, entre outros) e aquisição de equipamentos marítimo portuários (rebocadores, lanchas).

As principais despesas de capital da APRAM, S.A. referem-se a:

- “07 – Aquisição de bens de capital”, que representa 54%, e está associado às despesas dos projetos cofinanciados pelo POVT e pelos projetos indicados no plano de atividades e orçamento para o ano 2015;
- “10 – Passivos financeiros”, que representam 46%, e estão associados à amortização dos empréstimos bancários de médio e longo prazo.

No quadro infra constamos o peso de cada agrupamento face ao orçamento global:

Quadro 7 – Distribuição da Execução Orçamental das Despesas

DESIGNAÇÃO	EXECUÇÃO ORÇAMENTAL 2015	PESO %
DESPESAS CORRENTES		
01 - Despesas com o pessoal	6.793.821	17%
02 - Aquisição de serviços	3.588.300	9%
03 - Juros e outros encargos	7.054.671	17%
06 - Outras despesas correntes	395.173	1%
TOTAL DAS DESPESAS CORRENTES (1)	17.831.965	44%
DESPESAS DE CAPITAL		
07 - Aquisição de bens de capital	12.397.862	31%
10 - Passivos financeiros	10.369.287	26%
TOTAL DAS DESPESAS DE CAPITAL (2)	22.767.149	56%
TOTAL DAS DESPESAS = (1) + (2)	40.599.114	100%

5. Reclassificação e Orçamento da APRAM, S.A.

Os gastos de auditoria apesar de constarem nas rubricas orçamentais, como despesas dos órgãos sociais, estão expressos para efeitos de SNC nos gastos de Fornecimentos e Serviços Externos (Trabalhos especializados).

Por fim, importa referir que existe um saldo positivo entre o total das receitas e o total das despesas no valor de 61.450 €.

6. PLANO DE INVESTIMENTOS



A empreitada de Ampliação e Reabilitação do Cais Norte do Porto do Funchal consistiu na reabilitação do cais existente e a sua ampliação para que permitisse ser frequentado, em condições de segurança, por navios com calado de 8,00 m.



A empreitada de Construção dos Edifícios das Autoridades do Porto do Porto Santo está integrada no projeto das Infraestruturas do porto do Porto Santo.



PORTOS DA MADEIRA
ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DA REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA, S.A.

A handwritten signature in blue ink, located on the right side of the page.

6. Plano de Investimentos

6. PLANO DE INVESTIMENTOS

No ano de 2015 ficaram concluídas e em funcionamento as empreitadas e equipamentos a seguir descritos.

6.1 Empreitadas

A empreitada de *“Construção do Novo Cais de Cruzeiros na Frente de Proteção Marítima do Depósito de Inertes, criada a Nascente do Cais da Cidade do Funchal”*, adjudicada por concurso público internacional no dia 10 de Dezembro de 2012 pelo valor global de 17.880.000,00 euros, que permitiu a proteção do depósito de inertes criado a nascente do cais da cidade do Funchal e, paralelamente, dotar o porto do Funchal com um novo cais de cruzeiros. Este dispõe de uma frente acostável de aproximadamente 322,35 m de comprimento e com fundos de serviço de -8,00 m (ZH). A frente de acostagem é contínua em cerca de 271,15 m, sendo a restante extensão garantida com a disposição de dois duques d'alba de acostagem e amarração afastados entre si de 13,80 m e 12,60 m.

A plataforma do cais ficou localizada à cota +5,50 m (ZH), e conta com 23,95 m de largura sendo seccionada por um murete, com 1,50 m de altura, dimensionado para atenuar os galgamentos da estrutura.

O cais foi equipado com 17 defensas, com capacidade de absorção de energia de 850 kN.m, equipadas com painéis frontais revestidos com material com baixo coeficiente de atrito, com 12 cabeços de amarração com 1000 kN de capacidade e por 7 conjuntos de escadas de emergência e argolas metálicas distribuídas pela frente cais.

Para além dos acessórios de cais, esta estrutura foi ainda equipada com redes de abastecimento de água aos navios, sistema de combate a incêndio, sistema de distribuição de energia elétrica, iluminação e infraestrutura que permite a futura instalação de redes de abastecimento de combustíveis.

6. Plano de Investimentos



Foto 1 – Vista geral do cais 6 (terminal norte) e cais 8

A empreitada de *Ampliação e Reabilitação do Cais Norte do Porto do Funchal*, adjudicada pelo valor de 3.892.087,93 €, consistiu na reabilitação do cais existente e a sua ampliação para que permitisse ser frequentado, em condições de segurança, por navios com calado de 8,00 m.

A estrutura de ampliação da ponte cais é constituída por uma plataforma assente num conjunto de estacas e tem um comprimento total de cerca de 260 metros e 6 metros de largura. A geometria geral do novo tabuleiro apresenta uma configuração retangular e é composta por um módulo na extremidade Sudoeste de cerca de 50 metros e 3 módulos de cerca de 70 metros separados por juntas de dilatação de 0,02 m. Cada módulo é constituído por pórticos transversais afastados genericamente de 8,60 m entre eixos, alinhando com os pórticos da estrutura existente. Cada pórtico transversal é constituído por duas estacas circulares de betão armado de 0,80 m de diâmetro, betonadas com recurso a tubo de encamisamento perdido com 10 mm de espessura.

A ponte cais foi equipada com 15 defensas com capacidade de absorção de energia de 137 kNm afastadas genericamente de 17,20 m, 16 cabeços de amarração de 1000 kN

6. Plano de Investimentos

de capacidade nominal e 6 escadas metálicas de acesso afastadas de cerca de 50 metros.



Foto 2– Defensas do cais 6 (terminal norte)

A empreitada de *Construção dos Edifícios das Autoridades do Porto do Porto Santo* adjudicada pelo valor de 414.000,00 € estava integrada no projeto das *Infraestruturas do porto do Porto Santo*.

Com esta empreitada foram construídos dois edifícios para instalar as autoridades do porto do Porto Santo e os serviços da APRAM, S.A. e respetivos arranjos exteriores. São duas construções de um só piso de altura, constituídas por volumes paralelepípedicos implantadas junto à orla marítima do porto. Têm as entradas principais pelo alçado norte, com acesso em rampa a partir do passeio. Do átrio de entrada, onde fica a receção e vigilante, segue-se para o corredor onde os compartimentos estão distribuídos por gabinetes, salas e instalações sanitárias - para ambos os sexos e uma para pessoas com mobilidade reduzida - secretaria e arrecadação.

6. Plano de Investimentos

Existe um compartimento técnico junto à arrecadação para colocação de bastidor e no fundo do corredor há uma porta para o exterior que servirá como saída de emergência. No armário técnico localizado na entrada foi instalado a central de segurança contra incêndios e os quadros elétricos e no armário exterior ficaram os contadores de água e energia.

As obras de edificação foram complementadas com algumas pavimentações exteriores, nomeadamente ao nível dos acessos pedonais. Cada um dos edifícios ficou implantado numa área, cuja superfície exterior foi pavimentada em blocos compactos de betão (pavê) “trief” como os passeios existentes. Foi criado um lancil de remate em betão e efetuada reparação da pavimentação da via pelo valor de 150.000,04 €.



Foto 3 – Infraestruturas do porto do Porto Santo

6.2 Equipamentos

Ainda no âmbito dos projetos POVT-14-0158-FCOES-000006 - Requalificação e Consolidação da Zona Acostável Norte do Porto do Funchal e POVT-14-0158-FCOES-000002 – Infraestruturas do Porto do Porto Santo, alvo de comparticipação no valor de

6. Plano de Investimentos

85% e 97%, respetivamente, foram também adquiridos os seguintes equipamentos e que se encontram em funcionamento, permitindo uma melhoria e otimização das condições de operação marítimo portuária:

Funchal

Para apoio à operação dos navios que utilizam a zona acostável norte foram adquiridas pelo valor de 42.795,00 €, cinco pranchas em alumínio bruto, de ligação entre os navios e o cais, otimizadas para as dimensões da estrutura.

Porto Santo

Com a construção dos edifícios das Autoridades do Porto do Porto Santo, foi necessário equipá-los com material de apoio à navegação (Binóculos, Software de monitorização AIS (Automatic Identification System), Estação Meteorológica e Estação de VHF, 4 VHF Portáteis, Material Náutico e documentação técnica) para operação portuária, nomeadamente para o departamento de pilotagem e marítimo e material administrativo (mobiliário de escritório) para os colaboradores da APRAM,S.A., pelo valor global de 39.355,70 €.



Foto 4 - Defensas do porto do Porto Santo



6. Plano de Investimentos

As defensas do porto do Porto Santo encontravam-se degradadas e com perda significativa da sua capacidade de proteção, pelo que se tornou impreterível a sua substituição.

Na sequência do concurso de “Aquisição de Defensas Cilíndricas Pneumáticas para o Porto do Porto Santo” foram fornecidas e colocadas 12 defensas cilíndricas pneumáticas com malha e rede de pneus, pelo valor de 145.920,00 €.



7. CONCESSÕES/LICENÇAS



No âmbito das atribuições conferidas à APRAM, S.A. Compete-lhe a atribuição do uso privativo e definição do respetivo interesse público para efeitos de concessão relativamente aos bens do domínio público que lhe está afeto, bem como à prática de todos os atos respeitantes à execução, modificação e extinção da licença ou concessão.

In: art. 3.º dos estatutos da APRAM, S.A.



PORTOS DA MADEIRA
ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DA REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA, S.A.

[Handwritten signature]

7. Concessões/Licenças

7. CONCESSÕES/LICENÇAS

Neste capítulo são enumerados os contratos de concessão e licenças em vigor a 31 de dezembro de 2015, de acordo com a sua área de localização geográfica.

7.1 Licença para o exercício de atividade de Empresa de Trabalho Portuário

- Confirmação do Alvará n.º 1, de 14 de Outubro de 2008, atribuído à ETP-PRAM - Empresa de Trabalho Portuário ETP, Ld.ª para o exercício da atividade de cedência de mão de obra portuária nos portos e terminais da Região Autónoma da Madeira, pelo prazo de 3 anos, com efeitos desde 14 de Outubro de 2011.

7.2 Licença para o exercício de atividade de Operador Portuário

- Licença destinada à movimentação de cargas (operação portuária) nos portos do Funchal, Porto Santo e Caniçal, atribuída à OPM – Sociedade de Operações Portuárias da Madeira, Lda..

7.3 Licença para o exercício de atividade de Agente de Navegação

- Agente de navegação nos portos da Região Autónoma da Madeira às empresas:
 - Agência Ferraz - J.M. Ferraz Simões, Ld.ª;
 - Blatas, Lda.;
 - Empresa de Navegação Madeirense, Lda.;
 - Funchal Marítima – Agentes de Navegação, Lda;
 - JFM Shipping, Ld.ª;
 - Marfrete – Transitários e Navegação, Lda;
 - Portmar – Agência de Navegação, Ld.ª;
 - Transinsular – Transportes Marítimos Insulares, Ld.ª;
 - Via Oceano - Agência de Navegação Ld.ª.

7. Concessões/Licenças

7.4 Concessões e licenças diversas por área de jurisdição da APRAM, S.A.

Funchal:

Tipo de contrato e objeto	Titular	Loja / Designação
Alvará de Licença n.º 10/P.F - colocação de um quiosque de alumínio para prestação de informações e venda de bilhetes no exercício da atividade marítimo-turística	Santa Maria - Atividades Marítimo Turísticas, Lda.	Quiosque junto à Rampa Ro-Ro - "Nau Santa Maria"
Alvará de Licença - estacionamento e operação da "Nau Santa Maria"		Estacionamento - "Nau Santa Maria"
Autorização para colocação de 1 cartaz com fotos e respetiva identificação de localização da "Nau Santa Maria"		Cartaz publicitário - "Nau Santa Maria"
Contrato de Concessão (concessão e exploração do prédio localizado na Avenida Sá Carneiro, nº 3, para a atividade de bar-discoteca e snack-bar	Rebelos & Camacho, Lda.	Discoteca "Vespas"
Contrato de concessão de exploração dos pipelines e respetivos tanques para abastecimento de combustíveis	Repsol Portuguesa, S.A.	Abastecimento de combustíveis à navegação no Porto do Funchal
Licença de Ocupação (para a colocação e exploração de oito)	Netcriações - Publicidade e Internet, Lda.	Mupis - Porto do Funchal
Licença de Ocupação (de uma área de 13 m2 situada na parte interior do edifício da secção de máquinas (rés do chão) a oeste do Forte de Nossa Senhora da Conceição, destinada à instalação de uma estação telefónica celular)	Vodafone Portugal, Comunicações Pessoais, S.A.	Antena Vodafone - Forte Nossa Senhora da Conceição
Licença de Ocupação (de uma área de 12 m2 (sala técnica), mais espaço na fachada do "Forte de Nossa Senhora da Conceição", e destina-se à instalação de uma Estação Base de Telecomunicações Móveis da TMN)	MEO-Serviços de Comunicações e Multimédia	Antena TMN - Forte Nossa Senhora Conceição
Autorização para colocação de 1 lona com publicidade do "La Vie" no muro de cortina do Porto do Funchal	CentroNovoFunchal S.A.	Painel de publicitário "La Vie"
Autorização para colocação de 1 painel com publicidade dos Teleféricos da Madeira no muro dos depósitos de combustível à entrada do porto	Teleféricos da Madeira, S.A.	Painel Publicitário "Teleféricos da Madeira"
Autorização para colocação de 1 lona com publicidade dos Teleféricos da Madeira no muro de cortina do Porto do Funchal	Teleféricos da Madeira, S.A.	Painel Publicitário "Teleféricos da Madeira"



7. Concessões/Licenças

Tipo de contrato e objeto	Titular	Loja / Designação
Autorização para colocação de balcão para venda de bilhetes e ocupação de terrapleno para estacionamento de 3 viaturas da "City Bubbles"	City Bubbles, Unipessoal, Lda.	Balcão e estacionamento de 3 viaturas "City Bubbles"
Autorização para colocação de mensagem publicitária		Mensagem publicitária
Autorização para ocupação de terrapleno para estacionamento de 1 viatura	Old Timer Tours Unipessoal, Lda.	Parqueamento de 1 viatura
Autorização de venda ambulante de publicações através de bicicleta na área portuária	Angela Maria Bettencourt Dória	Parqueamento de 1 bicicleta para venda de publicações
Autorização para colocação de 1 lona com publicidade do " Museu CR7" no muro de cortina do Porto do Funchal	Museu CR7	Lona "Museu CR7"
Autorização para estacionamento de 2 veículos "TUK TUK" na Avenida Sá Carneiro (junto à Praça do Mar)	Maria Fátima Nunes Pereira, Unipessoal, Lda.	Estacionamento de 2 veículos "TUK TUK"
Autorização para colocação de uma mensagem publicitária da "TUK TUK" na Avenida Sá Carneiro (junto à Praça do Mar)		1 Mensagem publicitária "TUK TUK"
Autorização para estacionamento de 2 veículos "TUKXI" na Avenida Sá Carneiro (junto à Praça do Mar)	TUKXI MADEIRA - Turismo Unipessoal, Lda.	Estacionamento de 2 viaturas "TUKXI"
Autorização para colocação de uma mensagem publicitária da "TUKXI" na Avenida Sá Carneiro (junto à Praça do Mar)		1 Mensagem publicitária "TUKXI"
Licença n.º 10/2014/P.F. (destina-se à acostagem e desacostagem da embarcação "Bonita da Madeira" para as operações de embarque /desembarque de passageiros e pelo tempo estritamente necessário para o efeito, no âmbito da atividade marítimo-turística exercida)	Ema Freitas & Can, Lda.	Estacionamento - "Bonita da Madeira"
Autorização para instalação de um armário NOS, junto ao atual posto da PSP, localizado à entrada do Porto do Funchal	NOS Madeira Comunicações S.A.	Armário "NOS"
Autorização para circular com 3 carrinhos tradicionais para venda de gelados e bolos na área portuária do Funchal	Teresa e Emanuel, Lda.	Carrinhos de venda de Gelados
Autorização para colocação de 1 lona com publicidade do "Clube Dubai" no muro de cortina do Porto do Funchal	Emiratos Palm Unipessoal, Lda.	Lona "Clube Dubai"
LICENÇA N.º 32/2015/P.F. (licença precária de ocupação e utilização	NINI - Design Center, Lda.	Design Center

7. Concessões/Licenças

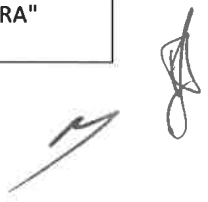
Tipo de contrato e objeto	Titular	Loja / Designação
do forte de nossa senhora da conceição para núcleo cultural/museológico e espaço de restauração)		10 Lugares de estacionamento
Contrato de concessão de uso privativo para construção e exploração de um espaço de exposições e museológico, reperfilamento da praça do mar e integração de PT	MUSSARA - GESTÃO DE ESPAÇOS E EVENTOS, LDA.	Museu Praça do Mar

Gare Marítima da Madeira

Tipo de contrato e objeto	Titular	Loja / Designação
Licença n.º 8/2014/P.F. (Licença Precária de Ocupação e Utilização de Loja n.º 2 na Gare Marítima da Madeira destinada ao exercício da atividade de Cafeteria e/ou Snack-Bar)	Talentos & Ternuras - Unipessoal, Lda.	Loja n.º 2 - Cafeteria e/ou Snack-Bar - Gare
Licença de Ocupação e Utilização de espaço destinado ao Clube de Entusiastas de Navios na Gare Marítima da Madeira	Clube de Entusiastas de Navios	Loja n.º 3 - CEN - Gare
Licença de Ocupação e Utilização de dois espaços destinados à colocação de caixas multibanco na Gare Marítima da Madeira	Banco Santander Totta, S.A	2 Caixas multibanco
Autorização para colocação de 1 painel com publicidade do "Casino da Madeira", no interior da Gare Marítima da Madeira	ITI - Sociedade de Investimentos Turísticos da Ilha da Madeira, S.A.	Painel Publicitário no interior da GMM
Autorização para colocação de 1 painel com publicidade do "Casino da Madeira", na coluna exterior da Gare Marítima da Madeira		Painel Publicitário na coluna no exterior da GMM
Autorização para colocação de 1 painel com publicidade do "Casino da Madeira", na coluna exterior da Gare Marítima da Madeira		Painel Publicitário na coluna no exterior da GMM
Autorização para colocação de 1 painel com publicidade dos "Teleféricos da Madeira," na coluna exterior da Gare Marítima da Madeira	Teleféricos da Madeira, S.A.	Painel publicitário "Teleféricos da Madeira"

7. Concessões/Licenças

Tipo de contrato e objeto	Titular	Loja / Designação
Autorização para colocação de 1 painel com publicidade da "Carristur", no interior da Gare Marítima da Madeira	Carristur Portugal, Lda.	Painel publicitário "Carristur"
Autorização para colocação de 1 balcão de venda de bilhetes da "Carristur", no exterior da Gare Marítima da Madeira		Balcão "Carristur"
Autorização para colocação de 1 balcão de venda de bilhetes da "Douro Acima", no exterior da Gare Marítima da Madeira	Douro Acima - Transportes de Turismo e Restauração, Lda.	Balcão "Douro Acima"
Autorização para colocação de 1 painel com publicidade da "Douro Acima", no interior da Gare Marítima da Madeira		1 Painel publicitário " Douro Acima"
Autorização para colocação de 2 painéis com publicidade da "Douro Acima", na coluna exterior da Gare Marítima da Madeira	Douro Acima - Transportes de Turismo e Restauração, Lda.	2 Painéis publicitários " Douro Acima"
Autorização para colocação de 1 painel com publicidade da "Multiópticas", no interior da Gare Marítima da Madeira	Grand Vision Portugal Unipessoal, Lda.	Painel publicitário "Multiópticas"
Autorização para colocação de 1 painel com publicidade da "Santana Biosfera", no interior da Gare Marítima da Madeira	Município de Santana	Painel publicitário "Santana Biosfera"
Autorização para colocação de 1 painel com publicidade dos "Carreiros do Monte", no interior da Gare Marítima da Madeira	Carreiros do Monte	Painel publicitário "Carreiros do Monte"
Autorização para colocação de 1 painel com publicidade do "Instituto do Vinho", no interior da Gare Marítima da Madeira	Instituto do vinho, bordado e do artesanato da Madeira, I.P.	Afixação de painel publicitário na GMM
Autorização para colocação de 1 Máquina de bebidas frias no exterior da Gare Marítima da Madeira	PONTO DO CAFÉ & SNACKS -Vending e Assistência Técnica, Lda.	1 Máquina de bebidas frias
Autorização para colocação, nos serviços administrativos da APRAM, de 1 máquina para bebidas quentes e 1 máquina de snacks		1 Máquina de bebidas quentes e 1 máquina de snacks - serviços administrativos APRAM
Autorização para a colocação de publicidade do " Forum Madeira" numa coluna no interior da Gare Marítima da Madeira	Multi Mall Management Portugal	2 Painéis publicitários da iniciativa "MY SELFIE IN MADEIRA"



7. Concessões/Licenças

Tipo de contrato e objeto	Titular	Loja / Designação
Autorização para a colocação de publicidade da " Horários do Funchal" num painel amovível no interior da Gare Marítima da Madeira	Horários do Funchal - Transportes Públicos, S.A.	1 Painel publicitário da "Horários do Funchal"
Autorização para colocação de publicidade da "Real Transfer" na área de desembarque, no interior da Gare Marítima da Madeira	Real Transfer - Instituição de Pagamento, S.A.	1 Painel publicitário
Autorização para colocação de publicidade do "Armazém do Mercado", na coluna exterior da Gare Marítima da Madeira	Francisco da Costa e Filhos, Lda.	1 Painel publicitário "Armazém do Mercado"
Autorização para colocação de móvel balcão de venda sob a marca "MadeiraLovers", na área de embarque, no piso inferior no interior da Gare Marítima da Madeira	Débora Pereira Afonso, Unipessoal	1 Móvel expositor + balcão de venda + mensagem publicitária
Licença n.º 31/2015/P.F. (Licença para utilização, a título precário, das Lojas n.º 5 e 6 localizadas na Gare Marítima da Madeira destinada à instalação de escritórios para a atividade da plataforma turística Madeira.Best)	Land & Sea, Onthemoove, Lda.	Loja n.º 5 e 6 - escritórios Madeira.Best
Autorização para colocação de uma faixa publicitária do "MUDAS BUS" no interior da Gare	DRAC	Mensagem publicitária "Mudas"

Marina do Funchal

Tipo de contrato e objeto	Titular	Loja / Designação
Licença de Ocupação n.º 3, destinada ao exercício da atividade de Snack Bar e Restaurante	Caldeira, Pestana & Almeida, Lda.	Loja 1 e 2 - "Marina Terrace"
Licença de Ocupação n.º 11, destinada à exploração de um Restaurante/Bar	Gouveia, Neto e Freitas, Lda.	Loja 4 - "Solar da Santola"

7. Concessões/Licenças

Tipo de contrato e objeto	Titular	Loja / Designação
Licença Precária de Ocupação e Utilização de Loja n.º 5, na Marina do Funchal, destinada a atividade marítimo-turística e/ou outras atividades comerciais ligadas à náutica e/ou marítima	João Filipe Saldanha Cardoso	Loja 5 - "Marítimo-turística"
Licença Precária de Ocupação e Utilização de Loja n.º 6, na Marina do Funchal, destinada a atividade marítimo-turística e/ou outras atividades comerciais ligadas à náutica e/ou marítima	Blue Adventure - Unipessoal, Lda.	Loja 6 - "Marítimo-turística"
Licença Precária de Ocupação e Utilização de Loja n.º 7 e 8, na Marina do Funchal, destinada a Loja de Conveniência	Mastersecret - Unipessoal, Lda.	Loja 7 e 8 - "Loja de Conveniência"
Licença Precária de Ocupação e Utilização de Loja n.º 9, na Marina do Funchal, destinada ao exercício da atividade marítimo-turística	Bom Farol - Atividades Marítimo Turísticas, Lda.	Loja 9 - "Prazer do Mar"
Licença Precária de Ocupação e Utilização de Loja n.º 10, na Marina do Funchal, destinada ao exercício da atividade marítimo-turística	Horizonte do Atlântico - Animação Turística, Unipessoal, Lda.	Loja 10 - "Ventura do Mar"
Licença de Ocupação n.º 5, destinada à exploração de um Restaurante	Chaves e Martins, Lda.	Loja 11 - "Mar Azul"
Cedência de espaço para instalação da sede social da Associação Náutica da Madeira	Associação Náutica da Madeira	Loja 12 - "Associação Náutica"
Licença Precária de Ocupação e Utilização de Lojas n.º 13 e 14 na Marina do Funchal	Visões Aquadélicas - Atividades Marítimo Turísticas, Lda.	Loja 13 - "Loja náutica e de souvenirs, snack-bar, venda bilhetes atividade marítimo-turística"
		Loja 14 - "Restaurant/Take-away/Fast food"
Licença de Ocupação n.º 17 (destinada à atividade marítimo-turística)	Gomes & Caires, Lda.	Loja 15 - "Turimar"
Licença Precária de Ocupação e Utilização de Loja n.º 17, na Marina do Funchal	Marla Sofia Pestana Barros	Loja 17 - " Cafeteria"

7. Concessões/Licenças

Tipo de contrato e objeto	Titular	Loja / Designação
Licença de Ocupação n.º 16, destinada a venda de bebidas e petiscos regionais	O Barrilinho - Sociedade de Exploração de Restaurantes, Lda.	Loja 20 - "Barrilinho"
Contrato Administrativo de concessão de uso privativo de uma parcela de terreno na Marina do Funchal da instalação de um posto de venda de combustível líquido à Navegação	Repsol Portuguesa, S.A.	Loja 24 - "Repsol"
Autorização para ocupação de espaço para atuação musical no terraço da Marina do Funchal em frente ao estabelecimento denominado "Vermelhinho"	João Lino Pereira Gonçalves, Lda.	Espaço para atuação musical - "Vermelhinho"
Contrato de Concessão de Exploração da Marina do Funchal	Associação MARINAFUNCHAL	Concessão Marina do Funchal
Ocupação de uma área para instalação de uma Estação Base de Telecomunicações Móveis da TMN (Ex antena dos serviços marítimos)	TMN-Telecomunicações Móveis Nacionais, S.A.	Antena TMN na marina do Funchal
Alvará de Licença 1/2013/Cervejolândia (para o exercício da atividade de restauração e similares bem como para a fabricação de cerveja)	Cervejolândia, Lda.	Restaurante "Beer House"
Autorização para colocação de Mupi		Colocação de Mupi - Restaurante "Beer House"
Licença n.º 13/2015/M.F. (Licença Precária de Ocupação e Utilização de Loja n.º 18 na Marina do Funchal destinada ao exercício das atividades de animação turística, animação turístico-ambiental, marítimo-turística e aluguer de veículos com e/ou sem condutor)	RDT, UNIPessoal, LDA.	Loja 18 - "RDT"
Alvará de Licença n.º 008/P.F., destinado à manutenção de um quiosque de alumínio para venda de bilhetes no âmbito do exercício da atividade marítimo-turística	Albatroz do Mar - Atividades de Animação Turística, Unipessoal, Lda.	Quiosque Marina "Albatroz"
Alvará de Licença n.º 007/P.F., destinado à manutenção de um quiosque de alumínio para venda de bilhetes no âmbito do exercício da atividade marítimo-turística	Madeira Big Game Fishing - Atividades Náuticas, Lda.	Quiosque Marina - "Our Mary"

7. Concessões/Licenças

Tipo de contrato e objeto	Titular	Loja / Designação
Alvará de Licença n.º 002-8/P.F., destinado à manutenção de um quiosque de alumínio para venda de bilhetes no âmbito do exercício da atividade marítimo-turística	Santa Maria - Actividades Marítimo Turísticas, Lda.	Quiosque Marina "Nau Santa Maria"
Alvará de Licença n.º 004/P.F., destinado à manutenção de um quiosque de alumínio para venda de bilhetes no âmbito do exercício da atividade marítimo-turística	Gavião - Viagens Turísticas, Lda.	Quiosque Marina "Gavião"
Alvará de Licença n.º 005/P.F., destinado à manutenção de um quiosque de alumínio para venda de bilhetes no âmbito do exercício da atividade marítimo-turística	Nautisantos - Actividades Desportivas, Lda.	Quiosque Marina "Nautisantos"
Autorização para colocação de quiosque na Marina do Funchal para venda de bilhetes no âmbito do exercício da atividade marítimo-turística	Visões Aquadelicas - Actividades Marítimo Turísticas, Lda.	Quiosque Marina - "Beluga Submarine"
Alvará de Licença n.º 12/P.F., destinado à colocação de um quiosque de alumínio para venda de bilhetes no âmbito do exercício da atividade marítimo-turística com o iate "Ventura do Mar"	Horizonte do Atlântico - Animação Turística, Lda.	Quiosque Marina - "Ventura do Mar"
Autorização para colocação de quiosque na Marina do Funchal para venda de bilhetes no âmbito do exercício da atividade marítimo-turística	Prazer do Mar - Actividades Marítimo Turísticas, Lda.	Quiosque Marina - "Prazer do Mar"
Autorização para colocação de quiosque na Marina do Funchal para venda de bilhetes no âmbito do exercício da atividade marítimo-turística	Ema de Freitas & Can, Lda.	Quiosque na Marina - "Bonita da Madeira"
Alvará de Licença, destina-se à manutenção de um quiosque de alumínio para venda de bilhetes no âmbito do exercício da atividade marítimo-turística	Câmara Municipal do Funchal	Quiosque na entrada do Cais CMF

7. Concessões/Licenças

Fundeadouro

Tipo de contrato e objeto	Titular	Embarcação
Autorização para fundear - Funchal	Nautisantos - Actividades Desportivas, Lda.	"Seaborn II"
Autorização para fundear - Funchal	Prazer do Mar - Actividades Marítimo Turísticas, Lda.	"Sea the Best"
Autorização para fundear - Funchal	Prazer do Mar - Actividades Marítimo Turísticas, Lda.	"Sea Plesure"
Autorização para fundear - Funchal	Prazer do Mar - Actividades Marítimo Turísticas, Lda.	"Sea Nature"
Autorização para fundear - Funchal	Ema de Freitas & Can, Lda.	"Bonita da Madeira"
Autorização para fundear - Funchal	Magic Dolphin Atividades, Lda. (Bruce Hopley)	"Magic Dolphin"(ex. Riptide)
Autorização para fundear - Funchal	Maria Zita França, Unipessoal, Lda.	"Tamisa"
Ocupação de área molhada no porto do Caniçal	AFAVIAS - Engenharia & Construções, SA	Rebocador "AFAMAR"
Ocupação de área molhada no Porto Novo	AFAVIAS - Engenharia & Construções, SA	Pontão "Ponta do Paul"

Caniçal

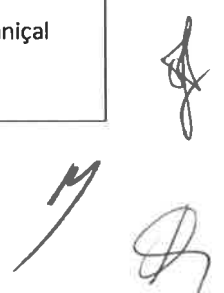
Tipo de contrato e objeto	Titular	Loja / Designação
Licença n.º 11/ Edifício de Autoridades do Porto do Caniçal, para utilização da Loja n.º 1 com fim de dar apoio administrativo à atividade desenvolvida pelo titular.	O.P.M. - Sociedade de Operações Portuárias da Madeira, Lda.	Loja n.º 1

7. Concessões/Licenças

Tipo de contrato e objeto	Titular	Loja / Designação
Licença n.º 19/ no Edifício de Autoridades do Porto do Caniçal	Reboques Avelino, Lda.	Loja n.º 4
Licença n.º 10/ no Edifício de Autoridades do Porto do Caniçal, para ocupação de Loja	Empresa Navegação Madeirense, Lda.	Loja n.º 5
Licença n.º 1 / no Edifício de Autoridades do Porto do Caniçal, para ocupação de Loja	Freitas & Caires, Lda.	Loja n.º 9
Autorização para ocupação de Loja para sede social da Casa do Pessoal da APRAM - Administração dos Portos da Região Autónoma da Madeira, S.A.	Casa do Pessoal da APRAM - Administração dos Portos da Região Autónoma da Madeira, S.A.	Loja n.º 20
Licença n.º 17/ no Edifício de Autoridades do Porto do Caniçal, para ocupação de Loja	MARINHA - Direcção-Geral da Autoridade Marítima	Loja F
Contrato de Concessão de Exploração do Estaleiro Naval para Embarcações em Madeira do Caniçal	J. S. Vieira & Gouveia, Lda.	Estaleiro Naval de Embarcações de Madeira - Caniçal
Contrato Administrativo de Concessão de Uso Privativo de uma parcela de terreno no Terminal do Caniçal - Porto de Pesca - destinado à construção de uma instalação de gásóleo para abastecimento a embarcações de pesca	Repsol Portuguesa, S.A.	Repsol - Porto de Pesca - Caniçal
Contrato Administrativo de Concessão de Exploração de um Terminal Marítimo de Combustíveis no Caniçal	CLCM - Companhia Logística de Combustíveis da Madeira, S.A.	CLCM - Terminal Marítimo de Combustíveis - Caniçal
Alvará de Licença n.º 3 /Porto do Caniçal, para utilização de instalações amovíveis, destinado, provisoriamente, ao controlo de entrada e saída de mercadorias do Terminal de Carga	O.P.M. - Sociedade de Operações Portuárias da Madeira, Lda.	Quiosque OPM - Controlo de entrada e saída de viaturas
Alvará de Licença n.º 2/ Porto do Caniçal, destina-se à colocação de umas instalações amovíveis destinadas à oficina provisória da OPM	O.P.M. - Sociedade de Operações Portuárias da Madeira, Lda.	Oficina provisória OPM - Zona C

7. Concessões/Licenças

Tipo de contrato e objeto	Titular	Loja / Designação
Alvará de licença 2014/OPM, destina-se às seguintes utilizações:	O.P.M. - Sociedade de Operações Portuárias da Madeira, Lda.	OPM - Zona de contentores frigoríficos
Zona A: para colocação de cinco estruturas, cada uma com 8,50 m2, para ligação de contentores frigoríficos a energia elétrica, a ser fornecida a partir da PT instalado na Zona B		
Zona B: para implantação de um posto de Transformação (PT) para alimentar os contentores frigoríficos da Zona A e as gruas		
Zona C: para os cabos de passagem de energia elétrica para alimentar as gruas e os contentores frigoríficos da Zona A	O.P.M. - Sociedade de Operações Portuárias da Madeira, Lda.	
LICENÇA N.º 9/2014/P.C. (Licença Precária De Ocupação E Utilização De Terraplano No Porto Do Caniçal Para Criação De Zona De Lavagem De Equipamentos Portuários)		OPM - Lavagem de equipamentos portuários
Licença ETP/Porto do Caniçal, ocupação de 2 instalações fixas que se destinam ao exercício da atividade desenvolvida pela ETP	ETPRAM - Empresa de Trabalho Portuário ETP, Lda.	Escritórios ETP
Conduta subterrânea	Cimentos Europa	Ocupação de parcela dominial relativa a uma conduta subterrânea no porto do Caniçal
Conduta subterrânea	Beta Betumes	Ocupação de parcela dominial relativa a uma conduta subterrânea no porto do Caniçal
Tapete rolante subterrâneo	S.I.M - Insular de Moinhos	Ocupação de parcela dominial relativa a um tapete rolante subterrâneo no porto do Caniçal
LICENÇA N.º 33/2015/P.C. (Licença Precária De Ocupação E Utilização De Espaço Destinado Ao Exercício Da Atividade De Restauração No Edifício De Autoridades Do Porto Do Caniçal)	Joaquim de Sousa Coelho,	Restaurante Caniçal



7. Concessões/Licenças

ZAL – Zona de Apoio Logístico

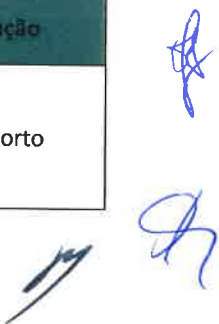
Tipo de contrato e objeto	Titular	Loja / Designação
Licença n.º 4/Z.A.L. destinada à armazenagem de contentores e ao estacionamento de veículos no âmbito do exercício da atividade de transportadora exercida pela titular da Licença	Daniel Freitas Alves & Filhos, Lda.	Plataforma n.º 3 - ZAL
Autorização para ocupação de uma parte da Plataforma n.º 4 na Zona de Apoio Logístico do Porto Novo	Banco Alimentar contra a Fome	Plataforma n.º 4 - ZAL
Autorização para ocupação de uma parte da Plataforma n.º 4 na Zona de Apoio Logístico do Porto Novo	LOGISLINK - Terminal de Logística, Lda.	Plataforma n.º 4 - ZAL
Licença n.º 11/Z.A.L. para utilização da Plataforma n.º 6 na ZAL e destina-se à construção e manutenção de um edifício, para o exercício da atividade de Centro de Inspeções Automóveis	MADINSP - Inspeção de Veículos, S.A.	Plataforma n.º 6 - ZAL - Centro de Inspeções
Licença 26/2015/ZAL - ocupação de área na plataforma n.º 2 da ZAL (Porto Novo)	MADEIRA CARTÃO – Sociedade de Triagem, Lda.	Plataforma n.º 2 da ZAL

Terminal Marítimo dos Socorridos

Tipo de contrato e objeto	Titular	Loja / Designação
Contrato de concessão de uso privativo de parcelas do domínio público sob jurisdição da APRAM.	Cimentos Madeira, Lda.	Terminal dos Socorridos - Cimentos Madeira

Porto Santo

Tipo de contrato e objeto	Titular	Loja / Designação
Alvará de Licença n.º 7-1/P.P.S. destinada à manutenção de uma cabine de alumínio para venda de bilhetes de transportes públicos	Moinho - Rent-a-Car, Lda.	Quiosque no porto



7. Concessões/Licenças

Tipo de contrato e objeto	Titular	Loja / Designação
Alvará de Licença n.º 11/P.S. destinada à manutenção do "Entrepasto Cimenteiro" para realização de operação de descarga e movimentação de cimento a granel do navio atracado	Cimentos Madeira, Lda.	Cimentos Madeira, Lda. - Porto Santo
Contrato administrativo de concessão de uso privativo de uma parcela de terreno no porto do Porto Santo da construção para armazenagem e um posto de venda de gasóleo à navegação	GALP MADEIRA - Distribuição e Comercialização de Combustíveis e Lubrificantes, S.A.	GALP - Porto Santo
Licença precária de ocupação e utilização de espaço destinado ao exercício da atividade de restaurante no porto do Porto Santo	José Oliveira Gomes de Sousa	Restaurante - Porto Santo
Licença de utilização privativa de parcela dominial n.º 1/2012/P.S. para o desenvolvimento de atividade de mergulho e guarda de equipamentos	Rhea Dive, Lda.	Rhea Dive
Alvará de Licença 2014/EEM & BFS	EEM & BFS - Energy, S.A. (mas é faturado a EMPRESA DE ELECTRICIDADE DA MADEIRA, S.A.)	Implantação de uma unidade de produção de biocombustível a partir do cultivo e transformação termoquímica de microalgas marinhas.
Utilização de espaço no porto do Porto Santo	Auto Acessórios Colombo - Unipessoal, Lda.	Rent-a-car

Pequenos Portos: Machico, Câmara de Lobos, Ribeira Brava e Seixal

Tipo de contrato e objeto	Titular	Loja / Designação
Contrato de concessão de exploração do Porto de Recreio de Machico	Município de Machico	Porto de Recreio de Machico
Contrato Administrativo de Concessão de Uso Privativo de uma parcela de terreno no Cais de Câmara de Lobos destinada à manutenção da instalação de um posto de venda de combustíveis à navegação	GALP MADEIRA - Distribuição e Comercialização de Combustíveis e Lubrificantes, Lda.	Posto de abastecimento - GALP - Câmara de Lobos

7. Concessões/Licenças

Tipo de contrato e objeto	Titular	Loja / Designação
Contrato Administrativo de Concessão de Uso Privativo de uma parcela de terreno no Cais de Câmara de Lobos para instalação de um posto de venda de combustível líquido à navegação	Repsol Portuguesa, S.A.	Posto de venda de combustíveis Repsol - Câmara de Lobos (motor, escritório e depósito)
Protocolo relativo à utilização, manutenção e exploração do guincho de elevação instalado no cais da ribeira brava	Aquilha – Aquacultura, Lda.	Guincho no Cais da Ribeira Brava. A Aquilha: manutenção, utilização e exploração
Protocolo relativo à utilização, manutenção e exploração do guincho de elevação instalado no cais do seixal e do barracão existente no mesmo	Clube Naval do Seixal	Prestação generalizada de serviços de carga e descarga de embarcações e serviços afins a todos os potenciais utilizadores

8. SEGURANÇA



O Decreto-Lei n.º 226/2006, de 15 de novembro definiu a estrutura básica da organização interna de segurança dos portos face às ameaças e ações ilícitas intencionais.



PORTOS DA MADEIRA
ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DA REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA, S.A.

M
A
R

8. Segurança

8. SEGURANÇA

8.1 ISPS (International Ship and Port Facility Code)

O Decreto-Lei n.º 226/2006, de 15 de novembro definiu a estrutura básica da organização interna de segurança dos portos face às ameaças e ações ilícitas intencionais.

De modo a ser possível dar cumprimento ao estipulado no referido diploma, no ano de 2015 foi dada continuidade à implementação e monitorização de diversas medidas na área da proteção marítima e patrimonial para que a APRAM, S.A. mantivesse a certificação dos seus portos, obtida em 2009 e emitida pela Autoridade Nacional, de acordo com as regras do Código ISPS (International Ships and Ports Security).

Assim, são de destacar as seguintes principais ações:

- Implementação dos Planos de Proteção nos termos da certificação ISPS (International Ships and Ports Security) e respetiva monitorização, com destaque especial para o cais 8;
- Avaliação de proteção pelo IPTM às 4 instalações portuárias (gare marítima, terminal norte, cais 8 e cais comercial do Caniçal);
- Adequação das estruturas necessárias ao cumprimento dos Planos de Proteção, designadamente com a revisão e melhoria dos procedimentos de proteção das instalações e do aperfeiçoamento do controlo de acessos às áreas restritas dos Portos;
- Continuação da formação do pessoal afeto ao controlo das instalações portuárias nos portos do Funchal, Caniçal e Porto Santo;
- Articulação da atuação com as restantes Autoridades, através do Centro Coordenador de Proteção do Porto nomeadamente com a Capitania, as restantes forças de Segurança, o Serviço Regional de Proteção Civil e Bombeiros da Madeira e a Autoridade Regional de Saúde, designadamente através da realização de exercícios conjuntos entre as entidades envolvidas;
- Contratação e monitorização dos serviços da empresa de vigilância, que, conjuntamente com a requisição de serviços à PSP, agentes da Polícia Marítima e da Guarda Republicana – Brigada Fiscal e os Oficiais de Proteção, asseguram a proteção portuária, a todo o tempo.

9. MARKETING E RELAÇÕES PÚBLICAS



Comitiva dos portos portugueses



Stand "Cruises in the Atlantic Islands"

Realce para as parcerias com:

- Portos de Canárias e de Cabo Verde "Cruises in the Atlantic Islands";
- Portos portugueses "Cruise Portugal".



PORTOS DA MADEIRA

ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DA REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA, S.A.

M
S
R

9. Marketing e Relações Públicas

9. MARKETING E RELAÇÕES PÚBLICAS

9.1 Ações de Promoção

Em termos gerais, e tendo por referência o ano de 2015, realça-se o seguinte:

- Continuidade da parceria de promoção conjunta do turismo de cruzeiros com as Ilhas Canárias, no âmbito do projeto Cruises in the Atlantic Islands⁹, participando na Seatrade Cruise Shipping Convention Miami (março), Seatrade Europe em Hamburgo – Alemanha (setembro);
- Colaboração com a comunidade portuária a nível nacional, reforçando a presença dos Portos da Madeira ao lado dos portos nacionais, sendo de realçar a participação conjunta no stand dos portos de Portugal na Seatrade Cruise and Shipping Convention Miami e Seatrade Europe em Hamburgo;
- Acolhimento ao turista de cruzeiros nas épocas festivas do Carnaval, Festa da Flor Natal e Fim-de-ano na Gare;
- Cedência de espaço ao CEN – Clube de Entusiastas de Navios, nomeadamente para a realização de eventos, sob o tema “Tertúlia: Navios em Visita”(abril), Exposição de fotografia sobre os 175-º Aniversário CUNARD (dezembro) e para o concurso de fotografia das 30 melhores imagens recebidas (setembro);
- Cedência de espaço à Zarco International Academy of Arts para a 5ª Exposição Permanente (janeiro a maio);
- Fomento da relação porto/cidade, com a montagem de painéis e pontos de publicidade de empresas, sendo de referir a parceria com a DRAC (Museu Casa das Mudanças);

⁹ A “Cruises in the Atlantic Islands” foi galardoada com o Prémio Especial Institucional dos Premios Puertos de Las Palmas 2015.

9. Marketing e Relações Públicas

- Presença em cerimónias a bordo e ações de boas-vindas na 1.ª escala de navios cruzeiro no Porto do Funchal (Britannia, Antheam of the Seas, Mein Schiff 4, Magellan, Aegean Odyssey);
- Comemoração do 20.º Aniversário do navio de cruzeiro Oriana no porto do Funchal;
- Promoção e organização da iniciativa “IV Marcha da Pontinha” e a “LIII Prova de Atletismo Casa da Luz – Pontinha” em parceria com o Clube Naval do Funchal/ Aqua Gym, Lojistas da Marina Funchal e a AARAM – Associação de Atletismo da Região Autónoma da Madeira (maio);
- Acompanhamento de visitas de escolas, coletividades e associações à Gare Marítima da Madeira, Porto do Funchal e Porto do Caniçal (ex. Visita de Grupo de Idosos "Conviver com Alegria" - CM Câmara de Lobos);
- II Edição do Pontinha Cup, em conjunto com a escola de futebol “Dragon Force Madeira” (março) e torneio entre equipas daquela escola (outubro), cedência de espaços no exterior;
- Cedência de espaço para a concentração de veículos da Land Rover Madeira (março), Dia do Motard – Clube Motard da Madeira (abril) e passeio de automóveis antigos “Amigos do Zé” (setembro);
- Fundação do Madeira Cruise Club, integrando vários stakeholders do setor;
- Exposição temporária de fotografia, de Margarida Ornelas, Renato Lourenço, Miguel Nóbrega e Duarte Sol, “Magic Light – Lugares com histórias e emoções”;
- Exposição no Madeira Shopping, em parceria com o OMM – Observatório Oceanográfico da Madeira (maio) de modo a divulgar os instrumentos de recolha de dados meteo oceanográficos;

9. Marketing e Relações Públicas

- Cedência de espaço no exterior para a organização da P&O para a marcha e corrida de Solidariedade com as vítimas do Nepal (maio);
- Cedência de espaço para conferência de imprensa do “Festival do Atlântico”, da responsabilidade da SRETC;
- Participação da APRAM, S.A. na “Blue Week: Blue Business Fórum 2015”, sob a alçada da SRA (junho) e no “TENERIFE CRUISE FORUM”, organizado pela Cruises News Media Group (junho);
- Cedência de espaço para organizar a Cerimónia de Entrega dos Prémios ARVela Madeira de homenagem aos Campeões Regionais da época desportiva 2014/2015 (outubro).

9.2 Comunicação

O ano de 2015 pautou-se pelo reforço da comunicação institucional, com informação atualizada na página do Facebook, nas newsletters e boletins das associações que a APRAM, S.A. integra, nomeadamente a APP – Associação dos Portos de Portugal e a RETE – Associação para a colaboração entre os Portos e as Cidades e ainda, junto dos media.

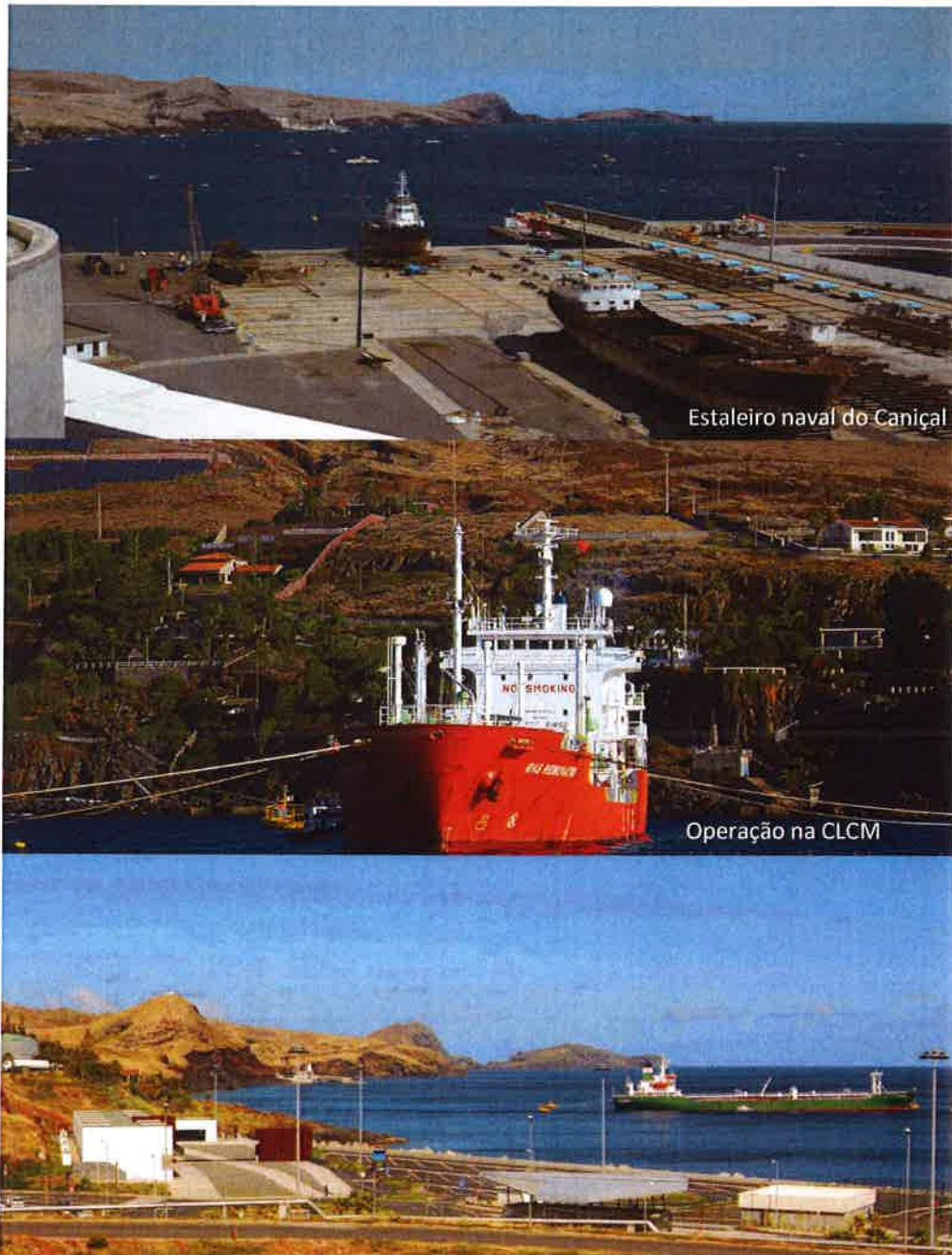
Promoveram-se contactos regulares junto de jornalistas, apostando na proximidade como forma de divulgação da APRAM, S.A..

9.3 Informação geral e Publicações

Divulgou-se informação sobre ações, projetos e parcerias nas quais a APRAM, S.A. foi parte.

Em 2015 foi reformulado o site da APRAM, S.A., com os endereços www.apram.pt ou www.portosdamadeira.com, domínios que permitem uma navegação atualizada e bilingue (português e inglês).

10. ESTALEIRO NAVAL DO CANIÇAL/CLCM



PORTOS DA MADEIRA
ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DA REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA, S.A.

[Handwritten signature]

10. Estaleiro Naval do Caniçal /CLCM

10. ESTALEIRO NAVAL DO CANIÇAL / CLCM – CENTRO LOGÍSTICO DE COMBUSTÍVEIS DA MADEIRA

10.1 Estaleiro Naval do Caniçal

Por Resolução n.º 544/2009, de 7 de Maio, com as alterações introduzidas pela Resolução n.º 622/2009, de 28 de Maio, desde Janeiro de 2010, o Governo Regional mandatou a APRAM – Administração dos Portos da Região Autónoma da Madeira, S.A. para, em representação da RAM, administrar e gerir o Estaleiro Naval do Caniçal.

Esta infraestrutura, implantada em área portuária, encontra-se completamente inoperacional, fruto da avaria do Syncrolift, ocorrido em Abril de 2008.

Esta decisão do acionista, teve também como efeito colateral o arrastamento da APRAM S.A. para um contencioso judicial, dado que, por via dessa condição de entidade administrante do Estaleiro, se viu envolvida em vários processos judiciais movidos nomeadamente, pela MEC, antigo concessionário do espaço, e pela empresa Basaltareias, armador do navio Arco que se encontrava a docar, quando ocorreu o acidente com a plataforma elevatória, Syncrolift, anterior à gestão da APRAM, S.A..

Em finais de dezembro de 2015 foram vendidos através de leilão eletrónico pela Autoridade Tributária os equipamentos do antigo concessionário e que inviabilizavam a rentabilização daquele espaço.

10.2 CLCM – Centro Logístico de Combustíveis da Madeira

A APRAM, SA vem dirimindo desde 2007 com a CLCM um diferendo na interpretação de cláusulas do contrato celebrado com aquela empresa, com vista à exploração do centro de logística de combustíveis da Madeira, implantado parcialmente em área sob jurisdição da APRAM, S.A..

Por via dessa ocupação, foi celebrado o referido contrato que previa o pagamento de uma taxa mensal pela ocupação de área dominial sob a jurisdição da APRAM.

10. Estaleiro Naval do Caniçal /CLCM

Após 33 meses de cumprimento regular e, conseqüente do contrato celebrado, a CLCM deixou de pagar as taxas mensais previstas no contrato, pois, na sua aceção, a referida taxa deveria ser paga anualmente, e não mensalmente, como ocorreu durante 33 meses, pelo que, essas 33 rendas já pagas corresponderiam a um montante global superior ao que seria devido pela totalidade das rendas contratuais.

A APRAM, S.A. tem vindo a pugnar desde sempre pela periodicidade mensal das referidas taxas, faturando-as nessa mesma periodicidade à CLCM, tendo procurado seguir as vias contratualmente previstas para a resolução de litígios de interpretação do contrato: a tentativa de conciliação, que terminou sem acordo, e a constituição de um tribunal arbitral, que avaliou as posições de ambas as partes, ouviu testemunhas e peritos e, após um período de audiência de julgamento, proferiu a sua decisão em Julho de 2014, decisão essa que foi favorável às pretensões da APRAM, S.A..

Na verdade o referido tribunal arbitral concluiu que a periodicidade da taxa era mensal, tendo condenado a CLCM ao pagamento das taxas devidas desde 2007, acrescidas de juros de mora. Interpelada para pagamento no cumprimento dos ditames da sentença arbitral, retorquiu a CLCM com a interposição de um recurso nos tribunais comuns da decisão arbitral, o que impediu que a decisão arbitral tivesse transitado em julgado.

Ainda assim, a APRAM, S.A., porque estava munida de uma sentença arbitral, a cujo eventual recurso havia sido apenas atribuído efeito devolutivo, emitiu certidão de dívida que remeteu à Repartição de Finanças de Machico para que esta procedesse à cobrança coerciva da dívida através de processo de execução fiscal. A CLCM deduziu oposição à referida execução, resguardando-se no facto de não existir ainda trânsito em julgado da decisão arbitral.

Independentemente de considerar a conduta da CLCM como meramente dilatória, a APRAM, S.A. continua a emitir mensalmente as faturas que entende serem devidas, do mesmo modo que periodicamente atualiza o montante que considera ser devido em sede de cobrança coerciva, emitindo certidões de dívida adicionais.

11. ANÁLISE ECONÓMICA E FINANCEIRA

Os resultados antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos, passaram a positivos.



PORTOS DA MADEIRA

ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DA REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA, S.A.

[Handwritten signature]

11. Análise Económica e Financeira

11. ANÁLISE ECONÓMICA E FINANCEIRA

O Resultado Líquido do Exercício registou um prejuízo de 12.647.640,64 euros.

O Ativo Líquido atingiu os 334,613 M€ e registou uma diminuição de 15,9 M€ face ao ano anterior.

Este decréscimo justifica-se, essencialmente, pela diminuição do ativo corrente devido ao facto de ser registado no ativo da APRAM, S.A. as verbas aprovadas em sede de candidatura a fundos comunitários, sendo que grande parte foram rececionadas e atendendo a que os projetos foram executados até 31 de dezembro de 2015.

Desde 1999, ano em que a APRAM, S.A. se constituiu como sociedade anónima, abandonando o estatuto de instituto público, o ativo líquido tem vindo a crescer fruto dos elevados investimentos em infraestruturas e equipamentos portuários.

No entanto, a tendência atual será a oposta: o ativo líquido a decrescer porque o investimento já está consolidado e o efeito das amortizações, que contribuirão para o referido decréscimo.

No ano de 2015, o Passivo Corrente atingiu os 75,45 M€, registando-se assim um aumento de 21,52 M€. Esta situação ficou a dever-se ao aumento das dívidas de curto prazo a “instituições de crédito”, ou seja, onde são registados os valores a amortizar dos empréstimos de médio e longo prazo no próximo ano e os contratos de mútuo, celebrados com o acionista e para fazer face ao serviço da dívida.

Resultados antes de Depreciações, Gastos de Financiamento e Impostos

Os resultados antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos, passaram a positivos. Este facto deve-se essencialmente ao registo do impacto financeiro nas contas das operações de cobertura de risco de taxa de juro, onde se registou em 2015 um acréscimo no seu valor de mercado na ordem dos 7,59 M€.

11. Análise Económica e Financeira

Refira-se que a entrada em funcionamento da Gare Marítima da Madeira implicou um aumento significativo dos gastos de consumo corrente nomeadamente água, eletricidade e contratação de serviços de limpeza e manutenção AVAC, elevadores e escadas rolantes.

A diminuição das receitas provenientes das prestações de serviços, e apesar do aumento do volume de carga contentorizada movimentada, conforme melhor explicitado no capítulo 2, reflete as orientações do acionista que originaram uma quebra de receita efetiva, plasmadas na Portaria n.º 141/2014, de 14 de agosto, que aboliu a TUP carga na exportação de mercadorias e a emissão de certificados de isenção de pilotagem aos comandantes dos navios da linha regular que operam nos portos do Caniçal e Porto Santo.

Rendimentos de Exploração

Os proveitos de exploração cresceram globalmente 12%.

Todas as rubricas inerentes à atividade empresarial da empresa cresceram, com exceção das prestações de serviços, pelos motivos acima expostos, que apresentaram uma diminuição de 1% (menos 0,101 M€).

As restantes rubricas apresentaram um acréscimo significativo:

- Nos subsídios à exploração: 0,404 M€ e referem-se à receção de verbas provenientes da lei de meios na sequência da intempérie de 2010 e do projeto GESPOR;
- Nos outros rendimentos e ganhos: 1,1 M€ e referem-se ao aumento da taxa de cofinanciamento do projeto das infraestruturas portuárias do porto do Porto Santo.

Quadro 8 - Rendimentos de Exploração

Un.: Euros

Rubricas	Exercícios	
	2015	2014
Prestações de serviços	10.362.284,93	10.463.501,94
Subsídios à exploração	506.011,28	11.725,99
Outros rendimentos e ganhos	3.309.285,51	2.190.688,62
Total	14.177.581,72	12.665.916,55

Fonte: APRAM, S.A.

11. Análise Económica e Financeira

Gastos de Exploração

Verifica-se que nas principais rubricas de exploração da empresa (fornecimentos e serviços externos e gastos com o pessoal), os gastos com:

- Os fornecimentos e serviços externos apresentaram um aumento, em parte justificado pela prestação de serviços gratificados da PSP e pelo aumento do número de navios de cruzeiros e serviços associados;
- Os gastos com o pessoal apresentaram uma diminuição de 743.395,91€ em virtude do congelamento da tabela salarial, das promoções e diuturnidades, nos termos estipulados no Orçamento de Estado para o ano 2015, da redução do número de efetivos e da cessação da requisição do pessoal da PSP. Quando é necessária a presença desta força de segurança nos portos, é solicitada a prestação de serviços gratificados;
- Na rubrica “Outros gastos e perdas” estão refletidos os gastos com os resíduos sólidos, e demais impostos que registaram uma diminuição, comparativamente ao ano anterior.

Quadro 9 - Gastos de Exploração

RUBRICAS	EXERCÍCIOS	
	2015	2014
Fornecimentos e serviços externos	1.858.152,92	1.761.859,91
Gastos com pessoal	6.709.474,66	7.452.870,57
Outros gastos e perdas	221.546,61	388.913,04
Total	8.789.174,19	9.603.643,52

Estrutura dos Gastos de Exploração

Na estrutura de gastos de exploração da empresa, o maior peso continua a centrar-se nos “Gastos com o pessoal”, com 76%, seguindo-se os “Fornecimentos e serviços externos”, com 21% e os “Outros gastos e perdas”, com 3%.

Quadro 10- Estrutura dos Gastos de Exploração

RUBRICAS	EXERCÍCIOS	
	2015	2014
Fornecimentos e serviços externos	21,14%	18,35%
Gastos com pessoal	76,34%	77,60%
Outros gastos e perdas	2,52%	4,05%
Total	100,00%	100,00%

Fonte: APRAM, S.A.

11. Análise Económica e Financeira

Fundos Libertos

A cobertura do investimento por autofinanciamento apresenta-se positiva devido ao valor dos “Gastos/reversões de depreciação e de amortização” serem suficientes para cobrir o resultado líquido negativo, e gerando fundos libertos.

Quadro 11 - Fundos Libertos

RUBRICAS	EXERCÍCIOS	
	2015	2014
Resultado líquido do exercício	(12.647.640,64)	(21.526.520,69)
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	13.275.675,45	13.365.380,76
Fundos Libertos	628.034,81	(8.161.139,93)
Investimento	8.971.426,39	12.982.275,41
Cobertura do investimento por autofinanciamento	7,00%	-62,86%

Fonte: APRAM, S.A.

Situação Financeira e Patrimonial

O quadro que se segue evidência a evolução da situação patrimonial no período de 2015/2014.

Do lado das aplicações de fundos destaca-se, em termos absolutos, a manutenção do imobilizado líquido, com valores superiores a 95% do ativo líquido total, sendo a parcela com maior representatividade nas contas da APRAM, S.A., o que reflete o volume de investimento efetuado, de acordo com as orientações de gestão do acionista.

Em relação ao ativo corrente, verifica-se um decréscimo de 11,65 M€, que representou no exercício económico de 2015, 1,63% do ativo líquido total.

11. Análise Económica e Financeira

Este decréscimo é justificado pela diminuição dos valores a receber referentes ao cofinanciamento comunitário aprovado em sede de candidatura dos projetos POVT e como atrás referido.

Os projetos em curso, no âmbito destes programas (POVT), terminaram em 31 de dezembro de 2015, sendo que os valores a receber respeitam aos saldos finais, que serão disponibilizados após a análise e aprovação do relatório final.

Fruto de uma correção financeira no projeto de financiamento das infraestruturas portuárias do porto do Caniçal, foram consideradas despesas inelegíveis pela Comissão Europeia. No entendimento da Comissão, a APRAM, S.A. terá que reembolsar 2.176.062,21 € à Agência para o Desenvolvimento e Coesão, I.P., uma vez que esta entidade se substituiu à APRAM, S.A. no reembolso à Comissão Europeia. Parte deste reembolso foi efetuado em 2014, sendo o restante efetuado em 2015.

Nesta conformidade, foram retidas verbas dos projetos POVT em curso para a amortização do montante de 1.894 M€, tendo sido deste modo integralmente paga a dívida à Agência para o Desenvolvimento e Coesão, I.P.. A APRAM, S.A. não comprometeu a execução física e financeira dos projetos porque tinha sido celebrado em 2014 um contrato programa com o Governo Regional para o pagamento da dívida acima descrita.

Note-se, por último, que apesar da diminuição das dívidas de clientes, a APRAM, S.A. está a faturar à CLCM – Companhia Logística de Combustíveis da Madeira, S.A. uma renda mensal, que a empresa, apesar de já ter sido condenada em sede de tribunal arbitral ao pagamento das quantias a que a APRAM considera ter direito, teima em não pagar, tendo interposto recurso jurisdicional desta decisão do tribunal arbitral para adiar o pagamento das referidas rendas.

Acresce ainda o facto da empresa, face à conjuntura económica, ter necessidade de recorrer a alguns acordos de regularização de dívidas com alguns clientes (Grupo Sousa/ARM, JFM, SILOMAD, entre outros), no sentido de poder ser ressarcida de alguns montantes já faturados e ainda não pagos, por questões de liquidez das referidas empresas.

11. Análise Económica e Financeira

Quadro 12 – Situação Financeira e Patrimonial (1)

ATIVO	EXERCÍCIOS			
	31-12-2015	%	31-12-2014	%
ATIVO NÃO CORRENTE				
Ativos fixos tangíveis	329.126.578,33	98,36%	333.438.875,23	95,11%
Ativos intangíveis	44.697,17	0,01%	36.649,33	0,01%
Total do ativo não corrente	329.171.275,50	98,37%	333.475.524,56	95,12%
ATIVO CORRENTE				
Inventários	10.000,00	0,00%	10.000,00	0,00%
Clientes	4.739.196,57	1,42%	5.742.048,49	1,64%
Estado e outros entes públicos	129.752,59	0,04%	88.062,21	0,03%
Outras contas a receber	418.679,14	0,13%	10.875.815,11	3,10%
Diferimentos	82.899,35	0,02%	359.987,02	0,10%
Caixa e depósitos bancários	61.449,50	0,02%	21.963,36	0,01%
Total do ativo corrente	5.441.977,15	1,63%	17.097.876,19	4,88%
TOTAL DO ATIVO	334.613.252,65	100,00%	350.573.400,75	100,00%

Fonte: APRAM, S.A.

Em termos de rubricas de origens de fundos, verifica-se um decréscimo no Capital Próprio, influenciado, em especial, pelos resultados negativos do ano e pelo acumular de prejuízos de exercícios anteriores.

No que diz respeito aos Capitais Permanentes, verifica-se um decréscimo (para os 77%), que decorre da diminuição do Passivo Não Corrente em virtude da amortização do capital das dívidas a instituições de crédito de médio e longo prazo, bem como da diminuição do capital próprio.

No que respeita ao passivo corrente, os “Financiamentos obtidos” de curto prazo, apresentam um acréscimo, na ordem dos 21.522 M€. Nesta rubrica estão expressos os valores a reembolsar em 2016 e referentes a empréstimos contraídos junto do BEI, Barclays Bank, EEPK, Déxia Sabadell e ao acionista (empréstimos de mútuo).

Tal como no ano anterior, procedeu-se ao registo do valor de mercado das operações de cobertura de risco de taxa de juro, contemplado na rubrica “Outros passivos financeiros”. Este valor veio contribuir para a diminuição do passivo corrente.

Apesar do acima exposto, este ano verifica-se uma diminuição significativa da rubrica “Outras contas a pagar” devido, sobretudo, à diminuição das dívidas a fornecedores de investimento e a outros credores.

11. Análise Económica e Financeira

De referir que nestes encontrava-se registada uma dívida no valor de 1.894.915,24 € à Agência para o Desenvolvimento e Coesão, I.P, que decorreu da regularização do saldo final do Fundo de Coesão do Porto do Caniçal, estando como acima referido, integralmente paga.

Saliente-se o esforço financeiro que tem sido efetuado para cumprimento do acordo de regularização de dívida (ARD) celebrado com a Somague, S.A., cuja dívida, superior a 2 M€, remontava a 2011, em resultado de trabalhos de dragagem realizados no final do ano de 2010 e início de 2011.

Quadro 13 – Situação Financeira e Patrimonial (2)

CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO	EXERCÍCIOS			
	31-12-2015	%	31-12-2014	%
CAPITAL PRÓPRIO				
Capital realizado	24.715.775,00	7,39%	24.715.775,00	7,05%
Reservas	3.458.448,87	1,03%	3.458.448,87	0,99%
Excedentes de revaloriz. de ativos fixos	180.293.492,29	53,88%	180.293.492,29	51,43%
Outras variações no capital próprio	86.178.969,75	25,75%	89.069.980,26	25,41%
Resultados transitados	(171.624.089,57)	-51,29%	(150.097.568,88)	-42,81%
Resultado líquido do exercício	(12.647.640,64)	-3,78%	(21.526.520,69)	-6,14%
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO	110.374.955,70	32,99%	125.913.606,85	35,92%
PASSIVO NÃO CORRENTE				
Financiamentos obtidos	148.792.307,70	44,47%	170.736.595,03	48,70%
Total do passivo não corrente	148.792.307,70	44,47%	170.736.595,03	48,70%
Capitais permanentes	259.167.263,40	77,45%	296.650.201,88	84,62%
PASSIVO CORRENTE				
Fornecedores	444.485,41	0,13%	1.668.850,37	0,48%
Estado e outros entes públicos	293.433,46	0,09%	373.827,52	0,11%
Financiamentos obtidos	56.358.019,59	16,84%	27.870.281,59	7,95%
Outras contas a pagar	3.933.268,98	1,18%	6.853.122,23	1,95%
Outros passivos financeiros	14.416.781,81	4,31%	17.157.117,16	4,89%
Total do passivo corrente	75.445.989,25	22,55%	53.923.198,87	15,38%
TOTAL DO PASSIVO	224.238.296,95	67,01%	224.659.793,90	64,08%
TOTAL DO CAP. PRÓP. + PASSIVO	334.613.252,65	100,00%	350.573.400,75	100,00%

Fonte: APRAM, S.A.

Fundo de Maneio

O fundo de maneio apresenta-se positivo (1,8 M€), pelo que as dívidas de clientes e os inventários são suficientes para fazer face às obrigações correntes (fornecedores) da empresa, numa ótica de curto prazo.

11. Análise Económica e Financeira

Quadro 14 – Fundo de Maneio

RUBRICAS	EXERCÍCIOS	
	2015	2014
Dívidas de clientes + Inventários (1)	4.749.196,57	5.752.048,49
Fornecedores (2)	2.915.179,80	5.065.173,83
Fundo de maneio (3) = (1) - (2)	1.834.016,77	686.874,66

Fonte: APRAM, S.A.

Rácios de Natureza Económica

Atendendo ao peso do Resultado Líquido (negativo) obtido no exercício, os indicadores económicos da APRAM, S.A., tal como em anos anteriores, mantêm-se desfavoráveis, apesar de uma ligeira melhoria nos seus resultados.

A rentabilidade das prestações de serviços cresceu ligeiramente, apesar de se apresentar negativa, devido à variação positiva dos Resultados de Exploração da empresa.

A rentabilidade dos Capitais Próprios melhorou, fruto do Resultado Líquido que apresentou uma evolução positiva, influenciado pelo acréscimo significativo do justo valor.

Quadro 15 – Rácios de Natureza Económica

RUBRICAS	EXERCÍCIOS	
	2015	2014
Vendas e prestações de serviços/Ponto crítico (1)	1,21	1,14
Rentabilidade das prestações de serviços (2)	-0,52	-1,45
Rentabilidade do ativo (ROI) (3)	-0,04	-0,06
Rentabilidade dos capitais próprios (ROE) (4)	-0,11	-0,17

Fonte: APRAM, S.A.

Notas: (1) Ponto crítico = Gastos variáveis (CMVMC + FSE) + Gastos de estrutura (GCP)

(2) Resultados operacionais / Prestações de serviços

(3) Resultados líquidos/ Ativo total líquido

(4) Resultados líquidos / Capitais próprios

11. Análise Económica e Financeira

Rácios de Natureza Financeira

De um modo geral, os indicadores financeiros apresentam este ano um resultado mais negativo comparativamente ao ano anterior e em função do resultado líquido negativo e dos resultados transitados que, paulatinamente, vão “consumindo” o capital próprio da empresa.

No caso da Liquidez Geral, a evolução foi negativa, passando de 32% para 7%.

Quanto à Autonomia Financeira e à Solvabilidade, verifica-se uma ligeira redução, sendo evidenciados, deste modo, o peso dos resultados negativos.

O prazo médio de cobrança neste exercício foi de 167 dias e o prazo médio de pagamento foi de 87 dias.

Quadro 16 – Rácios de Natureza Financeira

RUBRICAS	EXERCÍCIOS	
	2015	2014
Liquidez Geral (1)	0,07	0,32
Autonomia Financeira (2)	0,33	0,36
Solvabilidade (3)	0,49	0,56
Cobertura do imobilizado/investimento (4)	0,79	0,89
Capacidade de endividamento (5)	1,74	1,74
Debt-to-equity (6)	1,86	1,58
Prazo médio de recebimentos (dias) (7)	167	200
Prazo médio de pagamentos (dias) (8)	87	346

Fonte: APRAM, S.A.

Notas: (1) Ativo corrente/Passivo corrente

(2) Capital próprio/Ativo total líquido

(3) Capital próprio/Passivo total

(4) Capitais permanentes/Investimentos líquidos

(5) Capitais permanentes/Passivos não correntes

(6) Passivo financeiro/Capital próprio

(7) (Saldo de clientes C/C * 365 dias)/Vendas + Prestação de serviços)

(8) (Saldo de fornecedores C/C * 365 dias)/Fornecimentos e serviços externos + Compras

11. Análise Económica e Financeira

Proposta de Aplicação de Resultados

Os resultados líquidos do exercício foram negativos no montante de 12.647.640,64 euros, propondo-se que este valor seja levado à conta de Resultados Transitados.

Situação Perante a Segurança Social e o Sector Público Estatal

A APRAM, S.A. tem a sua situação regularizada perante a Autoridade Tributária, o Centro de Segurança Social da Madeira e demais entidades públicas.

Perspetivas Futuras

Para os próximos exercícios económicos, de acordo com as orientações de gestão e com o plano de atividades e orçamento, prevê-se a execução de investimentos em algumas obras, designadamente:

- Reparação do Porto do Porto Santo;
- Reforço do manto de proteção do molhe sul do porto do Funchal;
- Reparação de danos causados pelo temporal de 10 de dezembro de 2013, no porto do Funchal;
- Reparação de danos causados pelo temporal de 10 de dezembro de 2013, no porto do Caniçal;
- Reparação de danos causados pelo temporal de 10 de dezembro de 2013, no terminal de inertes do Porto Novo;
- Reparação de danos causados pelo temporal de 10 de dezembro de 2013, no cais de Machico;
- Otimização da frente de proteção marítima do depósito de inertes, criada a nascente do cais da cidade do Funchal.

Ao nível do financiamento, prevê-se que este possa ser efetuado através do recurso a contratos programa de investimentos com o Governo Regional, indemnizações compensatórias e cofinanciamento através de fundos comunitários, garantindo o necessário e imprescindível equilíbrio económico e financeiro da empresa.

11. Análise Económica e Financeira

Nesta fase, e face à conjuntura económica e financeira, continua a ser necessária a assunção pelo acionista dos valores a pagar por conta do serviço da dívida, no sentido de desonerar a APRAM, S.A. desse encargo, libertando assim os fundos da empresa para a sua atividade de exploração/corrente, facto que ocorreu ao longo do ano de 2015 e que, aliado a uma melhor performance ao nível da cobrança a clientes, permitiu salvaguardar e melhorar a tesouraria da empresa.

Em 2013, 2014 e 2015 foram celebrados contratos de mútuo de curto prazo, para o pagamento do serviço da dívida, cujos montantes ascendem no exercício de 2015 a 34.413.732,26 €. A APRAM, S.A. não tem possibilidade de reembolsar estes montantes através de receitas próprias, pelo que se propõe que os mesmos sejam convertidos em aumentos de capital, melhorando deste modo a situação financeira e patrimonial da empresa.

De salientar que desde janeiro de 2014, a APRAM, S.A. está obrigada ao cumprimento da Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso, o que obriga a que a gestão da tesouraria e as decisões que envolvem a contração de despesa sejam ainda mais criteriosas.

Só se se mantiver esta tendência, poderá a APRAM, S.A. a médio prazo conseguir fazer face aos compromissos com os fornecedores e manter uma atividade saudável e viável, pois, a não acontecer, as dívidas a fornecedores/contas a pagar, tenderão a crescer significativamente no futuro, com as inerentes responsabilidades.

Funchal, 17 de março de 2016.

O Conselho de Administração,

A Presidente



(Alexandra Cristina Ferreira
Mendonça)

O Vogal



(Marcos João Pisco Pola
Teixeira de Jesus)

A Vogal



(Maria de Fátima Pita Carvalho
Correia)

12. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E ANEXOS



PORTOS DA MADEIRA

ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DA REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA, S.A.

[Handwritten signatures and initials in blue ink]

12 Demonstrações Financeiras e Anexos

12. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E ANEXOS

DE 01.01.2015 A 31.12.2015



98

12 Demonstrações Financeiras e Anexos

12.1 Balanço Ativo

Quadro 17 – Balanço Ativo

RUBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31-12-2015	31-12-2014
ATIVO			
ATIVO NÃO CORRENTE			
Ativos fixos tangíveis	8 / 3.1 a)		
Terrenos e recursos naturais		2.280.144,21	2.280.144,21
Edifícios e outras construções		318.123.212,37	307.360.903,68
Equipamento básico		8.453.344,28	9.025.417,37
Equipamento de transporte		144.158,23	177.021,07
Equipamento administrativo		61.641,40	59.399,62
Equipamentos biológicos			
Outros ativos fixos tangíveis		64.077,84	76.993,20
Ativos fixos tangíveis em curso			14.458.996,08
Adiantamentos por conta de investimentos			
		329.126.578,33	333.438.875,23
Propriedades de investimento			
Ativos intangíveis	7		
Projetos de desenvolvimento		-	-
Programas de computador		44.697,17	36.649,33
Propriedade industrial			
		44.697,17	36.649,33
Ativos biológicos		-	-
Investimentos financeiros			
Acionistas/sócios			
Outros ativos financeiros		-	-
Ativos por impostos diferidos		-	-
Ativos não correntes detidos para venda		-	-
Total de ativo não corrente		329.171.275,50	333.475.524,56



12 Demonstrações Financeiras e Anexos

ATIVO CORRENTE			
Inventários	9 / 3.1. b)		
Matérias - primas, subsidiárias e de consumo		10.000,00	10.000,00
Mercadorias			
		10.000,00	10.000,00
Cientes - conta corrente		4.739.196,57	5.742.048,49
Cientes - cobrança duvidosa	12		
Adiantamentos a fornecedores			
Estado e outros entes públicos	15	129.752,59	88.062,21
Acionistas/sócios			
Outras operações (Subsid, associad. e empreend. Conj.)			
		4.868.949,16	5.830.110,70
Outras contas a receber			
Pessoal			
Outros devedores	13	418.679,14	10.875.815,11
		418.679,14	10.875.815,11
Diferimentos			
Gastos a reconhecer		82.899,35	359.987,02
		82.899,35	359.987,02
Caixa e depósitos bancários	5		
Depósitos bancários		58.615,50	17.100,15
Caixa		2.834,00	4.863,21
		61.449,50	21.963,36
		5.441.977,15	17.097.876,19
Total de ativo corrente			
TOTAL DO ATIVO		334.613.252,65	350.573.400,75

12 Demonstrações Financeiras e Anexos

12.2 Balanço Passivo

Quadro 18 – Balanço Passivo

RUBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31-12-2015	31-12-2014
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
CAPITAL PRÓPRIO			
Capital realizado	4	24.715.775,00	24.715.775,00
Reservas:			
Reservas legais			
Outras reservas		3.458.448,87	3.458.448,87
Excedentes de revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis		180.293.492,29	180.293.492,29
Outras variações no capital próprio	13 / 3.1. e)	86.178.969,75	89.069.980,26
Resultados transitados		(171.624.089,57)	(150.097.568,88)
Resultado líquido do período		(12.647.640,64)	(21.526.520,69)
Total de capital próprio atribuível aos acionistas da empresa-mãe		110.374.955,70	125.913.606,85
Capital próprio atribuível aos Interesses minoritários		-	-
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO		110.374.955,70	125.913.606,85
PASSIVO			
PASSIVO NÃO CORRENTE			
Provisões			
Financiamentos obtidos			
Instituições de crédito e sociedades financeiras	16	148.792.307,70	170.736.595,03
Responsabilidades por benefícios pós-emprego		-	-
Outros passivos financeiros		-	-
Passivos por impostos diferidos		-	-
		148.792.307,70	170.736.595,03
Outras contas a pagar			
Total do passivo não corrente		148.792.307,70	170.736.595,03
PASSIVO CORRENTE			
Fornecedores, conta corrente		444.485,41	1.668.850,37
Fornecedores - faturas em receção e conferência			
Estado e outros entes públicos	15	293.433,46	373.827,52
Financiamentos obtidos			
Instituições de crédito e sociedades financeiras	16	56.358.019,59	27.870.281,59
Adiantamentos por conta de vendas			
		57.095.938,46	29.912.959,48
Outras contas a pagar			
Fornecedores de investimentos		2.470.694,39	3.396.323,46
Credores por acréscimos de gastos		1.413.930,51	1.442.345,72
Outros credores		48.644,08	2.014.453,05
		3.933.268,98	6.853.122,23
Passivos financeiros detidos para negociação		-	-
Outros passivos financeiros	16	14.416.781,81	17.157.117,16
		14.416.781,81	17.157.117,16
Diferimentos			
Total do passivo corrente		75.445.989,25	53.923.198,87
TOTAL DO PASSIVO		224.238.296,95	224.659.793,90
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO E DO PASSIVO		334.613.252,65	350.573.400,75

12 Demonstrações Financeiras e Anexos

12.3 Demonstração de resultados por natureza

Quadro 19 – Demonstração de Resultados

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		31-12-2015	31-12-2014
Vendas e serviços prestados	11		
Vendas			
Mercadorias			
Produtos		-	-
Ativos biológicos		-	-
Prestações de serviços		10.362.284,93	10.463.501,94
		10.362.284,93	10.463.501,94
Subsídios à exploração		506.011,28	11.725,99
Ganhos/perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos		-	-
Variação nos inventários da produção		-	-
Trabalhos para a própria entidade		-	-
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas			
Mercadorias			
Matérias			
Ativos biológicos			
Fornecimentos e serviços externos		(1.858.152,92)	(1.761.859,91)
Gastos com o pessoal	17 / 3.1. c)		
Remunerações		(5.347.840,52)	(5.917.750,95)
Encargos sociais:			
Benefícios pós-emprego		(9.177,66)	(27.615,94)
Outros		(1.352.456,48)	(1.507.503,68)
Ajustamentos de inventários (perdas/reversões)			
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		(225.633,06)	23.746,35
Provisões (aumentos/reduções)			
Imparidade de ativos não depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)			
Aumentos/reduções de justo valor		2.740.335,35	(4.850.676,33)
Outros rendimentos e ganhos	11	3.309.285,51	2.190.688,62
Outros gastos e perdas		(221.546,61)	(388.913,04)
		7.903.109,82	(1.764.656,95)
Gastos/reversões de depreciação e de amortização		(13.275.675,45)	(13.365.380,76)
Imparidade de ativos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)			
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		(5.372.565,63)	(15.130.037,71)
Juros e rendimentos similares obtidos	11	42.683,07	469.888,20
Juros e gastos similares suportados	10	(7.312.212,66)	(6.858.971,74)
		(12.642.095,22)	(21.519.121,25)
Resultado antes de impostos			
Imposto sobre o rendimento do período		(5.545,42)	(7.399,44)
Resultado líquido do período		(12.647.640,64)	(21.526.520,69)

12 Demonstrações Financeiras e Anexos

12.4 Demonstração dos fluxos de caixa – Método direto

Quadro 20 – Demonstração de Resultados

RUBRICAS	NOTAS	PERÍODOS	
		31-12-2015	31-12-2014
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES OPERACIONAIS - MÉTODO DIRETO			
Recebimentos de clientes		12.128.748,76	10.560.268,05
Pagamentos a fornecedores		(3.588.300,14)	(2.582.725,65)
Pagamentos ao pessoal		(6.793.821,64)	(7.430.242,20)
Caixa gerada pelas operações		1.746.626,98	547.300,20
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		(395.173,10)	(425.627,24)
Outros recebimentos/pagamentos		68.736,08	(345.361,74)
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)		1.420.189,96	(223.688,78)
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		(12.374.129,80)	(14.576.535,65)
Ativos intangíveis		(23.732,29)	(43.288,62)
Investimentos financeiros			
Outros ativos			
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis			
Ativos intangíveis			
Investimentos financeiros			
Outros ativos			
Subsídios ao investimento		11.528.378,88	14.114.125,57
Juros e rendimentos similares			
Dividendos			
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)		(869.483,21)	(505.698,70)
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		16.912.738,00	12.115.987,70
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital próprio			
Cobertura de prejuízos			
Doações			
Outras operações de financiamento			
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		(10.369.287,33)	(5.377.205,88)
Juros e gastos similares		(7.054.671,28)	(6.744.239,37)
Dividendos			
Reduções de capital e de outros instrumentos de capital próprio			
Outras operações de financiamento			
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)		(511.220,61)	(5.457,55)
Variação de caixa e seus equivalentes (1 + 2 + 3)			
Efeito das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes no início do período		21.963,36	756.808,39
Caixa e seus equivalentes no fim do período		61.449,50	21.963,36



12 Demonstrações Financeiras e Anexos

12.5. Demonstração das alterações do capital próprio

Quadro 21 – Demonstração das Alterações do Capital Próprio

DESCRIÇÃO	NOTAS	CAPITAL PRÓPRIO ATRIBUÍDO AOS DETENTORES DO CAPITAL						TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO
		CAPITAL REALIZADO	OUTRAS RESERVAS	RESULTADOS TRANSITADOS	EXCEDENTES DE REVALORIZAÇÃO	OUTRAS VARIÁCIÕES NO CAPITAL PRÓPRIO	RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	
POSICÃO NO INÍCIO DO ANO 2015	(1)	24.715.775,00	3.458.448,87	(150.097.568,88)	180.293.492,29	89.069.980,26	(21.526.520,69)	125.913.606,85
ALTERAÇÕES NO ANO 2015								
Primeira adopção de novo referencial contabilístico								0,00
Alterações de políticas contabilísticas								0,00
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras								0,00
Realização do excedente de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis								0,00
Excedentes de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis e respectivas variações								0,00
Ajustamentos por impostos diferidos								0,00
Outras alterações reconhecidas no capital próprio	(2)	0,00	0,00	(21.526.520,69)	0,00	(2.891.010,51)	21.526.520,69	(2.891.010,51)
RESULTADO LÍQUIDO DO ANO 2015	(3)							
RESULTADO INTEGRAL	(4) = (2) + (3)							
		0,00	0,00	(21.526.520,69)	0,00	(2.891.010,51)	8.878.880,05	(15.538.651,15)
OPERAÇÕES COM DETENTORES DO CAPITAL NO ANO 2015								
Realizações de capital								0,00
Realizações de prémios de emissão								0,00
Distribuições								0,00
Entradas para cobertura de perdas								0,00
Outras operações	(5)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
POSICÃO NO FIM DO PERÍODO 2015	(6) = (1) + (2) + (3) + (5)	24.715.775,00	3.458.448,87	(171.624.089,57)	180.293.492,29	86.178.969,75	(12.647.640,64)	110.374.955,70

APRAM - Administração dos Portos da Região Autónoma da Madeira, S.A.
 CONTRIBUINTE N.º 511.137.753 - CONS. REG. COM. FUNCHAL N.º 7373
 Gare Marítima da Madeira, Molhe da Pontinha, Porto do Funchal - 9004-518 FUNCHAL - PORTUGAL
 TEL: 351 291 20 86 00 - FAX: 351 - 291 - 22 01 96
 portosdamadeira@apram.pt • www.apram.pt

12 Demonstrações Financeiras e Anexos

O Conselho de Administração:

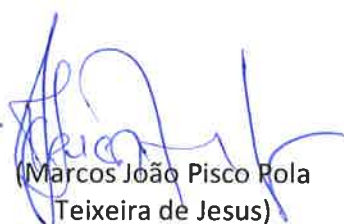
A Presidente

O Vogal

A Vogal



(Alexandra Cristina Ferreira
Mendonça)



(Marcos João Pisco Póla
Teixeira de Jesus)



(Maria de Fátima Pita Carvalho
Correia)

O Contabilista Certificado:



(Miguel Ângelo Gonçalves de Faria)

13. ANEXO AO BALANÇO E DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS DO EXERCÍCIO DE 2015



PORTOS DA MADEIRA

ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DA REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA, S.A.

[Handwritten signatures and initials in blue ink]

13. Anexo ao Balanço e Demonstração de Resultados do Exercício de 2015

13. ANEXO AO BALANÇO E DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS DO EXERCÍCIO DE 2015

NOTA INTRODUTÓRIA:

A APRAM – Administração dos Portos da Região Autónoma da Madeira, S.A., foi constituída a 1 de agosto de 1999, por aplicação do Decreto Legislativo Regional n.º 19/99/M, de 1 de julho, e tem por objeto a prestação dos serviços inerentes à atividade portuária na Região Autónoma da Madeira.

1. Identificação da Entidade

- 1.1. **Designação da entidade:** APRAM – Administração dos Portos da Região Autónoma da Madeira, S. A.
- 1.2. **Sede:** Gare Marítima da Madeira – Molhe da Pontinha – Porto do Funchal, 9004-518 Funchal.
- 1.3. **NIPC:** 511 137 753
- 1.4. **Natureza da Atividade:** A APRAM, S.A. é uma sociedade anónima de capitais exclusivamente públicos e dedica-se à prestação de serviços inerentes à atividade portuária, bem como à gestão e fiscalização dos espaços dominiais sob a sua jurisdição, na Região Autónoma da Madeira.
- 1.5. Sempre que não exista outra referência, os montantes encontram-se expressos em euros.

2. Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

- 2.1. **Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras:** As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística (SNC), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho, aplicando-se o nível de normalização contabilística correspondente às 28

13. Anexo ao Balanço e Demonstração de Resultados do Exercício de 2015

normas contabilísticas e de relato financeiro (NCRF), aprovadas pelo aviso n.º 15 655/2009, de 7 de setembro, com as conseqüentes adaptações em função da necessidade de relato financeiro da empresa.

Os instrumentos legais do SNC são os seguintes:

- Aviso n.º 15 652/2009, de 7 de setembro (Estrutura conceptual);
- Portaria n.º 986/2009, de 7 de setembro (Modelos de demonstrações financeiras);
- Portaria n.º 1 011/2009, de 9 de setembro (Código de Contas);
- Aviso n.º 15 655/2009, de 7 de setembro (Normas contabilísticas e de relato financeiro);
- Aviso n.º 15 654/2009, de 7 de setembro (Norma contabilística e de relato financeiro para pequenas entidades);
- Aviso n.º 15 653/2009, de 7 de setembro (Normas interpretativas 1 e 2).

2.2. Indicação e justificação das disposições do SNC que, em casos excepcionais, tenham sido derogadas e dos respetivos efeitos nas demonstrações financeiras, tendo em vista a necessidade de estas darem uma imagem verdadeira e apropriada do ativo, do passivo e dos resultados da entidade: No presente exercício não foram derogadas quaisquer disposições do SNC.

2.3. Indicação e comentário das contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do exercício anterior: Os valores referentes ao período findo em 31 de dezembro de 2015, incluídos nas presentes demonstrações financeiras são comparáveis em todos os aspetos significativos com os valores do período de 2014.

3. Principais Políticas Contabilísticas

3.1. Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras



13. Anexo ao Balanço e Demonstração de Resultados do Exercício de 2015

a) **Ativos fixos tangíveis:** Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das depreciações. Os ativos fixos tangíveis, encontram-se contabilizados ao custo de aquisição, com exceção dos bens próprios e do domínio público, que foram inventariados e avaliados em 1999, por avaliadores independentes e integrados nas contas da APRAM, S.A. no exercício de 2000. O efeito líquido das avaliações está reconhecido nos “Excedentes de revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis”.

As depreciações são calculadas pelo método das quotas constantes, sendo registadas por duodécimos, de forma a reintegrarem o valor dos bens durante a sua vida útil esperada.

A partir do ano 2011, passaram a ser utilizadas as taxas mínimas para todos os bens, previstas no Decreto Regulamentar n.º 25/2009, de 14 de setembro de 2009, independentemente de no ano 2007, já terem sido alteradas as taxas de amortização das infraestruturas marítimo-portuárias para a taxa mínima, em virtude de se ter considerado que a taxa utilizada (taxa máxima), não seria a que melhor evidenciava a durabilidade daquele tipo de infraestruturas, aplicando-se atualmente uma taxa de 2,5%, em vez da que estava a ser aplicada em anos anteriores, que era de 5%.

Os ativos fixos tangíveis em curso representam ativos que ainda não se encontram em condições de funcionamento/utilização, pelo que passarão a ser depreciados a partir do momento em que os ativos subjacentes estejam disponíveis para uso ou nas condições necessárias para operar de acordo com o pretendido pela empresa.

O desreconhecimento dos ativos fixos tangíveis, resultantes da venda ou abate são determinados pela diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico, na data de alienação ou abate, sendo registados na demonstração dos resultados nas rubricas respetivas “Outros rendimentos e ganhos” ou “Outros gastos e perdas”.

13. Anexo ao Balanço e Demonstração de Resultados do Exercício de 2015

- b) Inventários:** As mercadorias, matérias-primas, subsidiárias e de consumo estão valorizadas ao custo de aquisição ou valor realizável líquido, dos dois o mais baixo.
- c) Benefícios de empregados:** As obrigações decorrentes dos benefícios de empregados são reconhecidas como gastos no período em que os serviços são prestados, numa base não descontada por contrapartida de um passivo que se extingue com o seu pagamento.

De acordo com a legislação vigente, o direito a férias e ao correspondente subsídio é adquirido no ano anterior ao do seu pagamento. Assim, o valor das férias, do subsídio de férias e respetivos encargos a pagar são contabilizados nos gastos do exercício a que dizem respeito, por contrapartida de diferimentos, independentemente da data do respetivo pagamento. Em 2015, o valor global da responsabilidade reconhecida a pagar em 2016, foi de 684.957,32 Euros.

- d) Rendimentos a reconhecer:** Nesta rubrica foram contabilizados essencialmente serviços prestados em dezembro de 2015, no montante de 244.927,23 Euros, mas que só serão faturados em 2016.
- e) Subsídios atribuídos para financiamento de investimentos:** Os subsídios atribuídos à APRAM, S. A., a fundo perdido, para financiamento de investimentos, são registados como outras variações no capital próprio, na rubrica de subsídios, e reconhecidos anualmente na demonstração de resultados, proporcionalmente às depreciações dos ativos fixos tangíveis subsidiados.

3.2. Juízos de valor que o órgão de gestão fez no processo de aplicação das políticas contabilísticas e que tiveram maior impacte nas quantias reconhecidas nas demonstrações financeiras: Na preparação das Demonstrações Financeiras anexas foram efetuados juízos de valor e estimativas e utilizados diversos pressupostos que afetam as quantias relatadas de ativos e passivos, assim como as quantias relatadas de rendimentos e gastos do período.



13. Anexo ao Balanço e Demonstração de Resultados do Exercício de 2015

3.3. Principais pressupostos relativos ao futuro: As Demonstrações Financeiras anexas foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos registos contabilísticos da empresa.

4. Capital Social

O capital social é de 24.715.775,00 € euros, representado por 4.943.155 ações, no valor nominal de 5 euros por ação.

O capital social, acima referido, foi subscrito e realizado na sua totalidade pela Região Autónoma da Madeira, sendo as ações detidas pelo Governo Regional da Madeira, representado atualmente pela Secretaria Regional da Economia, Turismo e Cultura.

5. Fluxos de Caixa

5.1 Desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e depósitos bancários.

Na divulgação dos fluxos de caixa, foi utilizado o método direto, o qual nos dá informação acerca dos componentes principais de recebimentos e pagamentos brutos, obtidos com base nos registos contabilísticos.

RUBRICAS	CONTA	VALOR
CAIXA		
Caixa Funchal	11110100	1.065,63
Caixa Caniçal	11110200	13,86
Caixa Porto Santo	11110300	109,80
Fundo de maneiio - Tesouraria	11810100	874,23
Fundo de maneiio - Pilotos	11810200	359,65
Fundo de maneiio - Aprovisionamento	11810400	310,83
Fundo de maneiio - Porto do Caniçal	11810500	100,00
Total de caixa (1)		2.834,00
DEPÓSITOS BANCÁRIOS		
DO Barclays Bank – Dep. Ordem	12110300	9,97
DO IGCP – Dep. Ordem	12110500	3.366,81
DO IGCP – Caniçal e Porto Santo	12110600	99,85
DO IGCP – POVT zona acostável norte P. Funchal	12110700	53,87
DO IGCP – Marina do Porto Santo	12111100	28,20
DO IGCP – POVT Porto Santo	12111200	1.211,01
DO IGCP – Reforço caução de empreitadas	12111300	53.845,79
Total de depósitos bancários (2)		58.615,50
TOTAL DE CAIXA E DEPÓSITOS BANCÁRIOS = (1) + (2)		61.449,50

13. Anexo ao Balanço e Demonstração de Resultados do Exercício de 2015

6. Políticas Contabilísticas, Alterações nas Estimativas Contabilísticas e Erros

Não foram detetados erros relativamente às contas aprovadas em SNC, referentes ao ano 2014.

7. Ativos Fixos Intangíveis

RUBRICAS	SALDO INICIAL	AUMENTOS	ALIENAÇÕES	TRANSFERÊNCIAS E ABATES	SALDO FINAL
ATIVOS FIXOS INTANGÍVEIS					
Programas de computador	74.698,00			20.500,00	95.198,00
Despesas de investigação e desenvolvimento					
Depreciações acumuladas do ativo fixo intangível	(38.048,67)	(12.452,16)			(50.500,83)
Propriedade industrial e outros direitos					
Total do ativo fixo intangível líquido	36.649,33	8.047,84		20.500,00	44.697,17

8. Ativos Fixos Tangíveis

RUBRICAS	SALDO INICIAL	AUMENTOS	ALIENAÇÕES	TRANSFER. E ABATES	SALDO FINAL
ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS					
Terrenos e recursos naturais	2.280.144,21				2.280.144,21
Edifícios e outras construções	504.137.892,78			23.202.790,17	527.340.682,95
Equipamento básico	29.574.233,96			194.611,80	29.768.845,76
Equipamento de transporte	559.356,64				559.356,64
Equipamento administrativo	2.425.438,16			12.520,50	2.437.958,66
Outros ativos fixos tangíveis	1.157.121,01				1.157.121,01
Ativos fixos tangíveis em curso	14.458.996,08	8.971.426,39		(23.430.422,47)	0,00
Adiantamentos por conta de investimentos					
Ativo tangível bruto	554.593.182,84	8.971.426,39		(20.500,00)	563.544.109,23
Depreciações acumuladas do ativo fixo tangível	(221.154.307,61)	(13.263.223,29)			(234.417.530,90)
Perdas por imparidade e reversões acumuladas					
Total do ativo fixo tangível líquido	333.438.875,23	(4.291.796,90)		(20.500,00)	329.126.578,33

13. Anexo ao Balanço e Demonstração de Resultados do Exercício de 2015

Nos valores acima referidos, não constam as amortizações do exercício referentes à transferência dos imobilizados em curso, atendendo a que os ativos só entraram em funcionamento no final de dezembro de 2015, sendo que serão amortizados a partir de janeiro de 2016.

9. Inventários

As mercadorias e os materiais de consumo, encontram-se valorizados ao custo de aquisição.

Em 31 de Dezembro de 2015, os valores registados na contabilidade são os seguintes:

MOVIMENTOS	MERCADORIAS	MATERIAIS DE CONSUMO
Saldo inicial		10.000,00
Regularização de existências		
Saldo Final	0,00	10.000,00

10. Custo dos Empréstimos Obtidos

10.1 Política contabilística adotada nos custos dos empréstimos obtidos: De um modo geral, os custos dos empréstimos obtidos são reconhecidos como gastos do período em que ocorrem. Contudo, para o caso dos empréstimos obtidos associados a ativos fixos em curso (investimentos), os juros dos empréstimos são capitalizados, ou seja, são acrescidos ao custo do ativo, enquanto este se mantiver em curso. Assim que o ativo é transferido para ativo fixo, o custo dos empréstimos passam a ser reconhecidos como gasto do período.

10.2 Quantia de custos de empréstimos obtidos capitalizada durante o período:

No decorrer do exercício de 2015, a APRAM, S.A. suportou 7.312.212,66 € de juros e gastos similares, respeitantes maioritariamente a empréstimos obtidos. Neste

13. Anexo ao Balanço e Demonstração de Resultados do Exercício de 2015

exercício, não foram imputados/capitalizados quaisquer valores aos investimentos em curso.

10.3 Taxa de capitalização usada para determinar a quantia do custo dos empréstimos

obtidos elegíveis para capitalização: A taxa de juro utilizada para o cálculo dos juros bancários, está de acordo com os valores efetivamente cobrados pelas respetivas entidades bancárias. Na maior parte dos casos, está a ser indexada à taxa de juro Euribor a 6 meses, acrescida de um spread bancário.

RUBRICAS	31-12-2015	31-12-2014	VARIAÇÃO
<u>JUROS E GASTOS SIMILARES SUPOSTADOS</u>			
Juros suportados de empréstimos bancários	7.005.227,56	6.689.411,97	4,72%
Juros de mora e compensatórios	55,48		
Outros juros	125.980,44	94.829,22	32,85%
Outros gastos e perdas de financiam.	180.949,18	74.730,55	142,14%
TOTAL DE JUROS E GASTOS SIMILARES SUPOSTADOS	7.312.212,66	6.858.971,74	6,61%

11. Rédito

Quantia de cada categoria significativa de rédito reconhecida durante o período incluindo o rédito proveniente de:

RUBRICAS	31-12-2015	31-12-2014	VARIAÇÃO
<u>PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS</u>			
TUP Navio	967.209,31	869.825,63	11,20%
TUP Carga Geral	50.940,40	64.988,70	-21,62%
Armazenamento de contentores	97.163,19	107.844,26	-9,90%
Diversos serviços	296.941,31	307.753,59	-3,51%
Amarração / desamarração	472.792,00	488.800,33	-3,28%
Serviço de reboques	494.498,86	508.872,55	-2,82%
Serviço de lancha	6.468,00	8.630,00	-25,05%
Serviço de pilotagem	768.343,86	736.836,80	4,28%
Serviço de báscula / pesagem	6.678,61	6.071,21	10,00%
Fornecimento de mão-de-obra	68.130,68	83.274,52	-18,19%
Serviço de guindagem	65.714,00	62.890,00	4,49%
Fornecimento de água	264.442,75	186.575,96	41,73%
Fornecimento de energia elétrica	70.082,97	60.338,11	16,15%
Concessões e alugueres diversos	1.409.864,80	1.772.176,65	-20,44%
TUP granéis sólidos	236.762,35	338.666,89	-30,09%
TUP granéis líquidos	239.967,00	249.630,88	-3,87%
TUP contentores	2.617.264,20	2.762.044,90	-5,24%

13. Anexo ao Balanço e Demonstração de Resultados do Exercício de 2015

RUBRICAS	31-12-2015	31-12-2014	VARIAÇÃO
TUP veículos	385.610,10	373.766,00	3,17%
Tráfego de passageiros	1.419.965,14	1.133.757,00	25,24%
Fundeadouro de navios	47.204,90	31.096,85	51,80%
Taxa de resíduos	302.248,80	262.158,00	15,29%
Taxa de ISPS	73.991,70	47.503,11	55,76%
TOTAL DAS PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS	10.362.284,93	10.463.501,94	-0,97%
OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS			
Indemnizações		34.146,46	-100,00%
Correções relativas a exercícios anteriores	565.053,51	116.332,72	385,72%
Subsídios para investimentos	2.675.491,01	2.040.197,64	31,14%
Outros rendimentos e ganhos	68.740,99	11,80	582450,76%
TOTAL DOS OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS	3.309.285,51	2.190.688,62	51,06%
JUROS			
Depósitos bancários	2,44	7,50	-67,47%
Outros juros	42.680,63	469.880,70	-90,92%
TOTAL DOS JUROS	42.683,07	469.888,20	-90,92%
TOTAL	13.714.253,51	13.124.078,76	4,50%

12. Provisões/Clientes de Cobrança Duvidosa

RUBRICAS	SALDO INICIAL	AUMENTOS	DIMINUIÇÕES	SALDO FINAL
CLIENTES COBRANÇA DUVIDOSA				
Clientes cobrança duvidosa	1.597.274,38	448.015,14	(222.382,08)	1.822.907,44
Provisões de clientes	(1.597.274,38)	(448.015,14)	222.382,08	(1.822.907,44)

13. Subsídios do Governo e Apoios Comunitários

13.1 Política contabilística adotada para os subsídios do Governo, incluindo os métodos de apresentação adotados nas demonstrações financeiras: Os subsídios ao investimento a fundo perdido, para financiamento de investimentos em ativos fixos, são reconhecidos anualmente na Demonstração de Resultados, proporcionalmente

13. Anexo ao Balanço e Demonstração de Resultados do Exercício de 2015

às amortizações dos ativos fixos tangíveis que foram objeto de financiamento, e são registados na rubrica “Outras variações no capital próprio”.

Os subsídios a fundo perdido também são reconhecidos de acordo com o valor a receber e contratado, face a cada projeto de investimento, ficando em balanço a evidência do montante total do projeto aprovado, na candidatura face ao respetivo programa de apoio (Fundo de Coesão, POVT, etc.).

Este ano o valor considerado no Balanço, na rubrica “Outros devedores” é de 418.679,14 €. O valor a receber em contas de balanço, no ano 2015, no que diz respeito aos subsídios ao investimento foi alterado, no sentido de evidenciar os valores mais prováveis de receção de verbas dos Fundos Comunitários, em função da taxa de execução de cada projeto, bem como da expectativa da empresa de vir a receber aqueles montantes.

O decréscimo significativo nesta rubrica, corresponde à parcela já recebida em função da execução dos projetos, face ao cofinanciamento atribuído ao abrigo do POVT. Saliente-se que os projectos em curso foram concluídos em dezembro de 2015, ficando apenas em saldo o valor expectável de receita a título de saldo final.

RUBRICAS	31-12-2015	31-12-2014	VARIAÇÃO
OUTRAS VARIAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO			
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras	(80.299,17)	(80.299,17)	
Sub-total (1)	(80.299,17)	(80.299,17)	
Fundo de coesão do porto do Caniçal	26.646.814,98	27.454.463,46	-2,94%
Remate nascente da plataforma marítima	206.527,26	214.350,30	-3,65%
Molhe exterior da pontinha	812.267,56	847.745,92	-4,19%
Apoio náutico do Porto Santo	465.125,47	483.730,63	-3,85%
Ampliação do cais de Machico	317.983,76	336.688,64	-5,56%
Ampliação do cais da Calheta	369.022,34	383.783,18	-3,85%
Berço de estacionamento de navios	219.566,55	237.848,55	-7,69%
Estaleiro naval do porto de pesca	490.442,49	511.766,13	-4,17%
Forte de nossa senhora	15.600,68	20.801,00	-25,00%
Cais da Ribeira Brava	17.582,46	23.443,38	-25,00%
Sistema de guiamento de embarcações	121.582,10	126.445,34	-3,85%
Embarcações de madeira	218.224,29	226.953,21	-3,85%
Ampliação do cais do Paul do Mar	1.697.351,45	1.755.646,13	-3,32%



13. Anexo ao Balanço e Demonstração de Resultados do Exercício de 2015

Aquisição de rebocador polivalente	85.633,38	99.879,06	-14,26%
Ligação viária da avenida Sá Carneiro	95.395,00	114.474,04	-16,67%
Ampliação do cais do Porto Moniz	6.842.755,17	7.070.846,97	-3,23%
Fundo de coesão do porto do Funchal	9.681.733,91	9.818.796,38	-1,40%
POVT do porto do Porto Santo	13.909.112,63	12.634.187,26	10,09%
Contrato programa de investimentos	1.717.851,12	1.794.454,44	-4,27%
POVT – Zona acostável norte do Porto do Funchal	20.383.654,12	22.999.060,37	-11,37%
Contrato programa – Fundo de coesão do Porto do caniçal	1.945.042,20	1.994.915,04	-2,50%
Sub-total (2)	86.259.268,92	89.150.279,43	-3,24%
TOTAL DAS OUTRAS VARIAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO (1) + (2)	86.178.969,75	89.069.980,26	-3,25%

13.2 Natureza e extensão dos subsídios do Governo reconhecidos nas demonstrações financeiras e indicação de outras formas de apoio de que diretamente se beneficiou: Para além dos subsídios anteriores (ao investimento), a APRAM, S.A. participa num conjunto de projetos transatlânticos, no âmbito do programa de cooperação transnacional Madeira-Açores-Canárias (MAC) - 2007-2013, onde constam alguns projetos comparticipados pela Comunidade Europeia, designadamente:

- MACSIMAR
- GESPORT
- COSTA
- GAIN
- LNG
- LSW

14. Acionistas/Sócios

Não aplicável.

15. Sector Público Estatal

RUBRICAS	31-12-2015	31-12-2014	VARIAÇÃO
ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS			
Pagamento especial por conta	87.381,44	83.723,04	4,37%
Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)	42.371,15	4.339,17	876,48%

13. Anexo ao Balanço e Demonstração de Resultados do Exercício de 2015

Sub-total (1)	129.752,59	88.062,21	47,34%
Retenções de impostos (IRC)		(3,76)	-100,00%
Estimativa de imposto (IRC)	(5.545,42)	(7.399,44)	-25,06%
Retenções de impostos sobre rendimentos (IRS)	(123.571,61)	(153.435,43)	-19,46%
Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)		(17.155,36)	-100,00%
Contribuições para a segurança social e outros sistemas complem.	(159.094,28)	(194.249,27)	-18,10%
Sindicatos e outras retenções	(5.222,15)	(1.584,26)	229,63%
Sub-total (2)	(293.433,46)	(373.827,52)	-21,51%
TOTAL DOS ENCARGOS COM O ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS (1) + (2)	(163.680,87)	(285.765,31)	42,72%

16. Instrumentos Financeiros Passivos

Os instrumentos financeiros que a empresa tem ao seu dispor, são os seguintes:

DESCRIÇÃO	31-12-2015	31-12-2014	VARIAÇÃO
FINANCIAMENTOS OBTIDOS MLP			
Banco Europeu de Investimento	30.000.000,02	32.352.941,19	-7,27%
Barclays Bank, PLC / E. E. P. K.	49.400.000,00	55.200.000,00	-10,51%
Déxia Sabadell, S. A.	69.392.307,68	76.846.153,84	-9,70%
Barclays Bank, PLC - Conta Corrente Caucionada		6.337.500,00	-100,00%
Total dos financiamentos MLP	148.792.307,70	170.736.595,03	-12,85%
FINANCIAMENTOS OBTIDOS CP			
Barclays Bank, PLC - Conta Corrente Caucionada	6.337.500,00	4.062.500,00	56,00%
Banco Europeu de Investimento	2.352.941,17	2.352.941,17	
Barclays Bank, PLC / E. E. P. K.	5.800.000,00	2.800.000,00	107,14%
Déxia Sabadell, S. A.	7.453.846,16	1.153.846,16	546,00%
Região Autónoma da Madeira (Contratos de mútuo)	34.413.732,26	17.500.994,26	96,64%
Total dos financiamentos CP	56.358.019,59	27.870.281,59	102,22%
PASSIVOS FINANCEIROS DETIDOS PARA NEGOCIAÇÃO			
Outros passivos financeiros:			
Swap de taxa de juro Societe Generale - 63 ME	7.798.744,00	9.238.442,00	-15,58%
Swap de taxa de juro Societe Generale - 30 ME	3.562.360,00	4.243.989,00	-16,06%
Swap de taxa de juro Royal Bank of Scotland - 28 ME	3.055.677,81	3.674.686,16	-16,85%
Total dos passivos financeiros	14.416.781,81	17.157.117,16	-15,97%
TOTAL	219.567.109,10	215.763.993,78	1,76%

No que se refere à rubrica "Outros passivos financeiros", os valores apresentados nas demonstrações financeiras correspondem ao valor de mercado das operações de cobertura de taxa de juro, que foram negociadas pela APRAM, S.A., com o aval da Região

13. Anexo ao Balanço e Demonstração de Resultados do Exercício de 2015

Autónoma da Madeira, e que à luz do normativo (SNC), corresponde na prática ao valor que a empresa teria de suportar para fechar a operação junto das entidades credoras.

Saliente-se que este valor oscila diariamente, na medida em que as taxas de juro do mercado são ajustadas, podendo atingir valores de cotação bastante positivos ou bastante negativos, consoante a conjuntura e comportamento dos mercados internacionais.

O aumento dos financiamentos obtidos de curto prazo, respeita aos valores a pagar/reembolsar no ano 2016 às instituições financeiras e, ao valor dos contratos de mútuo celebrados com a Região Autónoma da Madeira durante o ano 2013, 2014 e 2015, dotando a APRAM, S.A. de alguma disponibilidade financeira (liquidez), para fazer face a parte do serviço da dívida (juros e amortização de capital), que foram contraídos pela empresa, no âmbito da missão atribuída pelo acionista em anos anteriores, no sentido de dotar a Região Autónoma da Madeira de infraestruturas marítimo portuárias e respetivos equipamentos, o que originou elevados montantes de investimento, com recurso à banca, em parte, como fonte de financiamento.

17. Gastos com o Pessoal

Durante o ano 2015, a APRAM, S.A. tinha ao seu serviço 153 pessoas. Os gastos com o pessoal foram os seguintes:

RUBRICAS	31-12-2015	31-12-2014	VARIAÇÃO
GASTOS COM OS ÓRGÃOS SOCIAIS			
Remunerações dos órgãos sociais	182.646,02	183.405,52	-0,41%
Encargos com as remunerações	45.053,48	50.089,57	-10,05%
Total dos gastos com os órgãos sociais	227.699,50	233.495,09	-2,48%
GASTOS COM O PESSOAL			
Remunerações do pessoal	5.174.372,16	5.734.345,43	-9,77%
Outros gastos com o pessoal	122.651,32	133.210,93	-7,93%
Encargos com as remunerações	1.184.751,68	1.351.819,12	-12,36%
Total dos gastos com o pessoal	6.481.775,16	7.219.375,48	-10,22%
TOTAL DOS BENEFÍCIOS COM EMPREGADOS	6.709.474,66	7.452.870,57	-9,97%

13. Anexo ao Balanço e Demonstração de Resultados do Exercício de 2015

A rubrica “Outros gastos com o pessoal” inclui gastos com a medicina do trabalho, formação, seguro de saúde e seguro de acidentes de trabalho.

O Subsídio de férias e natal dos órgãos sociais está incluído no valor das remunerações do pessoal.

18. Divulgações Exigidas por Diplomas Legais

O presente relatório contém os elementos que caracterizam a situação económica e financeira da APRAM e demais informações a que se refere o artigo 14.º do Decreto Legislativo Regional n.º 13/2010/M, de 5 de agosto.

19. Outras Informações

Estão em curso dezanove processos judiciais, em que a APRAM, S.A. é parte e que a seguir se enumeram:

- Processo judicial referente à operação do navio ferry Armas no porto do Funchal, e através dos quais são pedidas responsabilidades cíveis à APRAM, S.A., movido pela AAMC – Associação de Armadores da Marinha de Comércio, Box Lines e Vieira & Silveira e em que são demandados o ex IPTM – Instituto dos Transportes Marítimos e a APRAM, S.A.;
- Processo de impugnação da liquidação das taxas cobradas pela APRAM, S.A. à CLCM – Companhia Logística de Combustíveis da Madeira, S.A.;
- Ação Administrativa comum movida pela Empresa de Navegação Madeirense - ENM - Acidente com Navio Funchalense V, no Porto do Caniçal;
- Processo de impugnação da taxa de extração de inertes, movido pela MADMAR - Movimentação e Comercialização de Inertes, Lda. contra a APRAM, S.A.;
- Processo judicial referente ao sinistro ocorrido no Estaleiro Naval do Caniçal com o Navio Arco, movido por BASALTAREIAS - Extração e Comercialização de Areias, S.A., em que são demandadas a Secretaria Regional das Finanças e a APRAM, S.A.;
- Processo judicial referente à queda de pedras no Cais da Ponta da Sol, movida pelo restaurante “Sol Poente”, em que são demandadas para além da APRAM, a Costa de Baixo – Turismo, Ld.ª;
- Processo de impugnação de decisão de não adjudicação no concurso público relativo a recolha de resíduos dos navios movido pela HIDURBE – Gestão de Resíduos, S.A. contra a APRAM, S.A..

13. Anexo ao Balanço e Demonstração de Resultados do Exercício de 2015

Não foram constituídas provisões para os referidos processos por se considerar improvável a condenação da APRAM, S.A..

Em matéria laboral, e em consequência do fim da concessão da Marina e Estaleiro do Porto Santo, foi a APRAM demandada juntamente com a 33/16 – Assistência Náutica, S.A., nos seguintes processos:

- Providência cautelar de suspensão do despedimento dos trabalhadores da empresa 33/16 – Assistência Náutica, S.A. movidas pelos respetivos trabalhadores;
- Ação de Impugnação do despedimento e pagamento de indemnização, a decorrer no tribunal do trabalho, movida pelos trabalhadores da empresa 33/16 – Assistência Náutica, S.A..

O Conselho de Administração:

A Presidente

O Vogal

A Vogal



(Alexandra Cristina Ferreira
Mendonça)



(Marcos João Pisco Pola
Teixeira de Jesus)



(Maria de Fátima Pita Carvalho
Correia)

O Contabilista Certificado:



(Miguel Ângelo Gonçalves de Faria)

CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS E RELATÓRIO PARECER DO
FISCAL ÚNICO


CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS

E

RELATÓRIO E PARECER

DO

FISCAL ÚNICO





Maria Fernanda Barreto M. Colaço
Luís Manuel da Silva Rosa
Alexandre da Paixão Coelho

Rua Castilho, nº 39 – 9º A
1250-068 Lisboa
Telefones 213 552 980
213 530 665
Fax 213 533 933
Email geral@crc-sroc.pt

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

INTRODUÇÃO

1. Examinámos as demonstrações financeiras de **APRAM – ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DA REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA, S.A. (APRAM, S.A.)** as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2015 (que evidencia um total de 334.613.253 Euros e um total de capital próprio de 110.374.956 Euros, incluindo um resultado líquido negativo de 12.647.641 Euros), a Demonstração dos resultados por naturezas, a Demonstração das alterações no capital próprio, a Demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data e os correspondentes anexos.

RESPONSABILIDADES

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa e o resultado das suas operações, as alterações no capital próprio e os fluxos de caixa, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

ÂMBITO

4. Excepto quanto às limitações descritas nos parágrafos 7 a 9 abaixo, o exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:

- a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pela Administração, utilizadas na sua preparação;
 - a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
 - a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e
 - a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.
5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.
6. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

RESERVAS

7. Não dispomos de informação de modo a comprovar se existem eventuais impactos financeiros positivos actuais ou futuros, relativos à infraestrutura construída, em frente à antiga sede da **APRAM**, em terrenos afectos ao seu património.
8. As cartas dos advogados da Empresa, explicitam a existência de processos intentados contra a **APRAM**, de montantes significativos, sobre os quais a Administração da Empresa considera que não assiste qualquer razão aos proponentes, conforme divulgado na Nota 19 do Anexo às contas. Não foi constituída qualquer provisão para fazer face a eventuais encargos com estes processos.
9. O saldo do Cliente CLCM – Companhia Logística de Combustíveis da Madeira, SA, no montante de 2.688.886 euros, inclui dívidas desde 2007, e estão constituídas parcialmente perdas por imparidade, no montante de 872.473 euros.

Para a resolução das divergências de interpretação na execução do contrato, recorreu-se ao Tribunal Arbitral que proferiu decisão favorável à **APRAM, SA**. Os valores facturados foram contudo objecto de contestação, através de recurso jurisdicional interposto pela CLCM da decisão do Tribunal Arbitral, não dispondo na presente data de informação suficiente, quer quanto ao seu desfecho, quer quanto à necessidade de reforço de perdas por imparidade.

OPINIÃO

10. Em nossa opinião, excepto quanto ao efeito dos ajustamentos que poderiam revelar-se necessários caso não existissem as limitações descritas nos parágrafos 7 a 9, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira da **APRAM – ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DA REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA, S.A.** em 31 de Dezembro de 2015, o resultado das suas operações, as alterações no capital próprio e os fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

ÊNFASE

11. Sem afectar a opinião expressa no parágrafo anterior chamamos a atenção para o facto da **APRAM** continuar a gerar prejuízos significativos cuja tendência de alteração a curto prazo não é previsível, a não ser que surjam negócios lucrativos enquadrados na actividade definida no contrato de sociedade.

Constata-se que os proveitos gerados são insuficientes face aos custos operacionais, nos quais as amortizações têm um impacto determinante. A manter-se esta situação, a prazo, pode-se colocar em causa o princípio da continuidade das operações, porque os capitais próprios vão sendo progressivamente absorvidos pelos prejuízos.

De igual modo, o cumprimento de compromissos futuros de pagamento de juros e reembolso de empréstimos, está dependente do apoio do accionista. Os meios de financiamento de curto prazo concedidos pelo accionista, deveriam ter um cariz de exigência de longo prazo ou eventualmente constituir um reforço de capitais próprios.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS

12. É também nossa opinião que a informação constante do relatório de gestão é concordante com as demonstrações financeiras do exercício.

Funchal, 29 de Março de 2016

CRC - COLAÇO, ROSA, COELHO & ASSOCIADO, SROC, LDA.

Representada por:

A handwritten signature in blue ink, appearing to read 'Maria Fernanda Barreto Mendonça Colaço'.

Maria Fernanda Barreto Mendonça Colaço



Maria Fernanda Barreto M. Colaço
Luís Manuel da Silva Rosa
Alexandre da Paixão Coelho

Rua Castilho, nº 39 – 9º A
1250-068 Lisboa
Telefones 213 552 980
213 530 665
Fax 213 533 933
Email geral@crc-sroc.pt

RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

1. A fim de dar cumprimento ao estipulado nos estatutos da **APRAM - ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DA REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA, S.A. (APRAM, S.A.)** publicado no Diário da República, I – Série A – nº 151 de 1 de Julho de 1999 – Região Autónoma da Madeira – Decreto Legislativo Regional nº 19/99/M, vem o Fiscal Único, nos termos do Artigo 16º dos referidos estatutos e das disposições legais aplicáveis, apresentar o seu relatório e parecer sobre as Contas e o relatório de Gestão do Conselho de Administração relativos ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2015.
2. Durante o período em análise, acompanhámos com regularidade os negócios e a gestão da **APRAM, S.A.** verificando a regularidade dos livros, registos contabilísticos e respectiva documentação. Verificámos o cumprimento da lei e dos estatutos, inteiramo-nos dos actos do Conselho de Administração através de reuniões regulares e de consulta das actas relevantes de reuniões, tendo solicitado e obtido os esclarecimentos que considerámos necessários, o que agradecemos.
3. Analisámos também o Relatório de Gestão do Conselho de Administração e as Contas do exercício findo em 31 de Dezembro de 2015, compreendendo o Balanço, a Demonstração dos resultados, a Demonstração dos fluxos de caixa e os correspondentes Anexos. O Relatório de Gestão descreve com adequado detalhe as actividades desenvolvidas, a situação económica e financeira e perspectivas futuras. De salientar o prejuízo apurado e a necessidade do apoio do accionista para cumprir com os pagamentos de juros e reembolsos dos empréstimos contraídos. De igual modo, o financiamento de curto prazo concedido pelo accionista deve revestir um nível de exigibilidade alargado e eventualmente reforço de capitais próprios.
4. Como nos competia, e na qualidade de Revisores Oficiais de Contas, procedemos à emissão da Certificação Legal das Contas e do Relatório Anual.

5. Nesta conformidade, entendemos que os documentos acima referidos permitem, quando lidos em conjunto, uma boa compreensão da situação financeira da **APRAM, S.A.** em 31 de Dezembro de 2015, satisfazendo as disposições legais e estatutárias. Como nos compete damos ainda o nosso acordo quanto aos critérios valorimétricos utilizados pela sociedade, que constam da Nota 3 do Anexo ao Balanço e à Demonstração dos Resultados.

Nestes termos o Fiscal Único é de parecer:

- 1º Que sejam aprovados o Relatório de Gestão apresentado pelo Conselho de Administração, o Balanço, a Demonstração dos Resultados e a Demonstração dos Fluxos de Caixa da **APRAM, S.A.**, relativos ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2015 e os correspondentes Anexos.
- 2º Que seja aprovada a proposta de aplicação de resultados apresentada pelo Conselho de Administração.

Finalmente, desejamos agradecer ao Conselho de Administração e aos Serviços da **APRAM, S.A.** com quem contactámos, toda a colaboração recebida no desempenho das nossas funções.

Funchal, 29 de Março de 2016

O FISCAL ÚNICO

CRC - COLAÇO, ROSA, COELHO & ASSOCIADO, SROC, LDA.

Representada por:



Maria Fernanda Barreto Mendonça Colaço